

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

CAMILA SILVA DE SOUZA

O ENQUADRAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA MÍDIA NINJA:
Os sentidos produzidos pela Mídia Ninja sobre segurança pública, a partir do caso da
Rocinha

Porto Alegre 2018

CAMILA SILVA DE SOUZA

O ENQUARAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA MÍDIA NINJA

Os sentidos produzidos pela Mídia Ninja sobre segurança pública, a partir do caso da Rocinha

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharela em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Basílio Sartor

Porto Alegre

2018

CAMILA SILVA DE SOUZA

O ENQUADRAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA MÍDIA NINJA

Os sentidos produzidos pela Mídia Ninja sobre segurança pública, a partir do caso da
Rocinha

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como
requisito parcial à obtenção do grau de Bacharela
em Jornalismo.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Basílio Sartor-UFRGS

Orientador

Profa. Dra. Virgínia Pradelino da Silveira Fonseca –
UFRGS

Examinadora

Profa. Dra. Thaís Helena Furtado – UFRGS

Examinadora

AGRADECIMENTOS

Ao meu irmão Gabriel, que acompanhou todo o processo de escrever lado a lado. Obrigada por manter a minha sanidade, ajudar com as tarefas de casa e ser a melhor companhia que eu poderia ter. Os momentos interrompidos para assistir Merlí ou filosofar sobre a vida são sempre imperdíveis. Estamos eternamente conectados.

À minha mãe Denise, agradeço por todo incentivo aos estudos e por aceitar quem eu sou. Você criou um ambiente de amor e liberdade. Sei os sacrifícios que foram necessários para eu chegar até aqui e eles jamais serão esquecidos.

Ao meu tio Caco, por ter sido quem ajudou minha mãe a pagar meus estudos antes da universidade e com quem eu posso contar, independente do que precisar. Obrigada pelos ensinamentos de física, matemática e, principalmente, aqueles sobre a vida.

À minha tia Nana, pessoa que está presente em todos os momentos e que é indispensável para celebrar as alegrias e ajudar nas dificuldades. Sou grata pelo constante apoio e por me lembrar de renovar os livros da biblioteca.

À minha vó Nílvia, que foi essencial para que eu conseguisse me dedicar a essa pesquisa. Mais do que ela pode imaginar, contribuiu não só com os jantares que fez no meu lugar, mas também com amor e carinho. Jamais esquecerei da noite em que fizemos pastéis juntas.

Ao meu amigo Angelito, que não deixou de ler os capítulos que enviei e está sempre por perto, seja para dar pitacos ou me fazer rir. Você é a melhor companhia para conversar sobre qualquer assunto e me incentivar.

Ao meu orientador Basílio, que me acompanhou nessa caminhada. Obrigada por tantas contribuições sobre jornalismo e por todas as aulas que sempre fomentaram o pensamento crítico e uma visão empática sobre o mundo.

Aos queridos Luciano, Jeferson e Jorge. Amo vocês e agradeço por estarem comigo em tantas vivências incríveis.

À minha irmã Adriele e aos queridos amigos Ananda, Ásafe, Ariel, Betina, Carolina, Cláudia, Júlia, Mariana, Maí, Melissa e Rebecca, pessoas que me fazem muito bem e quero sempre perto.

A todas as pessoas que sonham incansavelmente, seguindo mesmo com todas as adversidades da vida. Vocês motivaram essa pesquisa.

Minha cara autoridade eu já não sei o que
fazer

Com tanta violência eu sinto medo de viver

Pois moro na favela e sou muito desrespeitado

A tristeza e alegria que caminham lado a lado

Eu faço uma oração para uma santa protetora

Mas sou interrompido a tiros de metralhadora

Enquanto os ricos moram numa casa grande e bela

O pobre é humilhado, esculachado na favela

Já não aguento mais essa onda de violência

Só peço autoridades um pouco mais de
competência

(Cidinho e Doca, Rap da Felicidade)

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar o enquadramento da Mídia Ninja sobre a segurança pública, a partir do caso da Rocinha, favela que contempla diversos tensionamentos nessa área e alvo de Intervenção das Forças Armadas em setembro de 2017. A pesquisa tem como base teórica o Construtivismo, que vê o jornalismo como uma das instâncias de construção social da realidade, e como metodologia a Análise do Discurso de linha francesa. Os objetivos específicos são: 1) determinar os sentidos de segurança pública presentes nos conteúdos da Mídia Ninja selecionados (*corpus* da pesquisa); 2) verificar como a Mídia Ninja se orienta ideologicamente quanto a essa temática; 3) entender a segurança pública na perspectiva dos direitos humanos; e 4) refletir sobre os princípios que regem a Comunicação Popular. A partir da análise, foram identificadas, ao todo, 101 sequências discursivas nos sete conteúdos que compõem o *corpus* do estudo. Essas sequências discursivas referem-se a quatro eixos temáticos, divididos em seis Formações Discursivas (FDs: âmbito da administração pública (FD1- Violência e FD2- Incompetência), âmbito da discriminação (FD3- Seletividade), âmbito da sociedade (FD4- Simplificação e FD5- Complexificação) e âmbito da mídia (FD6- Silenciamento). Pode-se concluir que, para a Mídia Ninja, a segurança pública tende a ser enquadrada sob a perspectiva dos direitos humanos, orientando-se ideologicamente às pautas de movimentos sociais e aos princípios da comunicação popular.

Palavras-chave: Jornalismo. Mídia Ninja. Enquadramento. Segurança Pública. Discurso.

ABSTRACT

The following study seeks to investigate Mídia Ninja's framework regarding public security, based on the case of Rocinha, a favela in Rio de Janeiro that is affected by some of the biggest issues in this area and was a target of Intervention from Military Forces in September 2017. The research follows the theoretical line of Constructivism, which sees journalism as a social construction of reality. The methodology used is Discourse Analysis. The specific objectives are 1) to determine the senses in the publications selected for analysis; 2) to verify Mídia Ninja's ideological orientation regarding the issue; 3) to understand public security in the perspective of human rights; 4) to reflect the principles of popular communication. In total, 101 discursive sequences were identified in 7 texts chosen for analysis. Furthermore, 4 thematic axes separated in 6 discursive formations were detected: Public Administration (DF1- Violent and DF2- Incompetence), Discrimination (DF3- Selection); Society (DF4- Simplification and DF5- Complexification) and Media (DF6- Silence). It's possible to conclude that Mídia Ninja frames the public security in the perspective of human rights, with an ideology shared by the social movements and the principles of popular communication.

Keywords: Journalism. Mídia Ninja. Frame. Public Security. Discourse.

TABELAS

| | | |
|----------|---|----|
| Tabela 1 | Conteúdos selecionados para análise..... | 57 |
| Tabela 2 | Sentidos e eixos temáticos de cada Formação Discursiva..... | 61 |
| Tabela 3 | Ocorrência das Formações Discursivas | 62 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 10 |
| 2. ENQUADRAMENTO, JORNALISMO E DISCURSO MIDIÁTICO..... | 13 |
| 2.1 A questão da objetividade jornalística..... | 13 |
| 2.2 O conceito de enquadramento..... | 18 |
| 2.3 A construção social da realidade..... | 23 |
| 3. A SEGURANÇA PÚBLICA E O CASO DA ROCINHA..... | 28 |
| 3.1 A segurança pública na perspectiva dos direitos humanos..... | 28 |
| 3.2 A Rocinha..... | 35 |
| 3.3 A segurança pública na Rocinha..... | 39 |
| 4. MÍDIA NINJA: UMA NOVA FORMA DE PENSAR A COMUNICAÇÃO..... | 44 |
| 4.1 As origens da Mídia Ninja..... | 45 |
| 4.2 Mídia Ninja e Comunicação Popular..... | 47 |
| 4.3 Mídia Ninja é jornalismo?..... | 52 |
| 5. O ENQUADRAMENTO DA MÍDIA NINJA SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA: SENTIDOS DO TEMA A PARTIR DO CASO DA ROCINHA..... | 56 |
| 5.1 Procedimentos Metodológicos: a seleção do corpus..... | 56 |
| 5.2 Análise do Discurso..... | 58 |
| 5.3 Os sentidos de segurança pública na Mídia Ninja..... | 61 |
| 5.4 Violência (FD1) | 62 |
| 5.5 Incompetência (FD2) | 64 |
| 5.6 Discriminação (FD3) | 66 |
| 5.7 Simplificação (FD4) | 67 |
| 5.8 Complexificação (FD5) | 69 |

| | |
|---|-----------|
| 5.9 Silenciamento (FD6) | 70 |
| 5.10 Análise do enquadramento geral | 71 |
| 6. Considerações Finais..... | 75 |
| REFERÊNCIAS..... | 79 |
| APÊNDICE..... | 84 |

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como **objetivo geral** analisar o enquadramento dos conteúdos produzidos pela Mídia Ninja sobre segurança pública a partir do caso da Rocinha, por meio do estudo dos sentidos encontrados no *corpus* que compõe a pesquisa. O caso da Rocinha foi escolhido pelo fato de a favela ser a maior do Rio de Janeiro e representar diversas tensões na área da segurança pública, como a Intervenção das Forças Armadas em setembro de 2017¹.

Estabeleceu-se, como período de tempo para a delimitação do *corpus*, os conteúdos publicados a partir de 7 de abril de 2017 a 15 de fevereiro de 2018², destacando-se o acontecimento de Intervenção das Forças Armadas na Rocinha em setembro de 2017. Os **objetivos específicos** são 1) determinar os sentidos de segurança pública presentes nos conteúdos da Mídia Ninja selecionados (*corpus* da pesquisa); 2) verificar como a Mídia Ninja se orienta ideologicamente quanto a essa temática; 3) entender a segurança pública na perspectiva dos direitos humanos; e 4) refletir sobre os princípios que regem a Comunicação Popular.

O fato de o Exército ocupar a Rocinha tornou-se um acontecimento jornalístico de grande relevância, reconfigurando as dinâmicas sociais da população que vive na favela. Nesse cenário, originaram-se matérias que visavam a interpretar e informar sobre o acontecimento e suas implicações culturais e políticas, através de enquadramentos que refletem singularidades de cada organização midiática.

Após este capítulo introdutório, relacionam-se, no capítulo 2, as teorias do enquadramento com a perspectiva da construção social da realidade. O que faz um fato ser divulgado, como é enquadrado jornalisticamente e de que forma essa produção de sentidos visa formar um consenso social sobre a realidade são aspectos discutidos e pormenorizados. Os estudos sobre a construção social da realidade de Berger e Luckmann (2013) e de Stuart Hall *et al* (1999) são apresentados para que se reflita sobre essa relação.

Fomenta-se a discussão sobre o que faz um acontecimento ser noticiado, a fim de que se compreenda os valores-notícia da Mídia Ninja e o que torna a questão da segurança pública na favela um tema relevante. Mais do que informar, o jornalismo interpreta determinado

¹ É importante ressaltar que, nesta pesquisa, será analisada somente a Intervenção das Forças Armadas na Rocinha em setembro de 2017. Michel Temer, em julho de 2017, autorizou o uso das Forças Armadas no Rio de Janeiro caso houvesse necessidade, até a data de 31/12/2017. Em setembro de 2017, o estado recorreu à medida e impôs as Forças Armadas para controlar os conflitos na Rocinha. Já em 16/02/2018, foi imposta a Intervenção Militar em todo o estado, fazendo com que a segurança pública não estivesse mais sob o controle do governador do Rio.

² Esse período de tempo foi delimitado a partir da primeira matéria divulgada relacionada à segurança pública nas favelas do Rio de Janeiro até a última que aborda essa temática, antes do decreto de 16 de fevereiro de 2018 autorizando Intervenção Militar em todo o estado. Não foram incluídos os textos posteriores ao decreto, pois configuram novas problemáticas às quais o trabalho não tem o objetivo de analisar.

acontecimento sucedido. Assim, um fenômeno que rompe com a previsibilidade retorna às manchetes – como o caso da autorização do uso das Forças Armadas na Rocinha –, que corroboram ou refutam determinadas visões socialmente construídas sobre segurança pública.

Elucida-se, também, o conceito de *frame*, abordagem que já existe há mais de duas décadas como conceito analítico do discurso. Gregory Bateson (1972) foi o primeiro a inserir o conceito nas ciências sociais e humanas. *Frame*, para ele, liga-se à psicologia, em que enquadrar delimita um conjunto de mensagens e ações significativas. Qualquer mensagem, direta ou indiretamente, é um enquadramento psicológico, porque dá instruções ao receptor de como perceber a informação em certa conjuntura.

O sociólogo Erving Goffman (1986), a partir dos estudos de Bateson, usou a ideia do *frame* como um princípio básico de interpretação das situações: é a partir do enquadramento de determinado aspecto que organizamos nossas experiências com a realidade e nossas interações sociais. Gaye Tuchman (1978, 1999) prosseguiu os estudos sobre enquadramento no jornalismo, com contribuições acerca das rotinas organizacionais e produtivas nas redações. Tuchman vê a notícia como uma janela para o mundo – mas, como toda janela, pode ter um formato, tamanho e disposição que engloba apenas uma parte desse mundo apreendido. Seu estudo é imprescindível para que se entenda como cada redação é guiada por uma ideologia predominante e, dessa forma, a notícia tende a ser construída a partir de uma visão preestabelecida.

Na esfera comunicativa, sujeitos e discursos estão em um constante processo de intersubjetividade, repleto de possibilidades interpretativas. Adota-se, na pesquisa, as visões de Charaudeau (2009) e Sodré (2007), que veem o acontecimento jornalístico como uma interpretação e não meramente uma informação analítica dos fatos. Enquadrar é, assim, delimitar, recortar e selecionar, por meio de uma linguagem dotada de significações.

No capítulo 3, a segurança pública é apresentada sob a visão dos direitos humanos, com base nas pesquisas de Hunt (2007) e Bobbio (2004). Contextualizam-se, também, a história e as principais características da Rocinha, pois além de ser a maior favela do Rio de Janeiro, reflete o caos na segurança pública da cidade. Compreender essa questão é essencial para que se entenda um dos mais intensos conflitos nas favelas: a oposição entre direitos humanos e a atuação violenta dos órgãos estatais.

Historicamente, o Brasil foi dominado por oligopólios comunicacionais, que concentram a propagação de informação e inibem o desenvolvimento de novos veículos. Diferentemente da comunicação tradicional, a Mídia Ninja tem como fundamento realizar uma cobertura com características da Comunicação Popular. A defesa dos interesses das classes

subalternas em detrimento dos interesses das elites, por meio de um discurso que tem por objetivo a transformação da realidade social, elucida um aspecto desse tipo de mídia, que tem a missão de dar visibilidade ao que é silenciado nos meios hegemônicos.

A Mídia Ninja cresceu em sua atuação e influência, principalmente nas redes sociais. Com a cobertura dos protestos de junho de 2013, tornou-se um símbolo de independência e luta por uma democratização da comunicação. Os estudos sobre a Mídia Ninja são incipientes no Brasil e, portanto, torna-se extremamente necessária uma análise do enquadramento desse veículo, que assume um papel de oposição à mídia tradicional.

No capítulo 4, explica-se o que constitui a Comunicação Popular, adotando-se a bibliografia de Cicília M. Krohling Peruzzo (1995, 2009). A autora entende a Comunicação Popular como algo voltado para o “povo” (classe socialmente dominada), protagonista desses veículos. Essa comunicação está a serviço dessas pessoas e tem um conteúdo que se destaca por seu caráter emancipador e crítico. Em seguida, apresenta-se um histórico sobre a formação da Mídia Ninja, seus objetivos e como se organizam as rotinas de produção, para avaliar quais características da Comunicação Popular integram o veículo.

O jornalismo é um espaço de criação e circulação de sentidos. No capítulo 5, investigam-se os sentidos presentes em sete conteúdos produzidos pela Mídia Ninja, referentes à segurança pública nas favelas cariocas, com três matérias abordando especificamente a Intervenção das Forças Armadas na Rocinha. O método de pesquisa escolhido foi a Análise do Discurso (AD), a partir da identificação das Formações Discursivas (FDs) que produzem sentidos sobre o tema da pesquisa. Adere-se à ideia de Benetti (2008, p. 107) de que o discurso jornalístico se apropria de práticas singulares, polifônicas, dialógicas e formadas segundo condições organizacionais particulares.

Ao todo, são recortadas neste trabalho 101 SDs, que atribuem sentidos à segurança pública a partir de quatro eixos temáticos, distribuídos em seis Formações Discursivas (FDs): âmbito da administração pública (FD1- Violência e FD2- Incompetência), da discriminação (FD3- Seletividade), da sociedade (FD4- Simplificação e FD5- Complexificação) e da mídia (FD6- Silenciamento). Cada Formação Discursiva corresponde a um subcapítulo, em que são discutidos os sentidos identificados.

Nas considerações finais, recapitulam-se os principais conceitos estudados, sua relação com os resultados da análise e as particularidades que chamaram atenção nas publicações da Mídia Ninja. Conclui-se como foi enquadrada a questão da segurança pública na Rocinha no período de tempo delimitado, através da verificação dos principais sentidos obtidos, que possibilitam determinar qual a orientação ideológica do veículo acerca desse assunto.

2 JORNALISMO, ENQUADRAMENTO E DISCURSO MIDIÁTICO

Neste capítulo, será suscitado o debate sobre objetividade e subjetividade no jornalismo, para que sejam abordados os conceitos de enquadramento e construção social da realidade. Optou-se por dividi-lo em dois subcapítulos, a fim de facilitar a compreensão de como essas teorias se aplicam à pesquisa. Propõe-se, também, apresentar o jornalismo segundo uma concepção ideológica, visto que, no presente trabalho, parte-se da noção de que este não é um campo neutro, havendo, portanto, um jogo de interesses de diversas forças na seleção e elaboração das notícias (CHARAUDEAU, 2010, ENTMAN, 1993, HALL *et al*, 1999; SODRÉ, 2009, TUCHMAN, 1978;1999).

Selecionar o que deve ou não ser publicado é um recorte que reflete uma ideologia organizacional, responsável por orientar quais acontecimentos merecem divulgação e influenciando a percepção dos indivíduos acerca dos fatos sociais. Entender as definições de enquadramento e construção social da realidade é importante para verificar como os sentidos encontrados no *corpus* da pesquisa conferem uma orientação ideológica à Mídia Ninja, determinando o enquadramento do veículo sobre a segurança pública na Rocinha e construindo uma noção de realidade social.

2.1 A questão da objetividade jornalística

A imprensa, desde o seu surgimento com o liberalismo, tem uma lógica simbólica de servir à democracia, colaborando com o exercício da cidadania. Ao mesmo tempo, rege-se por uma ordem econômica dominante e acompanha as transformações tecnológicas, adaptando-se para aumentar sua difusão no mercado. A forte ligação com o sistema capitalista tem consequências que se refletem na estruturação noticiosa e que, não raro, entram em disputa com o ideal de serviço público que fundamenta o jornalismo.

Charaudeau (2010) explica a lógica simbólica como o modo pelo qual as trocas sociais se realizam, segundo um certo regime de representações que produzem sentido. O jornalismo se desenvolve nesse sistema de troca, constituindo-se em um gênero de discurso particular (BENETTI, 2010), pois se estabelece na relação entre sujeitos aptos a identificar os elementos do contrato de comunicação.³ São práticas que se materializam em um texto efetivamente jornalístico, diferenciando-o de outros discursos. Essas práticas são baseadas em estratégias objetivas para a elaboração das notícias. Contudo, esses métodos são influenciados pela

³ O contrato de comunicação midiática é um conceito de Charaudeau (2010), em que há a compreensão de um código linguístico comum entre receptor e emissor. Esse contrato envolve os processos de transformação e transação. A transformação consiste em passar o acontecimento bruto para o estado de notícia, dependendo da transação, que consiste na construção da notícia a partir da imagem que se tem da instância receptora. Esse duplo processo gera um espaço público de informação, onde se desenvolve a opinião pública.

subjetividade de quem produz o texto e de quem consome a informação, impossibilitando a neutralidade.

Tuchman (1999) argumenta que o jornalista, no momento em que seleciona quais fatos são mais importantes, já exerce sua influência, por meio de suas visões de quais conteúdos são relevantes. Essa noção é definida como *news judgment*, ou seja, a perspicácia profissional para escolher objetivamente o que é notícia. A autora também afirma que “as noções que o jornalista toma por adquiridas são, de fato, um quadro da sua visão da realidade social e política” (1999, p.88). Logo, a própria seleção das fontes de informação e dos tópicos abordados também representa interesses pessoais ou organizacionais.

Acrescenta-se a essa visão a ideia de Sodré (2009) de que o jornalista seleciona o acontecimento noticioso a partir de procedimentos que são anteriores   elabora o do texto, com base em quadros de referência que definem o caráter noticiável conforme o lugar do fato, o nível de reconhecimento social das pessoas envolvidas, das circunstâncias da ocorrência, da importância pública dos envolvidos e da categoria editorial do meio de comunica o.

Hall *et al* (1999), ao discutir os valores-notícia, argumenta que estes são direcionados para o que foge da expectativa e internalizados na comunidade profissional. Acontecimentos que se referem a personalidades importantes ou que são dramáticos, por exemplo, são not rios, aproximando-se do que Sodré afirma acerca do reconhecimento social e das circunstâncias da ocorrência.

Nesse contexto, em que os valores-notícia são selecionados segundo critérios específicos e variam dependendo do veículo, os jornalistas precisam se justificar perante críticos e leitores de que não escrevem a partir de sua subjetividade. Para isso, apresentam cinco “provas” (TUCHMAN, 1999, p. 88-89) de que aquilo que relatam não é necessariamente sua opinião: 1) alegam que d o espaço para várias versões de uma realidade; 2) apresentam evidências suplementares para o fato; 3) usam aspas para indicar que não é a ideia do repórter; 4) começam pelos fatos mais importantes; 5) separam os fatos das opiniões, diferenciando notícia de análise.

Conquanto os jornalistas adotem esses procedimentos, não há garantia de que alcancem a objetividade. Tuchman (1999, p.90) sugere que esses procedimentos: 1) induzem   percep o seletiva; 2) insistem na ideia err nea de que os fatos falam por si só; 3) são um meio de o jornalista transmitir a sua opinião e aumentam o descrédito; 4) limitam-se pela política editorial do jornal; 5) iludem o leitor apontando uma análise convincente. “Em suma, existe uma clara discrepância entre os objetivos procurados e os alcançados. Também não existe uma rela o

clara entre os objetivos procurados (a objetividade) e os meios utilizados (os procedimentos noticiosos) (TUCHMAN, 1999, p. 89).

O jornalismo, dessa forma, participa ativamente na produção dos acontecimentos, refletindo-se num processo de objetivação e subjetivação do conhecimento. A História é materializada nas estruturas sociais e nos conflitos, e o jornalismo confere uma nova materialidade aos acontecimentos que se desenrolam. Esses fatos são ressignificados e inseridos em cadeias de sentido, estruturadas em uma narração. Impõe-se um desafio às práticas jornalísticas, pois o relato é uma construção subjetiva. Embora o fato seja de comprovação objetiva, há um conflito intrínseco à profissão em retratar “imparcialmente” a realidade.

Recorre-se, ademais, ao argumento de Sodré (2009, p. 46-47) para explicitar por que retratar os fatos de modo 100% objetivo é impossível. Para ele, o jornalismo não opera a “verdade do necessário” – pertencente ao campo científico –, mas a “verdade do verossímil” – pertencente ao campo da retórica. A segunda, diferentemente da primeira, inclui o sujeito da enunciação, que exhibe sua visão a partir da verossimilhança, garantindo credibilidade diante do leitor.

Constitui-se, desse modo, uma relação de verdade “prática” em torno do fato, consensualmente estabelecida e que se refere às ações humanas no espaço social. O jornalismo cria uma narrativa das práticas sociais, cuja função maior é explicitar como essa coletividade é organizada no espaço-tempo. A midiaticização é dotada de forte caráter afetivo, o que torna esse campo naturalmente subjetivo:

No caso do acontecimento, o que se sugere aqui é que ele deve ser compreendido (hoje mais do que nunca, na era das imagens e dos dígitos), para além do registro simbólico, no *registro afetivo do mundo*. Quer dizer, não se põe em jogo apenas a lógica argumentativa das causas, mas principalmente o sensível de uma situação, com sua irradiação junto aos sujeitos e a revelação intuitiva do real que daí poderá advir. Assim, em vez da mera transmissão de um conteúdo factual, se trata da conformação socialmente estética de uma *atitude*. Por um lado se pode aventar a hipótese de que a comunicação do acontecimento pelo sistema informativo visa mais a influenciar ou controlar por recursos tecnoperceptivos do que propriamente *informar*. (SODRÉ, 2009, p.68, grifos do autor).

Toda notícia é, assim, ideologicamente construída (SODRÉ, 2009) conforme os interesses do veículo midiático. Para Sodré, a ideologia é uma força de integração social:

É, em última análise, a forma que os conteúdos (enunciados, processos, significações, imagens, etc.) assumem na vida social, com vistas à produção de sentido. Longe de ser uma forma neutra, entretanto, é homológica, em níveis manifestos e latentes, ao modo de produção econômica dominante e às modulações culturais da organização social. Ideologia é aqui uma força de integração social. Com este viés, pode adquirir valor cognitivo, desde que se deixe bem claro o que se quer dizer com o termo. (SODRÉ, 2009, p.10).

Sodré afirma que a narrativa autoconfirmativa associa a imprensa com a representação da palavra e dos pensamentos particulares dos cidadãos, garantindo sua liberdade civil e o direito de se manifestarem publicamente. Todavia, a mídia se constituiu a partir da oscilação contínua entre seus interesses empresariais e os fatos relativos à realidade sociopolítica de seu público, de modo que “a busca de uma transparência discursiva ou ideológica, mas apoiada nas opacidades de seu próprio mito, é a ambivalência constitutiva do jornalismo” (Sodré, 2009, p.13). Desde o seu surgimento, os meios de comunicação são vinculados à burguesia, o que já estabelece uma ligação ideológica com essa camada social. Forma-se um jogo de poder no discurso jornalístico, comprometido com o status-quo universal.

O autor (2009, p. 14) ressalta que “[...] onde existe discurso (produto básico do mercado simbólico da comunicação), há disputa em torno da produção de sentido, logo, ideologia”. Por conseguinte, cada jornal desenvolve estratégias capazes de lhe definirem uma identidade discursiva ou editorial para serem escolhidas por um público leitor, capaz de compreender suas características. É essa identidade que permite uma diferenciação em relação a outros veículos, produzindo-se modos jornalísticos que têm posições diversas e antagônicas, que podem ser chamadas de ideológicas.

Concorda-se com a visão de Sodré de que a ideologia midiática exerce, muitas vezes, o papel de reforçar o poder das classes dominantes. Complementa-se essa ideia com a discussão que Charaudeau (2010, p. 194) suscita ao questionar a representatividade dos cidadãos nas notícias. O autor elucida que há maior aparição dos representantes do aparelho do Estado, que recapitulam a palavra do *establishment* em vez de dar voz aos cidadãos, fazendo com que predomine a pergunta: “como fazer falar os anônimos, que, ao que parece, não interessam a ninguém?”.

Revela-se uma tarefa complexa, portanto, analisar o discurso da informação midiática⁴ e os diferentes atores sociais que interagem nesse mundo simbólico. Nesta pesquisa, adota-se a visão de Tuchman (1999) de que os conflitos organizacionais interferem substancialmente na produção noticiosa, de forma que os enquadramentos acerca de determinado fenômeno são construídos a partir tanto da experiência do jornalista quanto das ideias predominantes na redação, inexistindo a neutralidade. Ademais, vê-se o jornalismo como um discurso próprio que é dotado de narratividade e ideologia, envolvendo afetivamente os sujeitos por meio de recursos retóricos e estéticos.

⁴ Adota-se, neste trabalho, o conceito de Charaudeau de que mídias da informação são o conjunto dos suportes tecnológicos que têm o papel social de difundir informações sobre os acontecimentos que ocorrem no espaço público, como a imprensa, rádio e TV.

No embate entre subjetividade e objetividade há, ainda, a influência da linguagem nas práticas jornalísticas, enquadrando o acontecimento a partir de recursos linguísticos que ressaltam um certo ponto de vista. Para Charaudeau (2010, p. 19), “as mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público”, através de um jogo de linguagem, que não se refere apenas aos signos de uma língua, mas aos valores que comandam o uso desses signos. A linguagem é um ato discursivo, que organiza a circulação da fala em uma comunidade social, tornando a informação um discurso de uma situação comunicacional:

A informação é essencialmente uma questão de linguagem, e a linguagem não é transparente ao mundo, ela apresenta sua própria opacidade através da qual se constrói uma visão, um sentido particular do mundo. (...) A ideologia do ‘mostrar a qualquer preço’, do ‘tornar visível o invisível’ e do ‘selecionar o que é o mais surpreendente’ (as notícias ruins) faz com que se construa uma imagem fragmentada do espaço público, uma visão adequada aos objetivos das mídias, mas bem afastada de um reflexo fiel. Se são um espelho, as mídias não são mais do que um espelho deformante, ou mais ainda, são vários espelhos deformantes ao mesmo tempo, daqueles que se encontram nos parques de diversão e que, mesmo deformando, mostram, cada um à sua maneira, um fragmento amplificado, simplificado, estereotipado do mundo. (CHARAUDEAU, 2010, p. 19-20).

Os meios de comunicação, então, constroem a sua própria visão do espaço público através de representações sobre a realidade social, ao mesmo tempo em que se relacionam com a esfera política e a civil. Há um processo de troca inerente ao jornalismo com as instâncias de recepção. Desse modo, conforme define Charaudeau (2010, p. 24), o ato comunicativo depende não somente da instância de produção, mas também da recepção. Nessa relação, o texto ocupa o papel de produto, que é construído a partir de condições próprias.

A troca entre as duas instâncias é o que o autor chama de “cointencionalidade”, que define o sentido resultante do ato comunicativo. Nem sempre é possível que o efeito de sentido resultante seja o almejado pela mídia, pois a instância de recepção tem seus próprios efeitos de sentido. Ainda que seja inegável que o enquadramento jornalístico sobre um determinado acontecimento defina uma concepção de realidade, nem sempre o público absorve da mesma forma, já que tem sua própria interpretação:

Com isso, toda análise do texto nada mais é do que a análise dos ‘possíveis interpretativos’. No que tange à comunicação midiática, isso significa que qualquer artigo de jornal, qualquer declaração num telejornal ou num noticiário radiofônico, está carregada de efeitos possíveis, dos quais apenas uma parte - e nem sempre a mesma - corresponderá às intenções mais ou menos conscientes dos atores do organismo de informação, e uma outra - não necessariamente a mesma - corresponderá ao sentido construído por tal ou qual receptor. (CHARAUDEAU 2010, p. 28)

Nesse sentido, a análise do produto finalizado depende de como o texto é estruturado, segundo os valores-notícia e os discursos de representação utilizados, que integram os “imaginários sociodiscursivos” (CHARAUDEAU, 2010, p.28). A construção do sentido explica a informação como algo que corresponde à cointencionalidade, analisando-se os efeitos visados, possíveis e produzidos. O jornalismo como construtor de uma realidade social implica diversos fatores que não são uma imposição; pelo contrário, estabelecem uma relação de troca.

2.2 O conceito de enquadramento

Nesta seção, apresenta-se a perspectiva adotada no trabalho sobre os enquadramentos midiáticos. São vistos como fundamentais para a identificação dos esquemas de construção e interpretação das notícias, influenciando em como os indivíduos percebem subjetivamente determinado acontecimento (GOFFMAN, 1986). Os conteúdos publicados em um veículo de comunicação englobam, desse modo, quadros interpretativos, baseados em princípios de saliência, que moldam a realidade conforme os interesses dos próprios jornalistas e das fontes⁵ (ENTMAN, 1993; HALL *ET AL*, 1999).

A mídia, contudo, não age isolada; tampouco impositivamente, visto que cada pessoa tem suas próprias ideais e convicções preexistentes ao momento de processar a informação (CHARAUDEAU, 2010). Forma-se, assim, uma relação de interconectividade (DE VREESE, Vreese, 2005; SCHEUFELE, 2006). Há, também, a influência dos constrangimentos organizacionais (TUCHMAN, 1999) e da ideologia que conduz a organização midiática (GITLIN, 2002; HALL *ET AL*, 1999; SODRÉ, 2009).

A noção de enquadramento surgiu com o antropólogo e epistemólogo da comunicação Gregory Bateson (1972). Chamado de *framing*, o estudo do enquadramento delimita um conjunto de mensagens que ganham sentido aos interlocutores, permitindo que se distinga o real do simulado. Esse enquadramento é psicológico e, ao mesmo tempo, inclusivo e exclusivo, visto que inclui certas informações em detrimento de outras, organizando e definindo a percepção da realidade aos receptores.

Inspirado nesse conceito, Goffman (1986) realizou uma interpretação comunicacional denominada de *frame analysis* para explicar como as pessoas reagem às situações sociais, ajustando-se a quadros referenciais. O *frame* é um princípio de organização que estrutura o acontecimento, influenciando no comportamento subjetivo das pessoas.

⁵ A relação entre as fontes e o jornalismo será abordada com mais ênfase na próxima seção, a partir das concepções de Hall *et al* sobre como essa proximidade constrói uma visão consensual da realidade.

Enquadrar constitui um sistema de referências que atribui sentido a uma ocorrência qualquer, organizando a experiência social. Goffman (1986), entretanto, não se refere especificamente à imprensa, mas centra sua análise na passagem de uma situação social a outra, em função de acontecimentos imprevistos, que colocam os cidadãos diante de um imperativo coletivo.

A partir de Goffman (1986), teóricos da comunicação aplicaram o conceito de *frame* para o campo midiático. Com os trabalhos de Entman (1993) e Tuchman (1999), difundiram-se métodos e técnicas para explicar os enquadramentos adotados nas matérias jornalísticas, reconfiguradas, pelos profissionais, como recortes subjetivos da realidade. Os textos noticiosos passaram a ser vistos como uma construção simbólica do mundo, utilizando-se de enquadramentos dominantes. Recorrem-se a fontes que contribuem para reafirmar uma determinada visão, de maneira que o quadro interpretativo acerca da realidade ocorre numa relação entre jornalistas e entrevistados⁶.

Para Sodré (2009, p.37), a mídia ocupa, hoje, posição central na reconfiguração do espaço público. Dessa maneira, visibiliza os fatos sociais, selecionando-os, enfatizando-os e apresentando-os à sociedade. O autor sintetiza:

Seja de natureza política, ética ou estética, o enquadre afina-se evidentemente com a cultura de um grupo específico, permitindo ao ator social descrever, interpretar ou categorizar as situações que lhe afiguram como problemáticas. Por meio dele, um problema social é suscetível de converter-se em problema público, dando margem ao surgimento de ações coletivas. (SODRÉ, 2009, p.38)

Entman (1993) associa o conceito de enquadramento como uma forma de se entender o poder comunicacional do texto, pois há uma influência na consciência humana pela transferência da informação através do discurso. Enquadrar, para ele, envolve seleção de determinados aspectos da realidade para torná-los mais salientes em um texto comunicativo. Na definição de como funcionam os enquadramentos, a saliência é justamente o que faz a informação ser notória e significativa às audiências. A repetição de palavras e a associação com elementos familiares ao público são formas de salientar um texto.

⁶ Para compreender melhor a relação fonte-jornalista, recomenda-se a leitura do artigo de Lorenzo Gomis (2004), em que se discute a relação entre jornalista e fonte como uma negociação de interesses. O jornalista cumpre o papel de mediador entre fonte e público. Os políticos são os principais fornecedores dos fatos. Neste artigo, é explicitado como a notícia é uma interpretação dos fatos, que beneficia ou prejudica determinados indivíduos. O caráter ideológico dessa relação é questionado pelo autor, que põe em debate a questão de definirmos como universal aquilo que é culturalmente comum para nós, percebendo os acontecimentos de forma estereotipada. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1901>. Acesso em set/2018.

Exemplificando isso, o autor cita os enquadramentos nas reportagens do período da Guerra Fria. Salientavam problemas da guerra, identificando suas fontes – como os comunistas rebeldes –, oferecendo julgamentos morais e elaborando soluções particulares aos conflitos.

Entman (1993, p. 52) argumenta que os enquadramentos envolvem o comunicador, o texto, o receptor e a cultura: “Communicators make conscious or unconscious framing judgments in deciding what to say, guided by frames (often called schemata) that organize their belief systems”⁷. O texto manifesta a presença ou ausência de certas palavras-chaves, imagens estereotipadas, fontes de informação e sentenças que reforçam aspectos específicos do fato. A cultura representa os enquadramentos mais comuns exibidos nas conversações e maneiras de pensar de um grupo social.

O enquadramento, segundo Entman, (1993, p. 55), tem implicação profunda na política, já que a seleção de determinadas fontes estabelece que certos aspectos sejam enquadrados – comumente se enfatizam os favoráveis aos políticos (ou a determinadas perspectivas políticas) – enquanto outros são obscurecidos. Nesse sentido, o *frame* tem um papel essencial no desempenho do poder político, de sorte que, em um texto, representa a marca de poder, registrando a identidade dos atores ou interesses que competiram para dominar o texto: “Many news texts exhibit homogeneous framing at one level of analysis, yet competing frames at another.”⁸

Tuchman (1978) trouxe, em seu clássico estudo de notícias como construtoras sociais da realidade, o conceito de enquadramento para o jornalismo. A autora afirma que as notícias são como janelas: podem ser grandes ou pequenas, apresentar muitas ou poucas vidraças e delimitar um ângulo de visão que reflete várias ou poucas percepções de mundo. As notícias funcionariam como a janela e seriam o próprio enquadramento. Justamente por seu caráter delimitador, são problemáticas para a autora. Sodré (2009, p.37), em consonância com essa visão, afirma que o discurso jornalístico enquadra tecnicamente o acontecimento, de forma que “delimita um campo e outro fora do quadro, determinando o que será visto”.

Tuchman (1999) classifica os relatos noticiosos como estórias, já que formam uma espécie de “literatura popular” que localiza os temas e conflitos de uma sociedade. Para a elaboração dessas estórias, o jornalismo utiliza dos *frames* – princípios de organização que regem os acontecimentos (ao menos os sociais) e o nosso envolvimento subjetivo neles – para

⁷ Tradução nossa: “Comunicadores elaboram consciente ou inconscientemente julgamentos ao decidir o que falar, guiados pelos quadros (frequentemente chamados de esquemas) que organizam seus sistemas de crenças”.

⁸ Tradução nossa “Muitos textos noticiosos exibem quadros homogêneos em um nível de análise, ainda que exibam quadros que competem em outro nível de análise.”

organizar um recorte arbitrário do mundo cotidiano. Como *frames*, as estórias definem a realidade social, governando os próprios acontecimentos:

Dizer que uma notícia é “estória” não é de modo nenhum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o facto de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna. Os relatos noticiosos, mais uma realidade seletiva do que uma realidade sintética, como acontece na literatura, existem por si só. Eles são documentos públicos que colocam um mundo à nossa frente (TUCHMAN, 1999, p. 262).

Os jornalistas, assim, também são narradores, o que retoma a discussão acerca da objetividade jornalística. Tuchman (1999, p. 261) afirma que o fato de o jornalista ser um contador de estórias serve para reafirmar a necessidade de se terem normas estabelecidas: “ (...) a “estória” faz exigências ao repórter enquanto um contador de “estórias”. As normas podem servir para identificar as questões pertinentes”. A autora conclui que ser um contador de estórias de um lado e, de outro, ser um repórter que lida com fatos não são atividades antiéticas. É imprescindível que se compreenda as rotinas organizacionais, já que a estória e suas características formais são princípios de organização, revelando fenômenos acessíveis à análise social.

Gitlin (2002), baseado nos estudos de Tuchman, utiliza o enquadramento para compreender como o movimento estudantil da “nova esquerda” estadunidense dos anos 60 foi influenciada pelos meios de comunicação. A partir desse conceito, tentou elaborar os principais critérios de noticiabilidade dos acontecimentos, por que foram escolhidos determinados temas e como os media interpretaram e modificaram o movimento através da interação emissor-receptor. Gitlin (2002) define os enquadramentos como princípios de seleção, ênfase e apresentação, representando padrões de cognição e interpretação, organizando os discursos verbais ou visuais.

O autor se concentra no estudo dos enquadramentos temáticos da realidade, verificando quais os temas mais abordados na mídia em uma cobertura jornalística: seu objeto de análise são os protestos do “Students for a Democratic Society (SDS)”⁹ e como a mídia enquadrou esse acontecimento. O movimento demorou seis anos até ser notado, recebendo destaque com a Marcha sobre Washington contra a guerra do Vietnã em abril de 1965. Contudo, o movimento não se tornou mais legítimo por ter entrado na agenda jornalística, pois os enquadramentos

⁹ A SDS foi uma organização fundada em 1959, conhecida pelo seu ativismo contra a Guerra do Vietnã. Em 1965, organizou uma marcha nacional em Washington e, a partir daí, aumentou consideravelmente seu número de militantes. O movimento ocupava faculdades e administrações universitárias construídas pelos câmpus ao redor do país. Mais informações sobre a organização disponíveis em <https://www.sds-1960s.org/>. Acesso set/2018.

refletiam a ideologia dominante. Gitlin (2002) concluiu que o enquadramento é, portanto, ideológico.

A abordagem do enquadramento, todavia, encontra não somente análises no que concerne às Teorias das Notícias, mas também na Teoria dos Efeitos, que se propõe a relacionar o enquadramento da realidade com os efeitos no público. Nessa interação, os meios comunicacionais são mediadores das mensagens, mas as reações não são homogêneas, visto que as audiências têm sua própria experiência direta com a realidade social. Os enquadramentos midiáticos seriam, portanto, apenas parte do processo de interpretação da sociedade, já que os efeitos resultam da relação recíproca entre jornalistas, receptores e fontes noticiosas.

Os *frames* são recursos simbólicos, que garantem inteligibilidade ao mundo social. Há dois momentos em que se pode identificá-los no processo de construção textual: o *frame-building* e o *frame-setting* do enquadramento (DE VREESE, 2005; SCHEUFELE, 2006). O *frame-building* se refere aos fatores internos que estruturam o enquadramento das notícias, como as concepções que operam no campo profissional, e aos fatores externos, como a interação com outros agentes sociais. O *frame-setting* diz respeito aos saberes compartilhados pelos interlocutores. Os meios de comunicação dispõem de temas para serem debatidos, de modo que o enquadramento pode elucidar quais os conteúdos e que “quadros” são gerados para estimular uma determinada visão de mundo. Entretanto, é importante salientar que os *frames* operam de modo interconectado:

A ênfase analítica nos dispositivos de enquadramento operando tão especificamente não nos permite ignorar que, nos diferentes níveis ou “lugares” em que são identificados, os frames funcionam de maneira interconectada. Remetendo a estruturas cognitivas, modelos culturais ou esquemas discursivos, eles operam em interdependência. A percepção emerge em um processo de socialização cuja transmissão se dá por meio de práticas discursivas, criadas, modeladas e transformadas no âmbito da cultura. A análise de um enquadramento a partir de um texto jornalístico não pode prender-se à identificação de uma ideia principal sob pena de produzir um reducionismo na compreensão dos processos pelos quais o sentido se constrói na notícia. Mas, mais que estruturas definidas, os frames indicam a importância do ato de enquadrar”. (LEAL *et al*, 2010, p. 206-207)

Assim, na construção do acontecimento, a mídia lhe dá uma configuração própria. Porém, não é exclusiva nesse processo, já que o acontecimento se desenrola em um espaço público que não se encerra nas páginas do jornal: “o sentido que leva aos leitores, estes, por sua vez, remanejamos a partir de seu próprio campo mental e recolocamos em circulação no ambiente cultural” (MOUILLAUD, 2002, p.51). A construção de sentidos é compartilhada nessa interatividade, que revela sentidos polifônicos e constitui um processo hermenêutico. O acontecimento jornalístico é limitado por um enquadramento, que estabelece o que deve ou não se dizer, focalizando elementos específicos do relato a partir dos efeitos de recepção desejados

pela instância midiática. O quadro aplicado na narrativa noticiosa, portanto “lhe dá coerência e inteligibilidade, direciona o olhar de quem a observa, aponta para uma perspectiva de leitura. A cada veiculação, um enquadramento é construído.” (LEAL *et al*, 2010, p. 210-211)

Charaudeau (2010), conforme citado anteriormente, também relaciona o discurso midiático em um processo que envolve os receptores, de forma que a mídia é um modo de publicização, mas não é capaz de se apoderar do espaço público e transformá-lo isoladamente. O autor propõe três funções ao discurso circulante: uma de instituição do poder/contrapoder, a de regulação do cotidiano social e a de dramatizar.

Nos interessa no presente trabalho a função de regulação, pois é assegurada por discursos que especificam o que deve ser o comportamento social. Produzem-se discursos que justificam hábitos comportamentais, construídos pelos grupos sociais por meio desse discurso que normatiza as relações. É o que Goffman (1986) chama de “enquadres da experiência”, fundamentados em avaliações éticas, identificação de emoções e que podem determinar o que é ou não adequado. O espaço público será, para Charaudeau (2010), o resultado dessa conjunção de práticas e representações – organizam coletivamente o sistema de valores –, em uma interação dialética, plural e contínua no espaço público. As instâncias de comunicação, nesse processo, se adequam a restrições para a captura do acontecimento, impondo um ordenamento temático e modos de organização específicos de discurso.

Conforme ilustra Charaudeau (2010, p. 129), a situação de comunicação pode combinar seus componentes de maneiras particulares, apresentando-os de diversas formas. São utilizadas estratégias em função dos desafios de captação e credibilidade do emissor. Procede-se, nesse sentido, uma construção da notícia pré-estabelecida, tratando a informação segundo certos modos discursivos em função de seus dispositivos.

A abordagem do *frame* confere uma análise das notícias que permite compreender como determinados assuntos são abordados pelos veículos jornalísticos, percebendo-se no texto vícios de linguagem e a escolha de certas palavras em detrimento de outras para que se realce o objetivo do emissor. No entanto, há carência de uma teoria geral que explique com exatidão a forma pela qual os enquadramentos se manifestam e suas respectivas influências nos modos de pensar (Entman, 1993, p.51).

2.3 A Construção Social da Realidade

Após se apresentar o que consiste enquadrar um acontecimento e de que forma esse conceito foi adotado na pesquisa, faz-se necessário enfatizar como os sentidos produzidos em

um texto constroem a realidade. Para isso, retoma-se a ideia de ideologia, relacionando-a com a forma que orienta os jornalistas para construir um certo tipo de realidade.

Na pesquisa, adere-se ao conceito de que os meios de comunicação não são a única instância nesse processo, porque há outras formas de socialização que moldam a realidade. Nesse contexto, a mídia seria uma forma terciária de socializar o conhecimento (MEDITSCH, 2010), por meio de mapas culturais de significação assumidos como consensuais e que interpretam o acontecimento como um reflexo do que o público supostamente sabe e pensa (HALL ET AL, 1999).

Adota-se à ideia de que os meios de comunicação como um dos atores que contribuem para a construção da realidade, mas não são os únicos nesse processo. Desempenham um papel fundamental na orientação de sentido, sendo intermediários entre a experiência coletiva e a individual – que atuam reciprocamente –, oferecendo interpretações para os problemas mais usuais da sociedade, a partir da seleção, organização e difusão daquilo que as outras instituições produzem. Há, na realidade, outros tipos de socialização que vem antes da influência midiática: são a socialização secundária e primária (BERGER E LUCKMAN, 2013).

Para Berger e Luckman (2013), há dois tipos de socialização que contribuem acentuadamente na construção da realidade social. A primeira afeta os indivíduos desde o nascimento, denominada de primária. É adquirida sem mediação externa ao círculo mais próximo da criança. Interioriza-se num único mundo, que passa a ser a realidade dominante. A socialização secundária é a que ocorre com a divisão do trabalho e a participação em atividades institucionais, acrescentando um submundo à realidade dominante internalizada pela socialização primária. Meditsch (2010), a partir desses conceitos, encaixa o jornalismo numa espécie de socialização “terciária” se confrontada aos outros dois níveis. Seria responsável pela “conservação” e a “atualização” das realidades internalizadas nas socializações anteriores

As instituições, na visão de Berger e Luckmann (2013), foram criadas justamente para que o indivíduo não precise reinventar o mundo diariamente. Assim, “criam-se programas para a execução da interação social e para a “realização” de “currículos de vida” (2013, p.54). Fornecem padrões para que as pessoas guiem seus comportamentos, cumprindo papéis determinados, seja o de consumidor, o de empregado ou o de pai.

O ordenamento social corresponde ao correto cumprimento dessas funções, por meio de esquemas institucionalizados de ação. Esses “programas” são praticamente internalizados nas consciências, iniciando-se já na socialização primária, em que se forma a identidade pessoal e, depois, na secundária, introduzindo-se os papéis da realidade social. As estruturas da sociedade, por conseguinte, são estruturas de pensamento.

Berger e Luckmann ressaltam que a subjetividade dos indivíduos não concorda inteiramente com a realidade objetiva, havendo fissuras e até mesmo verdadeiras rupturas. A realidade liga-se ao senso comum, à ideia de que é autoevidente na vida cotidiana, declarando a si mesma e tornando a contestação difícil. Por meio de esquemas tipificadores, o senso comum é reconhecido:

“A realidade da vida cotidiana contém esquemas tipificadores, em termos dos quais os outros são apreendidos, sendo estabelecidos os modos como “lidamos” com eles nos encontros face a face. Assim, apreendo o outro como “Homem”, “europeu”, “comprador”, “tipo jovial” etc [...] Nossa interação face a face será moldada por estas tipificações, pelo menos enquanto não se tornam problemáticas por alguma interferência da parte dele. Mas a não ser que haja essa objeção, as tipificações serão mantidas até nova ordem e determinarão minhas ações na situação. [...] realidade social da vida cotidiana é, portanto, apreendida num contínuo de tipificações, que se vão tornando progressivamente anônimas à medida que se distanciam do “aqui e agora” da situação face a face.” (BERGER E LUCKMANN, 2013, p. 49-52)

Para Meditsch (2010), o senso comum é o que torna possível a compreensão dos processos cognitivos da comunicação jornalística na produção dos acontecimentos e na construção social da realidade. O jornalismo se classifica como uma outra forma de objetivação e exteriorização dos indivíduos, integrando-os socialmente ao conhecimento, ainda que de forma terciária nas dinâmicas sociais.

Assim, percebe-se que os textos publicados em um certo veículo não são produzidos de modo transparente aos acontecimentos. Representam um produto final de um processo complexo, que se inicia na seleção sistemática dos tópicos que serão abordados, de acordo com categorias socialmente construídas (HALL *et al*, 1999, p 224). Assim como Tuchman, Hall *et al* definem as rotinas organizacionais como fatores que afetam no que deve ser selecionado, de maneira que os jornalistas ficam pré-direcionados para acontecimentos de sua própria força de trabalho (departamentos especializados, correspondentes, etc.) e para a estrutura dos jornais, que se divide em áreas de cultura, política, entretenimento, etc.

Identificar e contextualizar faz com que os acontecimentos sejam significativos para os media. Os jornalistas, por meio dos mapas de significado – base do nosso conhecimento cultural – de que dispõem, podem dar sentido aos acontecimentos imprevisíveis que constituem o que é noticiável:

“A identificação social, classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos em termos destes quadros de referência de fundo constitui o processo fundamental através do qual os media tornam o mundo a que eles fazem referência inteligível a leitores e espectadores. Este processo de <<tornar um acontecimento inteligível>> é um processo social - constituído por um número de práticas jornalísticas específicas, que compreendem (frequentemente só de modo implícito) suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona.” (HALL ET AL, 1999, p. 226)

O processo de atribuir significado aos acontecimentos assume a sociedade como um consenso. Ainda segundo Hall et al (1999), esses mapas culturais refletem e incorporam os valores e preocupações comuns aos cidadãos, que partilham os mesmos conhecimentos culturais entre si. Isso faz com que os media englobem os acontecimentos dentro dessa perspectiva para que as pessoas tenham a mesma concepção sobre o que aconteceu: “Neste ponto de vista, o que nos une, como uma sociedade e cultura – o seu lado consensual –, ultrapassa em muito o que nos divide e distingue como grupos ou classes de grupos” (Hall et al, 1999, p. 226). Esse ponto de vista consensual tem consequências, pois parte da premissa de que todos têm os mesmos interesses e, assim, infere-se que não existem rupturas culturais ou econômicas, nem conflitos entre classes.

Hall et al vinculam as sociedades capitalistas, democráticas e modernas com os media. Quando os acontecimentos são enquadrados pelos meios comunicacionais, supõe-se que todos sabem como utilizar esse enquadramento, já que se fundamentam nas estruturas de compreensão que são comuns a todos os indivíduos. Os autores ressaltam que existem opiniões divergentes, mas que são colocadas em uma discussão que pode reconciliar os pontos de vista antagônicos, sem precisar do confronto ou da violência. O acontecimento, enquanto notícia, é interpretado pelo jornalismo dentro de explicações, discursos e imagens que refletem o que o público supostamente pensa e sabe da sociedade.

Os media, como já citado anteriormente, não são autônomos na criação de notícias; dependem, não raro, de fontes institucionais que conferem credibilidade devido à sua posição social. Hall et al argumentam que uma das consequências disso é a recorrência exagerada a essas fontes privilegiadas, reproduzindo imparcialmente a mesma opinião das estruturas de poder. Esses porta-vozes são, portanto, denominados de definidores primários, que qualificam os debates futuros acerca dos assuntos em questão. Os media, assim, colocam-se em subordinação aos definidores primários.

O papel ideológico dos media tem forte relação com suas fontes. A preponderância das ideias dominantes faz com que se controlem não somente os meios produtivos, mas também as ideias dos cidadãos. Produzindo-se o que é a realidade social e o lugar dos indivíduos nesse sistema, constrói-se uma imagem de sociedade que represente os interesses de uma classe dirigente como se fossem os de todos os membros: “Este controle dos recursos mentais assegura que as definições disponíveis mais poderosas e “universais” do mundo social sejam suas. A sua universalidade garante que sejam partilhadas, até certo ponto, pelas classes subordinadas da sociedade.” (HALL et al, 1999, p. 231).

A reprodução das ideologias dominantes por meio dos media é resultado de mecanismos como a hierarquização das redações e a socialização informal dos indivíduos. A seletividade é um dos primeiros aspectos que permitem aos media se tornarem independentes, já que impõem seus próprios critérios no que deve ser ou não noticiado. Ao manter o que favorece os poderosos, a mídia silencia outras questões, que podem ser fundamentais para setores marginalizados (HALL *et al*, 1999)

Essas estratégias são tão naturalizadas que dificilmente são notadas como construções ideológicas. As estruturas e as práticas de rotina dos veículos servem para enquadrar a visão dos acontecimentos em paradigmas dominantes. Hall *et al* classificam as notícias sobre o crime – a ruptura máxima da ordem social – como um reflexo do funcionamento do sistema midiático, por serem basicamente criadas com o auxílio de definidores primários, a fim de que se reafirme a moralidade consensual da sociedade e se retorne à normalidade.

Discutiu-se, no capítulo, a questão da objetividade e da subjetividade no jornalismo, o caráter ideológico desse campo profissional e a relação entre enquadramento e construção social da realidade. No próximo capítulo, será tratada a questão da segurança pública na perspectiva dos direitos humanos, pontuando-se as principais medidas governamentais realizadas na área. Além disso, expõe-se um breve histórico sobre a favela da Rocinha e suas principais características.

3 A SEGURANÇA PÚBLICA E O CASO DA ROCINHA

Neste capítulo, a segurança pública será introduzida sob a perspectiva dos direitos humanos, sendo necessário retomar o surgimento da concepção de “direitos do homem” e explicar como esses direitos evoluíram ao longo dos séculos, explicitando sua relação com a questão da segurança. Além disso, apresenta-se um breve histórico sobre a Rocinha, suas principais características e de que forma as medidas na área de segurança pública foram aplicadas na comunidade.

Contextualizar a Rocinha e compreender por que sofreu ação das Forças Armadas é um dos objetivos específicos deste trabalho. A Rocinha desperta interesse por ser a maior favela do Brasil e reunir alguns dos principais conflitos de segurança pública dos últimos anos, sendo referência de como são conduzidas as políticas desse setor nas comunidades periféricas.

Parte-se da ideia de que é necessário “reconhecer que a Rocinha não possui as mesmas características que o Complexo da Maré, que nem mesmo a parte baixa se caracteriza da mesma forma que a parte alta e que *não existe um estereótipo de favelado*” (RODRIGUES, 2015, p. 53, grifos meus). Desse modo, é importante situar historicamente a Rocinha e abordar algumas de suas singularidades, pois refletem problemáticas que ajudam a entender o porquê de esse local ter sido alvo de Intervenção.

3.1 A segurança pública sob a visão dos direitos humanos

Entende-se a segurança pública como um fenômeno social, que tem implicações em todas as esferas de sociabilidade e, portanto, ocupa posição central na vida das pessoas. As políticas de segurança pública estabelecidas no estado do Rio de Janeiro têm sido alvo constante de debates na esfera pública, com críticas à má gestão governamental e às ações policiais que produzem ainda mais violência. A Intervenção das Forças Armadas na Rocinha em setembro de 2017 suscitou novamente essa discussão. Nesta pesquisa, adota-se a ideia de Soares (2011) de que a segurança pública, em um estado democrático de direito, é um bem público que deve ser oferecido universalmente e com equidade.

Assim, essa questão é analisada sob a abordagem dos direitos humanos, pois se visa construir uma nova perspectiva em relação à forma pela qual a temática é tratada. Compreender a segurança pública como inerente aos direitos humanos é fundamental para enfrentar o senso comum propagado por veículos hegemônicos, que tendem a criminalizar a pobreza

(MORETZSOHN, 2008) e a desqualificar o debate social (DIAS, 2018)¹⁰. Apesar de a defesa dos direitos humanos constituir o ethos¹¹ jornalístico, há pouca apropriação teórica e conceitual acerca do que representam, de fato, esses direitos.

Propõe-se, então, explicar como os direitos humanos se constituíram historicamente para elucidar de que modo se refletem nas políticas públicas brasileiras. Para isso, recorre-se às mudanças na legislação do país envolvendo a segurança pública, a estatísticas atualizadas sobre os índices de criminalidade no Rio de Janeiro e a pesquisas que mostram a percepção de parte da sociedade acerca dessa questão.

Predomina, entre os indivíduos, a noção de que os direitos são autoevidentes desde o seu surgimento. Para Dias (2018), isso explica por que não é discutida a sua importância: são aceitos como legítimos, autônomos, verdadeiros e válidos para todos. Contudo, esses direitos são originados em um contexto político-social específico, em uma determinada época, a partir de interesses de certos grupos. Junto com esses direitos, consolidou-se uma nova ordem mundial de estados-nação, baseada na racionalidade que se estabeleceu na Idade Moderna, em conjunto com a ascensão de valores liberais como o livre-arbítrio e a liberdade individual.

No Brasil, o debate sobre a efetivação dos direitos humanos é relativamente recente, sendo popularizado durante o processo de redemocratização após a ditadura civil militar. No mundo ocidental, essa ideia ganhou força após a Segunda Guerra Mundial. Por conseguinte, a vinculação entre segurança pública e direitos humanos é, também, uma ideia recente, ainda mais no contexto brasileiro.

Pensa-se que os direitos humanos servem tanto para a regulação quanto à emancipação. Dependem das condições em que foram adotados e por quem, já que cada cultura tem sua ideia de dignidade. É impossível encontrarmos somente uma definição, mas há características constitutivas à ideia de direitos humanos. Para Hunt (2007), estes devem ser inerentes aos indivíduos, logo naturais. Também devem ser iguais para todo mundo e aplicáveis universalmente, de modo que todos os humanos de todas as regiões do planeta usufruam desses direitos igualmente, pois todos têm o status de seres humanos.

Dessa forma, infere-se, no presente trabalho, que o direito de viver em segurança deve ser garantido a todos os cidadãos. As medidas de segurança pública não podem ser diferentes com base em critérios socioeconômicos, étnicos ou culturais: precisam ser aplicadas

¹⁰ Conforme Projeto de Qualificação de Anelise Dias, com uso autorizado pela autora para referência neste trabalho.

¹¹ Ethos corresponde à definição de Lago (2003,p2): é “um conjunto de disposições, percepções e valorações que jornalistas têm de si e do mundo, uma dimensão do habitus que contém a autoimagem e, nesse sentido, orienta as representações.”

igualmente, garantindo proteção e assegurando direitos não somente às elites, mas também ao morador da favela.

Os três atributos definidos por Hunt (2007) aparecem pela primeira vez em 1776, na Declaração da Independência¹² dos Estados Unidos, e depois na França, com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789. A Declaração de Independência pondera que todos os homens são criados iguais e têm direitos inalienáveis.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão¹³ afirma que todos os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos, ou seja, todos da raça humana, não somente os brancos e católicos. Ao declarar os novos valores almejados para a sociedade francesa, buscaram-se transformações jurídicas e políticas que correspondessem com o desejo de uma nova ordem econômica e social, em que toda associação política deveria ter como finalidade a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis de liberdade, propriedade, segurança e resistência à opressão.

Bobbio (2004) classifica a evolução dos direitos humanos em três fases. A primeira é caracterizada pelo surgimento desses direitos enquanto teoria filosófica, expressando pensamentos individuais e universais em relação ao conteúdo, mas com eficácia limitante. A segunda fase é quando os legisladores concretizam essa teoria em normas jurídicas, transformando os direitos do homem em direitos dos cidadãos de um determinado Estado, centrando-se em direitos políticos e civis. A última fase foi a partilha internacional desses direitos, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Reconhecendo a importância de os direitos humanos serem naturais, universais e iguais, Bobbio (2004) propõe que se pense esses direitos a partir de duas problemáticas: a primeira é histórica, visto que falar de direitos humanos exige reconhecer que são direitos originados de forma gradual em determinadas circunstâncias e caracterizados pela luta em defesa de novas

¹² Em 1776, Thomas Jefferson redigiu a Declaração de Independência das 13 Colônias dos Estados Unidos. A declaração garantia direitos individuais e o direito de revolução, repercutindo internacionalmente e influenciando na Revolução Francesa. Conforme proferiu Thomas Jefferson: “Tomamos estas verdades como auto evidentes, de que todos os homens foram criados iguais, e que foram dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, dentre os quais estão a Vida, a Liberdade e a busca pela Felicidade.” Disponível em https://agal-gz.org/faq/lib/exe/fetch.php?media=gze-ditora:declaracao_da_independencia_eua.pdf Acesso out/2018

¹³ A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi promulgada em 26 de agosto de 1789. Sem mencionar o rei, a nobreza ou o clero, a declaração pontuava que os direitos são naturais, inalienáveis e sagrados do homem e fundam todo e qualquer governo. A soberania era da nação, não do rei. As distinções sociais só poderiam fundar-se na utilidade comum. Os direitos sociais, contudo, não são mencionados explicitamente no texto, que se concentra em direitos civis, como a liberdade individual e nos direitos políticos, em defesa da igualdade de participação. Declaração disponível em http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf Acesso out/2018

liberdades contra velhos poderes. A segunda é teórica, compreendendo o que fundamenta esses direitos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁴, de 1948, é outro marco histórico. Surgiu com o término da Segunda Guerra Mundial, quando as sociedades ocidentais estavam se reconstruindo. Aprovada em 10 de dezembro de 1948, visava que cada indivíduo e cada órgão da sociedade se esforçasse para propagar o respeito aos direitos e liberdades conquistados, a partir da adoção de medidas progressistas de caráter nacional e internacional.

Já em seu artigo 1º, a declaração atesta que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, sendo dotados de razão e consciência para agir em espírito de fraternidade com o próximo. É ressaltado, no artigo 2º, que não se pode distinguir os indivíduos por sua raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, porque todos têm equidade para usufruir os direitos e as liberdades estabelecidas na Declaração.

Essa Declaração foi essencial também para a garantia de direitos àqueles que são acusados de cometer algum crime. Afirma que todos têm direito à audiência pública, por parte de um tribunal imparcial, para decidir sobre seus deveres ou os fundamentos de qualquer acusação criminal. Assim, quem for acusado de ato delituoso tem a presunção da inocência até que se prove o contrário. A liberdade de pensamento, expressão, consciência e religião são outros direitos incluídos, bem como a livre manifestação destas, seja coletivamente ou não.

Nesse sentido, com base na Declaração Universal Dos Direitos Humanos, adota-se a perspectiva de que a conduta policial, na área da segurança pública, não pode diferenciar as pessoas com base em raça, cor, sexo, idioma, riqueza ou qualquer outra condição. Logo, não é correta a atuação violenta nas favelas cariocas, que se reflete nos constantes tiroteios, no abuso de poder¹⁵ e na falta de garantia de direitos a quem comete algum crime¹⁶. A segurança pública

¹⁴ Disponível <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf> Acesso out/2018.

¹⁵ O desaparecimento do pedreiro Amarildo Dias de Souza, em 2013 na Rocinha, ganhou projeção nacional como um dos casos de abuso e violência do poder institucional. Os principais suspeitos desse acontecimento eram agentes da polícia militar. Em 2016, 12 dos 25 policiais militares denunciados pelo desaparecimento foram condenados em primeiro grau. Mais detalhes sobre esse caso se encontram no subcapítulo que aborda especificamente a segurança na Rocinha.

¹⁶ O caso de Rafael Braga tornou-se um símbolo do desequilíbrio no tratamento entre pretos e pobres pelo sistema Judiciário. Nas manifestações de junho de 2013, Rafael era morador de rua e foi acusado de portar artefato explosivo por carregar uma garrafa de desinfetante. Foi condenado a cinco anos de prisão, mas conseguiu o direito de responder em prisão domiciliar. Em janeiro de 2016, voltou a ser detido, agora acusado por associação ao tráfico de drogas. Ele nega a acusação e diz que o flagrante foi forjado pela polícia. Determinou-se uma pena de 11 anos e três meses de prisão pelo porte de 0,6g de maconha e 9,3g de cocaína. Para o desembargador Luiz Zveiter, único a votar a favor da liberdade de Rafael, a pena é muito elevada se comparada a outros casos semelhantes, indo contra a jurisprudência da própria Câmara. Organizações que lutam pela garantia dos direitos humanos, como o Instituto dos Defensores dos Direitos Humanos, declarou a decisão como “desnecessária e incompatível com o princípio constitucional da inocência”. Fonte das informações: notícia divulgada pelo portal UOL em 8 de agosto

sob a perspectiva dos direitos humanos deve assegurar julgamento imparcial para todos, sem discriminar as pessoas. Dados divulgados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP)¹⁷ explicitam a política de violência: em 2017, verificou-se a maior taxa de homicídios decorrentes de intervenção policial nos últimos 9 anos.

Com o final da Guerra Fria, a partir dos anos 1990, o cenário global incentivou a cooperação dos países para que se adotassem regimes jurídicos mais cooperativos e integrados, a partir de Conferências das Nações Unidas. Formaram-se parcerias entre blocos políticos e econômicos, como o Mercosul e o NAFTA. Fóruns internacionais que discutiam temas como o ambiente, o combate à fome e que visavam solucionar problemas de minorias e povos em situação de risco foram criados. A Conferência de Viena¹⁸, de 1993, definiu a legitimidade da noção de indivisibilidade, que deve ser aplicada tanto aos direitos civis e políticos quanto aos sociais, econômicos e culturais. Reconheceu a importância de se proteger e promover os direitos humanos, limitando o princípio da soberania estatal e estimulando a formação de programas de assistência técnica para auxiliar os Estados a assegurarem os direitos humanos.

Na primeira metade dos anos 90 surgiram, portanto, iniciativas de cooperação entre as nações e organizações da sociedade civil para fortalecer as conquistas dos direitos humanos para grupos socialmente marginalizados. Apesar das dificuldades para concretizar esses direitos, houve mudanças importantes, como a incorporação de demandas ambientais, o reforço dos organismos multilaterais para proteger e monitorar o cumprimento desses direitos e uma participação mais ativa da sociedade civil internacional para promovê-los.

No Brasil, a defesa desses direitos é ainda mais recente e se reflete nos resquícios de autoritarismo e desigualdade que se registram em diversas violações dos direitos humanos. Somente com a Carta Constitucional de 1988 – a Constituição Cidadã – que direitos fundamentais foram resguardados. Entretanto, não foram realmente efetivados na prática, o que originou uma série de problemas na área da segurança pública, havendo um descompasso entre o que está na legislação e o que é efetivamente aplicado.

É nas lutas pelo fim da ditadura civil militar que os direitos humanos entraram na agenda de discussão pública do país (ADORNO, 2010). A expansão se iniciou com a reivindicação por direitos políticos e, juntamente, vieram os direitos humanos, que contestavam as torturas e assassinatos de presos políticos. Parte da sociedade desejava romper com o autoritarismo da

de 2017. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/08/caso-rafael-braga-justica-nega-liberdade-de-catador-condenado-por-trafico.htm> Acesso em out/2018

¹⁷ Consulta de dados disponível em <http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/> Acesso out/2018

¹⁸ Texto com as resoluções da Conferência de Viena disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html> Acesso out/2018

ditadura e proclamar o Estado Democrático de Direito, em que não seriam mais admitidas essas violações.

Em 5 de outubro de 1988, declarou-se, em Assembleia Nacional Constituinte, a Constituição da República Federativa do Brasil¹⁹, em que se firmaram as bases da República Federativa brasileira e os direitos essenciais dos cidadãos. Como fundamentos primordiais, o artigo 5º definiu a soberania, a cidadania, a garantia da dignidade da pessoa humana, o pluralismo político e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Destaca-se, ademais, o objetivo de se construir uma sociedade livre, justa e solidária, a redução das desigualdades e a universalização do bem-estar. Adorno (2010) afirma que esse foi o primeiro documento que foi além da enunciação formalizada dos direitos, já que atribuiu ao Estado a tarefa de promover políticas públicas para universalizar o acesso aos direitos econômicos, sociais, políticos e culturais.

Com o cenário internacional propagando medidas que enfatizavam os direitos humanos, o governo implementou programas como o I Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-1), por meio do Decreto Federal nº 1904, de 13 de maio de 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), aproximadamente um mês após o Massacre de Eldorado dos Carajás.²⁰ Ainda que tenha sido uma iniciativa importante, não teve impactos profundos para conter o crime ou reduzir o sentimento de insegurança. Em maio de 2002, o PNDH-1 foi revogado e substituído pelo Decreto nº 4.229, que ampliava o programa anterior e avançava na incorporação dos direitos de afrodescendentes e dos direitos econômicos, sociais e culturais.

No segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o documento foi novamente revogado em dezembro de 2009 pelo Decreto nº 7.037. Estabeleceu-se o PNDH-3, que aprimorava as proposições do PNDH-2. Partia da ideia de indivisibilidade dos direitos humanos. Incluiu, em relação aos outros projetos, ações mais estratégicas e programáticas, como a universalização dos direitos em contexto de desigualdade e a interação democrática entre Estado e sociedade civil.

Até o processo de impeachment de Dilma Rousseff, votou-se no Congresso um conjunto de projetos de grande repercussão na sociedade, como a redução da maioria penal de 18

¹⁹ Constituição disponível para consulta em

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf Acesso out/2018.

²⁰ O Massacre de Eldorado dos Carajás ocorreu em 17 de abril de 1996, no município de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará. Morreram 19 sem-terra em ação da polícia do estado do Pará. Em 10 de abril de 1996, cerca de 2.500 sem-terra acampavam na região, juntos de outros manifestantes do MST, totalizando aproximadamente 4.221 pessoas. Foi iniciada uma marcha de quase 900 km até a capital Belém para protestar contra o atraso na desapropriação de terras consideradas ociosas pelos manifestantes. A Polícia Militar foi encarregada de retirá-los do local, pois estavam impedindo a passagem na rodovia BR-115, que liga Belém ao sul do estado.

para 16 anos. A redução da maioria foi aprovada pela Câmara de Deputados em 2º turno de 2015 e seguiu para o Senado, aguardando desde então a votação.

Na data de 16 de setembro de 2018, Temer decretou a Intervenção Federal em todo o estado do Rio de Janeiro. A medida concedeu ao general do Exército Walter Souza Braga Neto, chefe do Comando Militar do Leste, a responsabilidade máxima para tomar todas as medidas necessárias para conter o crime no Rio, não cabendo mais esse papel ao governador Luiz Fernando Pezão (MDB).

Assim que assumiu o cargo de presidente, Michel Temer propôs a PEC 55, que congela os investimentos em saúde e educação para os próximos 20 anos. A proposta foi aceita e já vigora. Ainda cedo para avaliar os reflexos nos direitos humanos; entretanto, o desinvestimento em políticas sociais e econômicas demonstrou, ao longo da história, piora na qualidade de vida dos brasileiros, principalmente dos mais pobres.

Em junho de 2018, Temer sancionou a lei nº 13. 675/2018, que institui o Sistema único de Segurança Pública (Susp) e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS). A ideia é que se estabeleçam diretrizes nacionais para essa área e se uniformize a produção e coleta de dados. Antes, cada estado aplicava uma metodologia própria, dificultando a sistematização e a comparação nacional dos resultados. Agora, a lei define um sistema padronizado e informatizado, para que os estados e municípios atuem em conjunto para formular medidas de segurança pública.

Todas essas medidas, entretanto, vêm se mostrando insuficientes para estabelecer a segurança no Rio de Janeiro. Descumprem, também, com os direitos humanos, já que são seletivas – negros e pobres são o principal alvo da violência institucional –, ocorrendo a partir de abusos de poder que intensificam os índices de letalidade. As estatísticas apresentadas em seguida contribuem para ilustrar essa problemática, classificada pela ONG Human Rights como “exemplo da violência policial brasileira sem freios”.²¹

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública²² (FBSP, 2018), o Rio de Janeiro é o 11º estado mais violento do país, com 5.346 pessoas assassinadas em 2017, índice que cresceu 6,5% em comparação a 2014. Intervenções policiais no Rio, no ano de 2017, ocasionaram 1.127 mortes, totalizando um crescimento de 90% entre 2014 e 2017. Já o número de policiais assassinados foi de 104. A violência com pessoas negras, na taxa de homicídios por 100 mil

²¹ Reportagem do portal UOL de 19 de janeiro de 2018. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/01/19/abuso-de-forca-letal-rj-tem-36-mortos-para-cada-policial-assassinado-no-estado.htm> Acesso out/2018

²² Disponível em http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/09/FBSP_ABSP_edicao_especial_estados_faccoes_2018.pdf Acesso out/2018

habitantes, foi de 47,6 e, entre pessoas não negras, foi de 20,5. O relatório também divulgou que havia, no Rio de Janeiro, 50.219 presos em 2016, média de 1,8 detentos por cada vaga, quantidade que aumentou em 23,8% de 2014 a 2016. O gasto do estado do Rio de Janeiro destinado para a segurança pública, em 2017, foi de R\$ 8,6 bilhões, que foram reduzidos em 9,4% em relação a 2014.

Em novembro de 2016, pesquisa nacional divulgada pelo Datafolha²³ – encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que reuniu os dados no 10º Anuário de Segurança Pública – apontou que 70% da população brasileira acredita que os policiais cometem excessos de violência. Mais da metade (53%) teme ser vítima de violência por policiais civis e 59% tem medo de sofrer agressões por policiais militares. O estudo escutou 3.625 brasileiros com mais de 16 anos em 217 municípios do país, com margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Por outro lado, 64% dos brasileiros veem os policiais como vítimas de bandidos. Para 52%, a Polícia Civil faz um bom trabalho no esclarecimento de crimes e 50% afirma que a Polícia Militar garante a segurança da população. O FBSP apontou que, entre 2009 e 2015, mais de 17 mil pessoas foram mortas pelas polícias no Brasil. De acordo com a pesquisa, 57% da população pensa que “bandido bom é bandido morto”. Quanto maior a idade, maior a concordância: de 16 a 24 anos, 54% concordam. Para quem têm 60 anos ou mais, 61% concordam.

Os altos índices de criminalidade e violência colocam o Brasil em posição de destaque internacional. Para Dias (2018), a percepção desse fenômeno nem sempre encontra correspondência com a realidade complexa, o que se pode perceber com a aprovação e reivindicação de políticas públicas inadequadas para enfrentar esse desafio.

3.2 A Rocinha

Na década de 1920, existia uma chácara entre a Gávea e São Conrado. Desse local, partiam agricultores em direção ao Hipódromo da Gávea para vender seus produtos. Quem perguntava aos vendedores de onde vinham os alimentos, ouvia: “Vem da Rocinha”. Essa é possivelmente a origem do nome da favela da Rocinha, na zona sul do Rio de Janeiro, localizada entre esses dois bairros da elite carioca.

²³ Dados disponíveis em <https://br.sputniknews.com/brasil/201611026708716-brasileiros-policia-excessos-violencia/> Acesso out/2018

O povoamento da Rocinha foi iniciado por volta de 1927, com migrantes nordestinos que buscavam melhores oportunidades de trabalho. A crise da cafeicultura, em 1929, também contribuiu para o aumento das migrações para a região. Moradores da Baixada Fluminense mudaram-se também para a favela, pois era mais próxima de onde se concentravam oportunidades de emprego. Assim, a procura por casas na Rocinha aumentou e fez com que houvesse o processo de lotações de imóveis, no qual os moradores construam ou alugavam casas na região, complementando sua renda. No final dos anos 60, as obras no túnel Dois Irmãos e na autoestrada Lagoa-Barra aumentaram a oferta de trabalho nos locais adjacentes, atraindo mais pessoas para a Rocinha.²⁴

No período da ditadura militar, políticas públicas de remoção tentaram frear o avanço da favela, mas foram incapazes de equilibrar o déficit habitacional. O desenvolvimento da Rocinha se deu a partir da abertura política no final dos anos 70 e se consolidou com a redemocratização, já que o contexto foi favorável para que se discutissem propostas de urbanização da favela. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro (SMD) propôs medidas que visavam à prestação de serviços básicos, substituindo a política de remanejamentos e demolições.

No dia 18 de junho de 1993, a Rocinha foi instituída legalmente como bairro, pelo Decreto Municipal 601/95. Pelo fato de a Rocinha manter majoritariamente características que englobam a realidade de uma favela, adota-se para este trabalho a denominação “favela da Rocinha” no lugar de “bairro Rocinha”²⁵.

Uma das dificuldades metodológicas se encontra na falta de dados oficiais atualizados sobre a Rocinha. As informações mais recentes acerca de sua composição etária, densidade demográfica, escolarização e número de domicílios datam do Censo Demográfico de 2010 do IBGE.

²⁴ A história da Rocinha foi organizada a partir de pesquisa divulgada na PUCRIO, disponível para consulta em http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1512388_2017_completo.pdf Também foram consultadas matérias jornalísticas sobre o assunto. Consulta disponível em <https://veja.abril.com.br/brasil/na-trajetoria-da-rocinha-uma-historia-carioca/> <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/8689-rocinha-de-fazenda-a-maior-favela-do-rio-de-janeiro> e <https://oglobo.globo.com/rio/a-historia-da-favela-da-rocinha-em-sao-conrado-3222591> Acesso out/2018

²⁵ Adota-se a ideia do Observatório das Favelas para definir o que consiste, afinal, uma favela. Compreendo que são moradas singulares no conjunto da cidade e que integram a paisagem urbana. São ocupações que não seguem os padrões hegemônicos de habitação definidos pelo Estado e o mercado imobiliário. Esses modelos, em geral, se relacionam com determinadas classes sociais dominantes, que definem o que é aceitável e adequado. Acredito que a favela deve ser reconhecida em suas especificidades sociais e territoriais e que necessitam de políticas baseadas em sua materialidade historicamente dada. O estudo do Observatório das Favelas está disponível em <http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/09/o-que-%C3%A9-favela-afinal.pdf> Acesso out/2018

Segundo o Censo Demográfico de 2010 do IBGE²⁶, a população da favela é de 69.161 habitantes, vivendo em 25.352 domicílios (média de quase três moradores por casa). Com base na coleta de dados entre 25 de julho de 2008 e 30 de maio de 2009, o Centro Internacional de Estudos e Pesquisa sobre a Infância (Ciespi) divulgou o “Censo Domiciliar do Complexo da Rocinha”. No estudo, constatou-se que a população efetivamente recenseada chegou a 73.410.²⁷ Leitão (2004) afirma que os números oscilam entre 45 mil e 200 mil habitantes. A Associação dos moradores da Rocinha estipula aproximadamente 200.000 pessoas. A partir desses dados divergentes, conclui-se a dificuldade em determinar com exatidão a quantidade de indivíduos que vivem na favela; contudo, sabe-se que é um número elevado, constituindo a maior favela do Brasil.

Ainda segundo o IBGE, a divisão por sexo destaca que a quantidade de homens e mulheres é praticamente a mesma: são 34.125 (49,35%) homens e 35.036 (50,65%) mulheres. Jovens entre 0 e 29 anos representam 57% da população, e os idosos representam 3%, conforme o Instituto Profissionalizante Paulista (2014, p.5).

Apesar de ter uma população jovem, a quantidade que frequenta a escola não é expressiva. O IBGE apontou que 24.369 frequentavam creche ou escola, com 21.592 (89%) alunos da rede pública. Das crianças entre 0 e 14 anos – 17.092 pessoas (25% da população), apenas 13.189 tinham escolarização, de modo que 4.000 crianças nesse intervalo de idade não estão matriculadas nem em creche ou colégio. Os dados revelaram também que cerca de 10% da população – 6.939 moradores – nunca foram à escola. Quando o foco é o ensino superior, 796 residentes ingressaram em universidades, número que representa apenas 1% da população total.²⁸ Esses números chamam atenção porque expressam índices de escolaridade baixos e, nesta pesquisa, há a opinião de que se relacionam com a falta de políticas públicas essenciais que contribuiriam para a redução da violência de forma eficaz, como a garantia do direito à educação para todos.

Conforme o Censo de 2010, a quantidade de domicílios era de 23.347. Considerando-se a população de 69.156, esse dado reflete que há aproximadamente 3 habitantes por residência,

²⁶ Conforme divulgado pela Agência Brasil e pelo G1. Informações disponíveis em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-03/ibge-divulga-grade-estatistica-e-atlas-digital-do-brasil> e <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/12/maior-favela-do-pais-rocinha-discorda-de-dados-de-populacao-do-ibge.html> Acesso em out/2018.

²⁷ Informações disponíveis em http://www.ciespi.org.br/media/Cartografias/Rocinha/2%20Rocinha%20em%20numeros_PDF/5%20PAC%20omiciliar%20Rocinha_marco%202010.pdf Acesso em out/2018

²⁸ Dados disponíveis em <https://censo2010.ibge.gov.br/apps/areponderacao/index.html> Acesso em outubro/2018.

vivendo em uma área média de 86 hectares. A densidade demográfica, portanto, era de 800,4 hab/ha (IPP, 2014, p.4), o que expressa uma densidade alta²⁹.

Rodrigues (2015) acredita que a elevada quantidade de indivíduos habitando a favela representa uma heterogeneidade, que pode ser inclusive dividida em classes sociais. É possível, para a autora, encontrar famílias com renda mensal de R\$ 400, que pertencem à classe E, e famílias com renda de R\$ 14 mil, que pertencem à classe A1 (SEBRAE, 2011, p.9). O levantamento do SEBRAE expôs que a classe predominante era a C1, com renda familiar mensal de R\$ 1.400. Para Klintowitz (2008), o espaço intra-favela é caracterizado por sua diversidade social e econômica, não podendo ser homogeneizado, ainda que muitos veículos noticiosos reproduzam a favela sob o viés do senso comum, enfatizando-a como um espaço de subdesenvolvimento e criminalidade.

A intensa densidade populacional fez com que pequenas e médias empresas se interessassem em expandir seus mercados na Rocinha. Levantamento realizado pelo governo do Rio de Janeiro, em 2010, revelou que a favela tinha 6.145 estabelecimentos comerciais, com mais de 90% informais. Um exemplo disso é o camelódromo, que abriga mais de 190 comerciantes informais.³⁰ Parte-se da definição de Rodrigues (2015) para analisar os fenômenos sociais que ocorrem na Rocinha:

“Muito mais que uma favela repleta de pobreza, sujeira, marginais e bandidos, a Rocinha se apresenta como um bairro complexo, heterogêneo e rico. Sua semelhança com as outras favelas e a pretendida homogeneidade interna a ela acabam por se destacar em maior grau nos olhares externos do que nos próprios dados empíricos. (RODRIGUES, 2015, p.51)

Existem 763 favelas no Rio. Quando se lê a respeito da Rocinha, normalmente as informações são encontradas nas páginas policiais, em que são ressaltados a violência e o crime. Concorda-se com Rodrigues (2015, p. 52), que defende uma mudança no olhar acerca da Rocinha e de seus conflitos, visto que a favela é um espaço relevante no plano simbólico e cultural da cidade. Os órgãos públicos, ao longo da história, marginalizaram a favela e não elaboraram medidas para garantir infraestrutura e direitos básicos à população. Esse descaso resultou em políticas falhas na área de segurança pública, que se refletem nos elevados índices de violência, conforme explicitado no próximo tópico.

²⁹ Podemos ter uma dimensão desse número elevado quando comparamos com o bairro de São Conrado, vizinho da Rocinha. O censo de 2010 do IBGE informou que havia 10.980 pessoas em uma área de 162,14 hectares. A densidade demográfica era de aproximadamente 68 hab/ha.

³⁰ Informação retirada da reportagem de O Globo, publicada em 14/11/2011. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/rocinha-tem-90-do-comercio-na-informalidade-3241826>. Acesso em outubro/2018.

3.3 A segurança pública na Rocinha

Nesta seção, serão expostas as principais problemáticas de segurança pública vivenciadas na Rocinha, a fim de que se compreenda o que motivou a Intervenção das Forças Armadas nessa favela. Evidencia-se as implicações das políticas adotadas para solucionar os confrontos, com o objetivo de avaliar se houve respeito aos direitos humanos de quem mora na comunidade.

A crise na Rocinha começou, de fato, no ano de 2011, quando Antônio Francisco Bonfim Lopes – conhecido como Nem – foi preso e o controle da região passou para Rogério Avelino da Silva – chamado de Rogério 157 –, o que deixou Nem insatisfeito, aumentando a tensão e dividindo a comunidade. Segundo o delegado Carlos Eduardo Thome, da Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE), Nem não estava de acordo com a administração de Rogério 157, que extorquia dinheiro de trabalhadores e de mototaxistas.³¹

Em 2012, o governo implementou a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) Rocinha. A ideia de instalar a UPP era a de manter um modelo de polícia comunitária, estabelecendo vínculos amigáveis com os moradores. No entanto, essa relação rapidamente se desgastou, prejudicando a atuação da UPP. Para lidar com a presença dos policiais, o grupo de Rogério 157 instalou, conforme noticiado pelo Extra³², câmeras em caixas de plástico pretas em diversos locais da favela, a fim de monitorar a atividade e o controle da polícia. Outro exemplo desse desgaste é o que ocorreu com o ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza, que foi detido por policiais na Rocinha e desapareceu enquanto era conduzido para a UPP local em julho de 2013. O caso se tornou símbolo dos abusos policiais, motivando diversos protestos naquele ano. Em novembro de 2013, 70 policiais da UPP foram substituídos, a fim de que se melhorasse a imagem da unidade.

No dia 28 de julho de 2017, o presidente Michel Temer autorizou a convocação das Forças Armadas na segurança pública do Rio de Janeiro, por meio do decreto de Garantia da Lei e da Ordem. Assim, agentes do Exército, Marinha e Aeronáutica passaram a exercer poder de polícia no estado. O decreto determinou que os militares poderiam permanecer nas ruas do Rio de Janeiro até 31 de dezembro de 2017. Foram convocados, no total, 8.500 membros das Forças Armadas, 620 da Força Nacional e 1.120 da Polícia Rodoviária Federal. Parte desse

³¹ Conforme relatou em entrevista concedida ao portal UOL, disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/09/26/com-extorsao-a-mototaxistas-quadrilha-de-rogerio-157-fatura-r-100-mil-por-mes.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em out/2018

³² <https://extra.globo.com/noticias/rio/de-guarda-costas-chefao-rogerio-157-instalou-cameras-para-monitorar-pms-na-rocinha-21840913.html> Acesso em out/2018

efetivo foi deslocada para controlar o conflito entre traficantes na Rocinha, que se acentuou no mês de agosto.

Em 13 de agosto de 2017, 3 homens da confiança de Nem foram encontrados mortos em um carro na Estrada da Gávea. Há a hipótese de que tenham sido assassinados a mando de Rogério 157. Informado do que ocorreu, Nem teria avisado, de dentro da prisão, que Rogério 157 deveria deixar a Rocinha. Contudo, sua ordem não foi atendida e parte da facção criminosa Amigos dos Amigos (ADA)³³ decidiu organizar uma ação para tomar o comércio de drogas no local. Somente no primeiro dia do conflito, três pessoas foram mortas e outras três feridas. O Jornal Extra publicou que Rogério 157 se associou com o Comando Vermelho – a Polícia Federal não confirmou a informação, mas afirmou que Rogério rompeu com a ADA – e, por isso, 200 traficantes de seu grupo se refugiaram na Floresta da Tijuca durante a invasão. Em seguida, dispersaram-se em 6 comunidades comandadas pelo CV.³⁴

Em 17 de setembro de 2017, traficantes disputaram o controle da favela da Rocinha. Os ataques foram ordenados por chefes da ADA e iniciaram na comunidade São Carlos, no centro, e na Vila Vintém, na Zona Norte. A partir do dia 22, o governo interviu com a polícia e as Forças Armadas para conter os tiroteios e a violência. Até o dia 26 de setembro, haviam sido registradas 7 mortes e 11 prisões, e crianças não puderam comparecer às aulas.

O governador do Rio de Janeiro Luiz Fernando Pezão (PMDB), em entrevista à Globo³⁵, alegou que reagiu imediatamente à invasão do dia 17, determinando que não houvesse intervenção da polícia ou das Forças Armadas. O objetivo era que não se agravasse o conflito, evitando-se, assim, a morte de civis bem na época do Rock In Rio. Nesse sentido, a declaração é vista, nesta pesquisa, como um exemplo da seletividade do governo, pois a justificativa é a ocorrência de um grande evento, e não a garantia da segurança de quem vive na Rocinha.

Foi a partir de 22 de setembro de 2017 que o estado intensificou sua participação. A Polícia Militar começou a cumprir uma série de mandados de prisão coletiva contra facções criminosas e, no sábado, 23, nove homens foram presos, com três suspeitos mortos e um adolescente ferido. No mesmo dia, Raul Jungmann, Ministro da Defesa, autorizou o envio de

³³ A organização criminosa Amigos dos Amigos (ADA) surgiu entre os anos de 1994 e 1998 nos presídios cariocas. Em 2004, passou a controlar a Rocinha. A instalação da UPP Rocinha enfraqueceu a atuação da facção e prendeu Nem, que até o momento exercia a liderança. Após a sua prisão, Rogério 157 foi decretado o novo líder. Atualmente, o Comando Vermelho controla o tráfico na região.

³⁴ Matéria completa do Extra disponível em <https://extra.globo.com/casos-de-policia/trafico-comemora-mudanca-de-facao-de-rogerio-157-em-baile-veja-video-21865930.html> Acesso out/2018

³⁵ Conforme divulgado no portal G1 em 20 de setembro de 2017. Disponível para consulta em <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/pezoa-admite-que-ha-desencontro-entre-as-forcas-de-seguranca-do-estado-e-as-federais.ghtml> Acesso out/2018

950 membros das Forças Armadas para auxiliar a polícia a controlar o tráfego aéreo e o trânsito nas ruas ao redor da Rocinha, além de formar um cerco para impedir a fuga de suspeitos.

Desde 18 de setembro de 2017, 34 pessoas morreram na Rocinha. De acordo com a Polícia Militar, estão entre os mortos em ações policiais 32 suspeitos de facções, o PM Thiago Chaves da Silva e a turista espanhola Maria Esperanza. No mesmo período, 20 pessoas foram feridas durante os tiroteios, sendo 8 policiais, 9 moradores e 3 traficantes, segundo informações divulgadas pela polícia em 25 de janeiro de 2018. Dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) apontaram que, durante todo o ano de 2015 e nos primeiros 6 meses de 2016, apenas uma pessoa morreu em confrontos com a polícia. O Observatório de Intervenção, iniciativa do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CeSeC), revelou que os tiroteios subiram de 3.477 nos seis meses anteriores para 4.850 nos seis meses após o decreto de convocação das Forças Armadas na segurança pública do Rio de Janeiro no final de julho de 2017.³⁶

A partir dessas estatísticas, constata-se um aumento expressivo da violência, que se reflete no crescimento do número de tiroteios e na morte de 9 moradores. Essas medidas desrespeitam direitos humanos como a liberdade de ir e vir – crianças não podem ir às escolas e muitos faltam ao trabalho para não se arriscar –, o direito à vida – em que inocentes são mortos por balas perdidas – e o direito à paz e à segurança, que não são asseguradas; pelo contrário, o medo surge com mais intensidade. O Observatório da Intervenção e o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CeSeC) apontam preocupação com ações de segurança pública que violam os direitos humanos de quem vive nas favelas, como os mandados coletivos de busca e apreensão e a revista de mochilas de crianças no caminho das escolas.

Atualmente, a Rocinha está sob Intervenção Federal. É importante destacar que semanas depois do decreto de Temer autorizando a Intervenção, a vereadora Marielle Franco (PSOL) e seu motorista Anderson Gomes foram executados no centro do RJ. Marielle denunciava a violência policial nas favelas cariocas e criticava a atuação das milícias, lutando pela ampliação dos direitos humanos. Novamente, o ciclo de violência se intensifica e as políticas se mostram ineficazes.

Para elucidar o porquê de essas políticas falharem, recorre-se à explicação de Ignácio Cano, membro do Laboratório de Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Em entrevista para o NEXO³⁷, pontuou que os problemas da instituição policial são agravados

³⁶ Dados disponíveis para consulta em https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2018/08/Infografico_observatorio_julita_ARTEFINAL_1p.pdf Acesso out/2018

³⁷ Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/09/26/Como-a-Rocinha-se-insere-na-crise-cr%C3%B4nica-de-seguran%C3%A7a-do-Rio> Acesso out/2018

pela crise financeira do estado, que tem um déficit fiscal de R\$ 21 bilhões. Não há mais a bonificação de policiais que atingiam metas, e o governo deixou de preencher vagas abertas, o que diminuiu em 3.000 a quantidade de profissionais em menos de cinco anos. A polícia também não foi mais paga por horas extras prestadas. Unidades de Polícia Pacificadoras como a da Rocinha tiveram 30% de seu pessoal efetivo cortado. Esse contexto de desvalorização dos policiais e desaceleração econômica contribui para que se entenda algumas das causas da crise na segurança pública do Rio.

A intervenção das Forças Armadas, na perspectiva de Cano e adotada neste trabalho, serve para que cresça a sensação de segurança e se reforce a imagem de que o governo está agindo. Entretanto, a violência na cidade não é solucionada a longo prazo. A medida aconteceu em um momento de fragilidade do governo de Pezão, que é investigado pela polícia e é alvo de processo na Justiça Eleitoral. Michel Temer, paralelamente, tem alto índice de rejeição e é denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF).

Compreende-se, por meio da análise das informações apresentadas acima, que a Intervenção das Forças Armadas na Rocinha foi motivada pela disputa entre facções rivais, mas, sobretudo, foi uma forma de o governo mostrar que não está inerte. Resulta de uma medida extrema, que tem suas causas não somente nas brigas entre organizações criminosas, e sim na falta de políticas públicas adequadas – como se pode ver no baixo nível de escolarização dos moradores da Rocinha –, resultando em uma conduta que prioriza a violência ao diálogo e que desrespeita direitos humanos que deveriam ser garantidos com equidade a quem vive na favela.

Neste capítulo, a questão da segurança pública foi exposta sob o viés dos direitos humanos. Para isso, recapitulou-se como esses direitos se constituíram ao longo dos séculos e de que forma surgiram no Brasil. Recorreu-se à legislação brasileira, a fim de determinar quais medidas foram aplicadas nessa área. Evidenciou-se, por meio da pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2018), como as políticas adotadas repercutiram no estado do Rio de Janeiro, em que se pode constatar índices elevados de criminalidade que não têm sido controlados pela administração estatal.

Em seguida, apresentou-se um breve histórico e caracterização sobre a Rocinha, visto que essa é a maior favela da cidade do Rio de Janeiro e contém problemáticas na área de segurança pública que precisavam ser explicadas para a compreensão do porquê de essa comunidade sofrer a Intervenção das Forças Armadas em setembro de 2017. No próximo capítulo, o leitor será conduzido para a história da Mídia Ninja, sua política editorial e os principais objetivos do veículo. Com base na bibliografia de Peruzzo (1995, 2009), reflete-se

sobre a Comunicação Popular e seu compromisso com a cidadania na propagação de informações.

4 Mídia Ninja, um novo projeto comunicacional

Neste capítulo, será abordada a origem e as características da Mídia Ninja. Para isso, pretende-se verificar se o veículo é um meio de comunicação popular. Suscita-se, além disso, a reflexão acerca da produção dos conteúdos, visto que não há, na comunidade jornalística, um consenso sobre o caráter essencialmente jornalístico dessa mídia.

Considera-se que o jornalismo tem o papel social de defender o interesse público. É, também, um sistema perito e especializado (MIGUEL, 1999)³⁸ – ou seja, baseado na excelência técnica e na confiança dos leitores –, que depende de valores-notícia e práticas sistematizadas, ao longo dos séculos, pelos profissionais. Por ser um campo perito, o jornalismo ganha uma atitude de confiança por parte dos consumidores quanto à veracidade das informações relatadas, quanto à justeza na seleção e hierarquização do que é importante constar no relato e quanto à justeza na seleção e hierarquização das notícias diante dos inúmeros fatos disponíveis.

Porém, a veracidade do relato permite verificações apenas em certos casos e a estratégia para se obter credibilidade é impor como indiscutível o fato narrado, seja com fontes confiáveis ou imagens que comprovem. É igualmente difícil averiguar a correta seleção dos elementos que estruturam a notícia, pois a comprovação exige conhecimento de realidades que não são a do consumidor. Como saber que o relato dos acontecimentos na Rocinha não exclui aspectos significativos? Responder a esse tipo de pergunta, segundo Miguel (1999, p.200), é justamente o que justifica a existência do jornalismo como um veículo especializado na transmissão de informações. Para definir o que compõe as notícias, há todo um conjunto de critérios de seleção, estabelecendo os valores que presidem a apreciação dessa realidade construída.

Com o surgimento de novos dispositivos tecnológicos, o jornalismo sofre profundas modificações no cenário de convergência, instantaneidade e interatividade. A não obrigatoriedade do diploma foi outro fator que alterou a prática profissional, de modo que não é necessária graduação para o exercício do jornalismo³⁹. Originam-se, nesse sentido, problemáticas e demandas inéditas em todos os níveis da categoria. Castells (2003) pontua que a internet é mais do que um instrumento tecnológico, pois é capaz de articular a sociedade em

³⁸ Luis Felipe Miguel analisa certas características que constituem o jornalismo como sistema perito, recorrendo à obra do sociólogo inglês Anthony Giddens. O conceito de sistema perito é o que Giddens define como “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (GIDDENS, 1991, p.29 apud MIGUEL, 1999, p. 198). As duas principais características dos sistemas peritos são a sua autonomia em relação àqueles que estão submetidos a ele e a crença, por parte dos consumidores, de sua competência especializada.

³⁹ O artigo 4º, inciso V, do Decreto-Lei 972/1969 exigia a obrigatoriedade do diploma. O Supremo Tribunal Federal decidiu, no dia 17 de junho de 2009, que não se precisa mais de diploma para exercer a profissão de jornalista, pois fere o direito humano à comunicação previsto no capítulo 5, nos artigos 220 a 224 da Constituição Federal de 1988. Notícia com a resolução publicada no Portal do STF em 17 de junho de 2009 e disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=109717> Acesso em out/2018.

rede, propondo novas diretrizes. Essas transformações vêm, portanto, afetando o status e a identidade dos jornalistas (ADGHIRNI, 2005) e a sociedade democrática.

O fortalecimento do jornalismo cidadão expressa essas profundas adaptações. É nesse contexto que a Mídia Ninja se desenvolve. Define-se, em seu site, como uma rede de comunicação livre, que pretende buscar formas inovadoras na produção e distribuição da informação, através de lógicas colaborativas de trabalho. Além disso, a visão do veículo é a de que a comunicação democrática é um direito humano em defesa do interesse público, da diversidade cultural e do direito à informação, visibilizando pautas que dialogam com os desafios desse século.

4.1 As origens da Mídia Ninja

Em março de 2013, dois eventos importantes ocorreram na comunicação e contribuíram para a idealização da Mídia Ninja: o 3º Fórum Mundial de Mídia Livre e, logo depois, o Fórum Social Mundial, ambos realizados na capital da Tunísia⁴⁰. Coletivos ativistas de diversos países se reuniram para debater a democratização e a regulamentação da mídia. Os grupos participantes propagaram a visão de que a mídia deve resguardar a liberdade de expressão e a cidadania.

A promoção desses eventos foi ideal para a concretização da Mídia Ninja. Sua origem remete à “Pós-TV”, veículo do coletivo de produção cultural colaborativa “Fora do Eixo”⁴¹. O ninja já começou a atuar em 2012, na cobertura de movimentos sociais como a Marcha da Maconha, e em junho de 2013, com os protestos que tomaram as ruas em diversas cidades do país e contaram com a divulgação da informação através dos participantes, que enviavam vídeos por dispositivos móveis.⁴²

⁴⁰ A Tunísia estava marcada pela Primavera Árabe, fenômeno revolucionário contra o autoritarismo do Estado e que se espalhou em diversos países do Oriente Médio. O uso de mídias sociais como o Facebook e o Twitter foi essencial para organizar as manifestações. Na Tunísia, os protestos foram denominados de Revolução de Jasmin e resultaram na queda do regime ditatorial de Ben Ali em 14 de janeiro de 2011. O governante estava há 24 anos no poder. Para mais informações, confira <https://www.ufrgs.br/ripe/wp-content/uploads/2017/05/primavera-%C3%A1rabe.pdf> Acesso em out/2018

⁴¹ O Fora do Eixo surgiu no final de 2005 e reúne coletivos culturais de diversas cidades do país, denominados “Pontos Fora do Eixo”. Esses coletivos participam em circuitos estaduais e regionais econômicos, de produção, formação, circulação e comunicação. A rede é descentralizada e pautada nos princípios de economia solidária, cooperativismo, empoderamento dos sujeitos, respeito à pluralidade e às identidades culturais. Para saber mais, acesse <http://foradoeixo.org.br/> Acesso out/2018

⁴² Os protestos de junho de 2013 ficaram conhecidos como Jornadas de Junho e formam uma série de manifestações populares que ocorreram em todo o país. O aumento das passagens do transporte público foi o motivo inicial, que logo convergiu para uma série de outras insatisfações sociais. O movimento foi organizado nas redes sociais, sem liderança ou pautas claras. O auge do movimento teve mais de 1,5 milhão de pessoas às ruas em mais de 300 cidades.

Fundada por Bruno Torturra, Dríade Aguiar, Rafael Vilela, Felipe Altenfelder e Pablo Capilé, sua sigla significa Narrativas Independentes Jornalismo e Ação. Criaram um coletivo de comunicadores independentes, a fim de narrar os acontecimentos de modo alternativo aos meios hegemônicos. Os ninjas têm a missão de abordar assuntos que focam na diversidade e nos movimentos sociais, sem adotar cortes ou censuras. Diferentemente dos veículos tradicionais, tem a parcialidade e a prestação de um serviço comunitário e afetivo como valores, visando incentivar novos projetos de sociedade.

As transmissões começaram pelo *Youtube*, *Facebook* e *Twitter*. As redes sociais são o principal canal de divulgação. Assuntos pouco noticiados e analisados pela grande mídia são pautados na Mídia Ninja, através de um processo de comunicação colaborativa e horizontal, que liga pessoas de todo o Brasil. Os produtores de conteúdo se consideram cidadãos multimídia, já que atuam inspirados na dinâmica comunitária e na construção da cultura comum, visando legitimar demandas de setores marginalizados. Além de focar em pautas destinadas a esse público, o veículo também impulsiona que essas pessoas participem na elaboração das matérias.

Essa mídia tem o objetivo de romper com as fontes tradicionais, uma vez que deseja debater com quem não tem visibilidade, criando uma mídia livre por meio de novas formas de comunicar. O tipo de comunicação que se deseja alcançar pelos ninjas é possível com o ciberativismo. O ambiente virtual proporciona possibilidades de imersão, sensação, conectividade e compartilhamento permanentes, bem como a ubiquidade da comunicação e, a partir da popularização das redes sociais, o ciberativista introduz um número maior de conteúdos em suas plataformas. O processo comunicacional do ciberativismo ocorre por meio de “codificações sígnicas, com base em tecnologias digitais, visando representar os objetivos, as necessidades e principais metas de grupos sociais, com o objetivo de causar mudanças conscientes e coletivas em hábitos de pensamento, de ação e de sentimento” (PIMENTA apud RODRIGUES, 2015, p. 7).

Bruno Torturra, em entrevista concedida ao Roda Viva em 2013⁴³, afirmou que o discurso midiático dos ninjas não é imparcial, de maneira que engloba majoritariamente os ideais e demandas de movimentos sociais. Para ele, a objetividade vem da transparência de como a informação é produzida. O canal de comunicação, desse modo, tem um posicionamento definido, que assume um lugar de fala que defende a democracia, a diversidade cultural e uma editoria coletiva, transparente e direta. “Trata-se de uma ecologia de produção de conteúdos

⁴³ Entrevista completa disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=kmgvDn-lpNQ> Acesso out/2018

que tem capacidade de incidir diretamente nas disputas de imaginário contemporâneo e colaborar com a obtenção de conquistas públicas da sociedade” (MÍDIA NINJA, 2013).⁴⁴

A Mídia Ninja divulgou, em vídeo institucional, que já foram realizadas, nos últimos cinco anos, mais de 7.500 transmissões ao vivo, 100 mil fotos no banco de imagens, mais de 10 mil cartazes e memes e aproximadamente 4 mil horas de filmagens. Atualmente, há um site que contempla todos os artigos e vídeos produzidos por novos colaboradores – é a chamada Rede Ninja de Opinião. Em 2018, constituem a lista nomes como Caetano Veloso e Marcelo Freixo. São totalizados mais de 50 correspondentes e colunistas pelo país.

Os ninjas se sustentam através de financiamento coletivo na plataforma Catarse e pela participação em editais públicos. Em entrevista concedida ao jornalista André Forastieri, do portal R7, Bruno Torturra respondeu sobre o financiamento da Mídia Ninja⁴⁵. Pontuou que não é e nem será uma empresa, porque não terá fins lucrativos como um negócio convencional de comunicação. Acrescentou que ninguém é contratado nem recebe salário.

Para o futuro, Torturra elaborou quatro modelos simultâneos para conseguir financiamento: o primeiro é o crowdfunding, que já vigora em 2018. Em seguida, o plano é lançar um sistema de assinaturas mensais, de baixo valor, para gerar uma receita estável e que viabilize os custos diários na produção de reportagens e manutenção de equipamentos. Possivelmente, pretende-se gerar alguma receita para quem se dedica integralmente ao projeto⁴⁶. O terceiro é destinar recursos para reportagens e temas específicos, com orçamentos para a equipe que irá cobrir esses assuntos. O quarto é um sistema de microdoações para textos, vídeos ou fotos, funcionando como um botão de *like* no site. No final do mês, o leitor recebe uma conta como valor e a lista de tudo que curtiu e, se quiser, pode contribuir. As doações iriam direto para o autor do material.

Para Bastos e Silva (2018), através de pesquisa feita com questionários, entrevistas em profundidade e observação participante do local de trabalho dos Ninjas – as “casas” da Mídia Ninja situadas em Brasília e Belo Horizonte⁴⁷ –, o valor colaborativo é inerente ao veículo na produção coletiva de reportagens. Os membros valorizam um clima organizacional harmônico e realizam grande parte da comunicação por meios online como *Telegram*. Os valores são

⁴⁴ Fonte: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-2151-1.pdf> Acesso out/2018

⁴⁵ Entrevista completa disponível em <http://noticias.r7.com/blogs/andre-forastieri/2013/07/31/uma-entrevista-com-bruno-torturra-da-midia-ninja/> Acesso out/2018

⁴⁶ A Mídia Ninja se organiza produtivamente a partir de uma equipe orgânica de comunicadores que vivem em Casas Coletivas do movimento Fora do Eixo, distribuídas em diversas cidades do Brasil. Conta, também, com uma rede colaborativa de voluntários que enviam conteúdos como imagens ou textos que dialogam com os princípios do veículo.

⁴⁷ A Mídia Ninja também tem casas coletivas em São Paulo e Rio de Janeiro.

consensuais e compartilhados pela equipe orgânica e colaboradores, como a parcialidade, a multiplicação de conhecimentos e a fuga da lógica de mercado. As autoras sintetizam:

O ambiente de trabalho mutável, perpassado por fluxos colaborativos, estratégias organizacionais condizentes com os valores de colaboração e solidariedade e por tecnologias digitais essenciais para o funcionamento da organização, mostra uma nova alternativa não só de organização, mas de transformação do ecossistema do jornalismo brasileiro (BASTOS E SILVA, 2018, p.14)

Segundo Foletto (2017), o fluxo de trabalho dos ninjas é o que se constitui em uma “redação na nuvem”, formando uma nuvem coletiva de diversos mediadores e intermediários, flexível e reticulada às redes sociais e à própria internet: “[...] resultou em uma organização híbrida, sem divisões estabelecidas por profissão, e que eliminam a necessidade de existência de um espaço físico” (FOLETTTO, 2017, p. 194). Constitui-se em uma rede ligada a diversas outras, relacionadas ao Fora do Eixo, em que os fluxos de trabalho se cruzam em diversos momentos.

4.2 Mídia Ninja e Comunicação Popular

Um dos princípios da Mídia Ninja que merece destaque é o ideal de construir um jornalismo popular e cidadão. Peruzzo (1995) argumenta que a comunicação popular não é recente: nos anos 70 e 80, cresceu significativamente, em um momento histórico que proporcionava a sua existência. Os meios de comunicação de massa estavam, nesse período, concentrados nos setores dominantes e predominava a negação à cidadania plena. Falar de comunicação cidadã e popular implica “falar de cultura, de relação. E necessita, para tanto, da interdisciplinaridade em seu sentido mais profundo. Trazer a Comunicação Popular para o espaço da cultura em seu sentido mais profundo” (BERGER, 1989, p.31). Para Berger e Peruzzo, essa concepção redefiniu os marcos da comunicação, uma vez que as análises passaram a dimensionar os conflitos pelo viés da cultura, trazendo a ideia de ação e de práxis.

A comunicação popular não é sujeita ao controle governamental ou empresarial direto. Está vinculada às práticas de movimentos coletivos, reivindicando por transformações que lutam pela melhoria das condições de existência (PERUZZO, 1995). Entretanto, é importante ressaltar que nem todas as comunicações populares se centram no contexto dos movimentos sociais, havendo expressões que não são, necessariamente, ligadas a esses grupos.

Adere-se à visão de Peruzzo (1995), que afirma ser fundamental ver a comunicação popular como algo capaz de compreender processos comunicativos variados. Justamente por

isso, o campo teórico encontra dificuldade em sistematizar de forma global o que a caracteriza: num primeiro momento, era definida por sua circulação limitada e produzida quase que artesanalmente por camadas populares; depois, diz-se que se refere não ao instrumento utilizado, mas ao conteúdo das mensagens. Nesse sentido, refletiria os interesses das classes subalternas, com ideias críticas e libertadoras. Posteriormente, há quem defina que não são os meios técnicos ou os conteúdos, porque o alternativo está no processo de criação conjunta, que envolve diálogo e a construção de uma realidade distinta e contrária ao capitalismo, responsável por fragmentar os indivíduos.

Adotam-se os 5 elementos principais definidos por Peruzzo (1995, p.36-41) para compreender a comunicação popular. São eles:

1- A articulação à educação popular libertadora e às lutas sociais orienta a ideologia do veículo alternativo. A comunicação popular explicita, assim, o contexto brasileiro e latino-americano de opressão vivenciado pela população, estimulando a propagação de novos ideais para a sociedade. É meio de conscientização, mobilização, informação, educação política e manifestação cultural do povo.

2 – O conteúdo das mensagens tem um caráter emancipatório, reivindicando uma sociedade justa. A comunicação popular critica as estruturas de poder que causam a desigualdade e convida as classes marginalizadas para participarem e organizarem as pautas.

3- É um espaço democrático de comunicação e se relaciona com os segmentos subalternos tanto em sua metodologia como em sua forma e conteúdo. Abre, portanto, novos canais de expressão, portando um ideal democrático que participa nas manifestações e conflitos entre as classes sociais. Há casos em que a participação popular ampla e democrática não se dá apenas na transmissão das mensagens, mas também no processo de planejamento e tomada de decisões na gestão comunicacional. Segundo Peruzzo (1995), o Brasil tem restrição na prática participativa, já que é usual meios populares de comunicação serem produzidos por poucos e, de acordo com a interpretação que fazem das necessidades de informação dos receptores, reproduzem os seus próprios interesses.

4- Os protagonistas são o próprio povo e/ou as organizações e pessoas ligadas a ele organicamente. O povo, nesse sentido, é antagônico às classes hegemônicas. A comunicação popular pode ser concebida em dois modos: a que tem origem na classe dominante e é dirigida às dominadas ou a que se dá no âmbito das próprias classes subalternas. Em ambos, implica a quebra da lógica de dominação e ocorre a partir do povo.

5- A comunicação popular se realiza na luta de classes. Aí, é oposta ao modelo massivo de comunicação, que é encarado como alienante ou perverso aos anseios populares.

No caso da Mídia Ninja, essas 5 características são notáveis, algumas mais acentuadas, como o caráter emancipador e a abertura para uma comunicação democrática e participativa. Por se definir como alternativa, intenciona ser uma opção que expressa conteúdos distintos da grande mídia comercial e com tendência conservadora. Suas diferenças são visíveis na proposta editorial, na direção político-ideológica voltada para pautas dos movimentos sociais, nos modos de organização situados na base popular e nas estratégias de produção e ação, que estimulam a participação ativa e a liberdade de expressão.

Há um fator crucial para que se possa entender a singularidade do veículo, que é a atuação no ciberespaço, conforme já mencionado. O ativismo na era digital altera significativamente a esfera participativa da comunicação popular (PERUZZO, 2009). A internet inverteu a lógica de um emissor para vários receptores: hoje, todos são potenciais emissores. As possibilidades comunicativas e interacionais foram ampliadas e cada cidadão pode se sentir “jornalista”, na medida em que podem criar seus próprios blogs ou canais no Youtube para divulgar informações. As fontes abertas da era digital derrubam a figura do *gatekeeper* e colocam a do *gatematching* em cena⁴⁸, incentivando a participação ativa das pessoas no ato comunicativo.

Ainda que, em parte, a internet e as novas tecnologias ampliem a participação popular, precisa-se ressaltar que também podem ter o efeito contrário. O potencial otimista marcou o surgimento das mídias no ciberespaço. Todavia, não há mais a predominância dessa perspectiva. Isso se justifica em fatores limitantes, como a exclusão digital de quem não tem acesso à rede⁴⁹ e a influência dos algoritmos no uso de dados dos usuários para estratégias de

⁴⁸ A teoria do *gatekeeper* surgiu nos anos 50 por David Manning White, em um artigo publicado na revista *Journalism Quarterly*. A palavra se refere a quem toma as decisões e foi primeiro introduzida pelo psicólogo Kurt Lewin, em uma pesquisa divulgada em 1947 sobre as decisões de compra de alimentos para casa. White, ao aplicar o conceito para o jornalismo, partiu da ideia de que as notícias se difundem por canais ou cadeias e que, nessas cadeias, existem “portas” por onde as notícias passam ou ficam retidas. O conceito de *gatematching*, termo apresentado em 2005 pelo pesquisador australiano Axel Bruns, remete a um modelo de seleção noticiosa em que as audiências têm papel ativo, algo que cresceu com a internet.

⁴⁹ Não é um objetivo deste trabalho discutir a inclusão x exclusão digital. Sugere-se a leitura de dois artigos para melhor compreensão dessa questão. Ambos refletem sobre as dificuldades de elaboração de políticas que incluam setores periféricos do Brasil no mundo digital. O primeiro se denomina “Inclusão Digital e Cidadania: um olhar sobre o Programa ACESSA SP, seus potenciais e limites” e o segundo “Exclusão digital e comunicação cidadã na Internet: a experiência da Agência Jovem de Notícias”. Disponíveis em <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-0674-1.pdf> e <http://intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2011/resumos/R28-0918-1.pdf> Acesso nov/2018

manipulação da opinião pública⁵⁰. É fundamental pensar essa questão a partir de uma perspectiva crítica, conforme propõe Wolton (2003). Segundo o autor, a importância desses meios reside em verificar se está ocorrendo, de fato, uma mudança real que se reflete em formas inovadoras de comunicação coletiva. Indaga-se, então, se o desenvolvimento da internet vem criando outro projeto de sociedade e de organização da comunicação.

Nesse sentido, acredita-se que as tecnologias digitais permitiram uma nova forma de acesso à informação e à transmissão de produtos e informações. No entanto, o espaço virtual não revolucionou o modelo social que já vigorava: uma sociedade baseada na busca por lucro e recursos não alcançará uma esfera pública que se dedique a um outro tipo de comunicação, em que todos tenham recursos econômicos, educacionais e tecnológicos para participar (MARCONDES, 2007). O ciberespaço pode se tornar uma ferramenta efetivamente democrática, mas só quando for compreendida e direcionada para isso. Atualmente, segue a lógica dos meios empresa-Estado-usuário (NUNES, 1997), em que se acentuam as desigualdades, inviabilizando a concretização de um projeto revolucionário de comunicação e sociedade.

Há, além disso, diferenças que precisam ser pontuadas entre as plataformas digitais. Para Peruzzo (2009), há meios com a finalidade de oferecer conteúdos que visam ampliar a cidadania e estabelecer a justiça social, mas há outros que representam somente interesses individuais de autoexpressão, como acontece em muitos *blogs*. Para ser considerado um meio de comunicação alternativo na Web 2.0 – em que os membros e militantes usuários podem contribuir com informações produzidas por eles mesmos -, é preciso que se mantenham características da comunicação popular mencionadas anteriormente.

As modificações não são só tecnológicas, mas constituem inovações técnicas na comunicação comunitária, que se refletem em novas dimensões culturais e sociais. Conforme explica Peruzzo:

As novas manifestações alternativas de comunicação, ao incorporar suportes digitais e interativos em tempo real, engendram não só conteúdos diferenciados a partir de novos olhares tendo em vista a desalienação mas também novos procedimentos de ação na construção e na difusão de mensagens, na socialização de conhecimentos técnicos (e outros), na criação de códigos compartilhados de conduta e na instituição de novas relações sociais de produção que põem em suspensão a hierarquia e a burocracia tradicional e o sentido da propriedade privada. (PERUZZO, 2009, p. 143).

⁵⁰ Neste trabalho, não é um objetivo analisar as implicações sociais do uso de dados e de que forma ocorre esse processo. Para quem tiver interesse no assunto, recomenda-se a leitura do artigo “Mídias Algorítmicas e Internet das Coisas: Impactos no Campo da Comunicação na Era da Informação Global”, de Izabela Domingues. Disponível em <http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R57-2158-1.pdf> Acesso nov/2018

Portanto, na visão da autora, a constatação de que a internet estimula uma sociabilidade mais individualizada é apenas um lado do fenômeno, pois favorece, ao mesmo tempo, articulações comunitárias e formas de manifestação colaborativas. Dessa forma, a relação mediada por computadores e smartphones vêm revolucionando a comunicação alternativa, com novos formatos e mecanismos interativos. A internet permitiu o compartilhamento de narrativas independentes que desafiam o status quo e a Mídia Ninja integra esse processo.

Contudo, a internet também possibilitou o compartilhamento de conteúdos reacionários que não apenas reforçam o status quo, mas tentam fortalecê-lo. Mesmo havendo um cenário que favorece a ascensão de plataformas colaborativas, é necessário pontuar que há mais de um terço (39%) das residências brasileiras não tem nenhuma forma de acesso à internet, segundo pesquisa TIC Domicílios 2017⁵¹, divulgada em 24 de julho de 2018. Cerca de 27 milhões de domicílios desconectados, enquanto outros 42,1 milhões acessam a rede. O índice sem acesso aumenta nas classes D e E: 70% não utilizam a internet, enquanto nas classes A 99% acessa. Dessa forma, o potencial revolucionário na comunicação popular é limitado, não alcançando grande parte dos indivíduos mais afetados pelo sistema.

4.3 Mídia Ninja é jornalismo?

Outro aspecto importante de ser pontuado é o caráter jornalístico da Mídia Ninja. Para Waltz (2016), os ninjas podem ser enquadrados em um panorama da “cultura da participação”, em que as mídias digitais aceleram o compartilhamento de conhecimento. A relação entre consumidores e produtores é aproximada pela internet, ancoradas em valores afetivos. O autor sinaliza a importância de se analisar a repercussão desses novos métodos narrativos para a comunidade jornalística.

Waltz (2016) parte da ideia de que a cobertura da Mídia Ninja mobilizou a rediscussão do que constitui o *ethos* jornalístico e quais seus princípios éticos e deontológicos, como a imparcialidade e a objetividade. Defende-se, em consonância com Waltz, a ideia de que as tecnologias digitais reconfiguraram as relações entre a mídia tradicional e a comunicação popular na atualidade. Por isso, precisa-se analisar como o modelo informacional da Mídia Ninja afeta o jornalismo.

Para Bennetti e Hagen (2010), o jornalista ocupa um lugar de enunciação em que está autorizado a “tratar dos fatos do mundo”, e os sentidos de seu discurso só podem ser admitidos se o leitor reconhece a legitimidade e a singularidade dessa enunciação. Há, dessa forma, um

⁵¹ Dados disponíveis para consulta em https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2017_coletiva_de_imprensa.pdf Acesso nov/2018

imaginário social acerca do que é jornalismo, havendo a crença de que se orienta pelo interesse público, com a seleção de fontes confiáveis e métodos objetivos que legitimam o seu dizer.

Apesar de desejar romper com a mídia tradicional, os ninjas adotam em sua sigla o termo “jornalismo”, dispostos a se apropriarem do *ethos* da profissão e a recuperar o compromisso com a democracia e o público. Com a internet, a Mídia Ninja acentua a troca de informações diretas entre as pessoas, sem que se precise de intermediários. Em um tempo de redes conectadas às ruas, surgem os cidadãos-multimídia, capazes de construir sua opinião no ciberespaço. Esses novos narradores participam ativamente da Mídia Ninja e acentuam a transição pela qual o jornalismo vem passando.

Porém, é questionável até que ponto os conteúdos do veículo são essencialmente jornalísticos e, portanto, dotados de credibilidade. Waltz (2016) relata que, em entrevistas realizadas com profissionais de grandes jornais, houve a alegação de que a Mídia Ninja não cumpre o papel do jornalismo, visto que evidencia apenas um lado do conflito. A violência policial nos protestos de 2013, por exemplo, foi destacada nas matérias do veículo. Todavia, violências praticadas por manifestantes não foram debatidas. Assim, a parcialidade assumida pelos ninjas já denota que não há uma polifonia discursiva comum à cultura jornalística. Conforme define Waltz:

Por outro lado, a Mídia NINJA supostamente se empenharia em mostrar um “lado B”, aquilo que não aparece com destaque na mídia empresarial. Na sua polifonia, o cidadão — mais precisamente, o cidadão-multimídia — teria plena voz, uma vez que o conteúdo produzido pelo grupo é feito de forma colaborativa. Mas, por outro lado, essa abertura não se faz para vozes discordantes ou de autoridades. Em uma análise rápida em sua página na web, é possível perceber um conteúdo tendencialmente voltado à cobertura de movimentos sociais de cunho anticapitalista, geralmente em tom de opinião. (WALTZ, 2016, p. 8)

Logo, um dos principais pontos de tensão entre a mídia tradicional e a alternativa reside na forma como encaram a polifonia discursiva. Ambas são dotadas de parcialidade na elaboração das narrativas e na escolha das pautas, contudo, concorda-se com Waltz de que a diferença está no fato de que o jornalismo tradicional se apoia na adoção de critérios mais rígidos, elaborados durante séculos pela comunidade profissional.

Foletto (2017) argumenta que a ideia de que o jornalista é um mediador privilegiado, produzindo relatos equilibrados da realidade, é fruto de uma concepção de mediação típica da modernidade. Com a popularização da internet na década de 1990, esse contexto se altera, através de questionamentos da ideia de mediação tipicamente moderna e purificadora. Assim, abre-se caminho para considerar a mediação como um processo híbrido, instável e constituído por elementos de diferentes significados. O autor traz um conceito importante para entender a

questão da parcialidade: em sua visão, a Mídia Ninja exerce tanto o papel de mediação como de intermediária, variando conforme o momento e o objeto apreendido. O autor vê a Mídia Ninja representando uma objetividade localizada⁵²:

Acredito que a atuação da Mídia Ninja, especialmente nas manifestações de junho e julho de 2013, mostrou a possibilidade de um exercício de uma prática que expressa a perspectiva de uma objetividade localizada, que se reconhecia como mais um mosaico de parcialidades, ao invés de expressar uma única visão que "promete transcendência de todos os limites e responsabilidades" (HARAWAY, 1995, p.27) como a cobertura de veículos jornalísticos tradicionais procurou estabelecer naquela situação. (FOLETTTO, 2017, p. 208).

Todas as matérias que compõem o *corpus* deste trabalho apresentam um posicionamento bem definido. É notável que o caráter opinativo é o mais presente no veículo, com colunistas que compartilham a proposta de defender os direitos humanos e dar visibilidade a pautas não abordadas pelos canais hegemônicos. Entretanto, a finalidade de puramente informar sem se posicionar é inexistente, da mesma forma que poucas fontes são consultadas para estruturar o ponto de vista.

A Mídia Ninja informa sobre determinados aspectos da segurança pública por meio de uma linguagem essencialmente opinativa, inclusive na matéria que se encaixa no gênero informativo. O discurso jornalístico que engloba a mediação, a isenção de julgamentos de valores, a concisão e o pluralismo de fontes é deixado de lado, cedendo para um jornalismo voltado à esfera opinativa.

Encara-se a Mídia Ninja como expressão de um momento social, com algumas matérias dos gêneros jornalísticos enquanto outras são colaborações que, apesar de informarem, não sofrem um processo de apuração e seleção, como gravações feitas ao vivo em protestos e enviadas por manifestantes. Representa, indubitavelmente, uma proposta inovadora de comunicação, ampliando a cidadania e questionando o modelo atual de se fazer jornalismo, mas que ainda reflete um fenômeno recente acerca de seus impactos.

No capítulo, foi apresentado como se originou a Mídia Ninja, seu modelo organizacional, suas características de comunicação popular e a questão da parcialidade e de seu caráter jornalístico. No próximo capítulo, serão analisados os sentidos produzidos no *corpus* selecionado.

⁵² O conceito de objetividade localizada trazido por Foletto remete à noção de objetividade encontrada no texto de Donna Haraway (1995), que se refere à uma corporificação específica e particular (HARAWAY, 1995 apud FOLETTTO, 2017).

5 O enquadramento da segurança pública pela Mídia Ninja: sentidos sobre a questão a partir do caso da Rocinha

Este capítulo apresenta a análise do *corpus* do trabalho de acordo com a metodologia adotada. Na primeira parte, serão explicados os procedimentos metodológicos da pesquisa: a seleção do corpus (critérios de seleção dos conteúdos veiculados pela Mídia Ninja) e a metodologia de análise (Análise do Discurso). Em seguida, serão discutidos os sentidos de segurança pública produzidos pelo material analisado, que abrange o período de 7 de abril de 2017 a 15 de fevereiro de 2018. O objetivo é compreender o enquadramento que o veículo conferiu à problemática da segurança pública na Rocinha.

5.1 Procedimentos Metodológicos: a seleção do *corpus*

A seleção dos conteúdos para análise deste trabalho foi delimitada temporalmente porque o primeiro texto publicado que remete à questão da segurança pública nas favelas cariocas⁵³ é de 7 de abril de 2017. Para não confundir os fenômenos sucedidos, optou-se por selecionar os conteúdos divulgados até 15 de fevereiro de 2018, pois em 16 de fevereiro de 2018 foi decretada Intervenção Federal em todo o Rio de Janeiro, envolvendo novas problemáticas às quais o presente trabalho não visa estudar.

Foram escolhidos todos os conteúdos produzidas no período de 7 de abril de 2017 a 15 de fevereiro de 2018 que contribuem para responder o problema de pesquisa. Destacam-se três matérias que abordam especificamente o acontecimento de Intervenção das Forças Armadas na Rocinha.

O primeiro texto publicado pelo veículo e que aborda a temática da pesquisa critica a ação policial no Brasil, mencionando o caso Amarildo para exemplificar a conduta violenta e discriminatória. O segundo reflete sobre o papel da administração pública na manutenção de desigualdades sociais e o esquecimento da sociedade de casos como o de Amarildo e Rafael Braga. O terceiro texto analisa a segurança pública na perspectiva dos direitos humanos, indagando a eficácia das UPPs e a necessidade de uma transformação social para solucionar os conflitos.

Os próximos três conteúdos tratam da Intervenção das Forças Armadas na Rocinha. O primeiro divulgado é uma fotorreportagem que denuncia a violência da ação. O segundo é um vídeo em que Marcelo Freixo apontando a falha nas políticas públicas como a principal causa dos conflitos na Rocinha. O último conteúdo publicado sobre o acontecimento é um texto de

⁵³ Nem todos os textos mencionam exclusivamente a Rocinha, mas todos abordam a questão da segurança pública nas favelas cariocas. Portanto, infere-se que, ao falarem da situação nas favelas do Rio de Janeiro, estão abordando também a realidade da Rocinha, que constitui a maior favela da cidade.

Marielle Franco, que classifica a Intervenção de modo negativo, visto que fere com os direitos humanos.

Por fim, há uma notícia sobre manifestação organizada por moradores do Vidigal que pedem paz na Rocinha e demais favelas do Rio. Esse foi o único conteúdo sobre segurança pública nas favelas cariocas divulgado após a Intervenção das Forças Armadas na Rocinha até a data de 15/02/2018. O *corpus* da pesquisa é composto, assim, de sete conteúdos produzidos que tratam acerca da questão da segurança pública, segundo a tabela 1.

Tabela 1: conteúdos selecionados para análise

| Títulos | Autor | Data | Identificação no capítulo |
|--|-----------------|-------------|----------------------------------|
| A política de segurança do extermínio de inimigos | Orlando Zaccone | 07/04/2017 | MN1 |
| Vender histórias tristes ainda é um grande negócio | Bruno Ramos | 16/05/2017 | MN2 |
| O medo inconsequente | Bruno Monteiro | 09/06/2017 | MN3 |
| Violência gera violência. A Rocinha entre o alívio e a agonia | Ninja | 23/09/2017 | MN4 |
| Estamos preocupados com a Rocinha ou onde a rocinha está? | Marcelo Freixo | 28/09/2017 | MN5 |
| Direitos fundamentais não estão à venda nas lojas | Marielle Franco | 02/10/2017 | MN6 |
| Enquanto os empresários aplaudem, a favela chora | Ninja | 11/02/2018 | MN7 |

Fonte: a autora.

É importante salientar que o corpus escolhido foi a partir das publicações divulgadas no site da Mídia Ninja. Dessa forma, excluíram-se conteúdo das redes sociais, pois englobam, em sua maioria, colaborações espontâneas e que não se enquadram em um gênero jornalístico. Além disso, ressalta-se que a análise dos sentidos produzidos em todas essas matérias contribui para definir qual o enquadramento do veículo acerca da segurança pública, a partir do caso da Rocinha, que se destacou pelo fenômeno de Intervenção das Forças Armadas.

Além disso, precisa-se identificar quem escreveu cada matéria. Os artigos "A política de segurança do extermínio de inimigos" (MN1) e "O medo inconsequente" (MN2) foram escritos por jornalistas. Já em "Violência gera violência. A rocinha entre o medo e a agonia" (MN4) e "Enquanto os empresários aplaudem, a favela chora" (MN7), não se sabe a autoria

específica, pois estão assinados por “NINJA”, sem que a identidade seja revelada⁵⁴. Na segunda, há o uso de informações do jornalista David Miranda.

Em “Estamos preocupados com a Rocinha ou onde a Rocinha está” (MN5) e “Direitos humanos não estão à venda nas lojas” (MN6, quem produziu os conteúdos foram políticos do PSOL com coluna de opinião fixada na Mídia Ninja. O primeiro por Marcelo Freixo e o segundo é de Marielle Franco. No texto “Vender histórias tristes ainda é um grande negócio” (MN3), a autoria é de Bruno Ramos, produtor cultural da “Liga do Funk” e estudante de sociologia.

Conforme explicado no capítulo anterior, todas as matérias são consideradas jornalísticas, transitando entre os gêneros opinativo, informativo e interpretativo. Como opinativo, podem ser classificados os conteúdos “MN1”, “MN2”, “MN3”, “MN5” e “MN6”, já interpretativo “MN4” e informativo “MN7”.

5.2 Procedimentos metodológicos: Análise do Discurso

A Análise do Discurso (AD) é o campo especializado em analisar as construções dos sentidos de um texto. Para Benetti (2008), o discurso diz respeito a dois conceitos: o da interdiscursividade, associado aos sentidos, e o da intersubjetividade, associado a um espaço entre sujeitos, pois o discurso não existe de forma isolada. A intersubjetividade, segundo a autora, leva a reconhecer que o texto objetivo é somente uma intenção do jornalista, já que o desejo de tornar o mundo menos ambíguo a partir de relatos fiéis aos acontecimentos se revela frágil e ilusório quando problematizado pela linguagem. Compreender o discurso como algo intersubjetivo é entendê-lo como histórico e subordinado aos enquadramentos sociais e culturais, em um contexto de produção de sentido em que há uma relação intrínseca entre linguagem e exterioridade. Nas palavras de Benetti:

“O dizer do homem é afetado pelo sistema de significação em que o indivíduo se inscreve. Esse sistema é formado pela língua, pela cultura, pela ideologia e pelo imaginário. Dizer e interpretar são movimentos de construção de sentidos e, assim como o dizer, o interpretar está afetado por sistemas de significação. A AD está preocupada com este movimento de instauração de sentidos, que exige compreender os modos de funcionamento de um discurso.” (BENETTI, 2008, p. 109)

Orlandi (2001, p.26-27) define que a AD visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, que são dotados de significância para e por sujeitos. Assim, deve explicitar como são organizados os gestos interpretativos no texto. Essas interpretações são

⁵⁴ A Mídia Ninja afirma ser uma rede formada majoritariamente por jornalistas e comunicadores; no entanto, não se pode afirmar com exatidão que as matérias assinadas por “NINJA” foram escritas por profissionais da área.

determinadas por posicionamentos ideológicos. Benetti (2008, p. 111) explica que o texto é a parte visível ou material de um processo complexo que inicia na sociedade, na cultura, na ideologia ou no imaginário, predominando as camadas discursiva e ideológica.

Para analisar os sentidos de um texto, é preciso identificar as formas discursivas (FDs). A FD é uma região de sentidos e, em seu mapeamento, limita-se o campo de interpretação aos “sentidos nucleares”, que reúnem diversos pequenos significados em torno da FD, construindo e consolidando um sentido nuclear. O sentido é estabelecido através da união da formação discursiva à formação ideológica, definindo que daquela formação ideológica em particular não poderia ser construído um sentido divergente: “a lógica da AD nos diz que um sentido sempre vem representar aquilo que poderia ser dito, naquela conjuntura específica, por aqueles sujeitos em particular, instalados ideologicamente a dizer uma coisa, e não outra” (Benetti, 2008, p. 112).

Entende-se o discurso jornalístico na perspectiva de Benetti, que o vê como uma área interativa, pois cita várias vozes: as fontes, o jornalista-indivíduo que assina o texto, o leitor que assina a carta publicada ou o jornalista-instituição (quando o texto não é assinado). Resulta, então, da articulação entre sujeitos, com característica dialógica e que inclui tanto a ação de dizer como a de interpretar.

Contudo, a autora ressalta que, apesar de ser sempre dialógico, não é necessariamente polifônico, de sorte que é essencial mapear as vozes que o conformam. Em um primeiro momento, há o sujeito do discurso que, ao falar, ocupa uma posição determinada, dentro de um certo contexto produtivo. Em segundo lugar, há posições que os indivíduos metaforicamente vêm ocupar. São lugares determinados cultural, social e historicamente. Em terceiro, os sentidos se configuram em torno das FDs.

A Análise do Discurso se divide entre a corrente francesa e a inglesa. Manhães (2005, p. 306) define que a AD inglesa enfatiza o papel ativo do sujeito, que conduz a narrativa dos acontecimentos. Neste trabalho, escolheu-se a linha francesa, pois identifica os discursos já instituídos. Segundo Orlandi (2005, p.10), essa linha foi fundada por Pêcheux, que teoriza como a linguagem se materializa na ideologia, concebendo o discurso como um lugar particular desse processo. Através da análise do funcionamento discursivo, o autor visa explicitar os mecanismos que determinam historicamente os mecanismos de significação. Orlandi (2005) afirma que a proposta de AD por Pêcheux propõe a discussão para outras áreas, como a Linguística e as Ciências Sociais, objetivando a compreensão do que o sujeito diz em relação a outros dizeres.

Baccega (2007), seguindo essa linha de pensamento, diferencia três tipos de discursos: o da história, que estuda o passado; o da literatura, que discute o cotidiano em um universo de personagens; e o comunicacional, que se constitui pelo histórico e literário. O discurso da comunicação, mais especificamente do jornalismo, seria para a autora uma organização de vozes, priorizando algumas em detrimento de outras.

A partir do método da Análise do Discurso proposto por Benetti (2008) no artigo “Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos”, formulou-se um quadro de formações discursivas (FD1, FD2, FD3, FD4, FD5, FD6), nomeadas a partir do sentido predominante. Através das marcas discursivas – são as expressões que constroem o caminho que direciona ao sentido nuclear da FD – dos sentidos rastreados, ressaltou-se as que representam o texto de modo mais acentuado. Os trechos que arbitrariamente se recortou para a análise são chamados de sequências discursivas (SDs) e, com o intuito de facilitar a organização do *corpus*, são também numerados. Após identificar as FDs em questão e suas marcas discursivas, busca-se evidenciar, nas considerações finais do trabalho, qual a formação ideológica que determina a posição da Mídia Ninja sobre a segurança pública na Rocinha.

Para Orlandi (2001), as formações discursivas permitem verificar o processo de produção dos sentidos, a relação ideológica e também dá ao pesquisador a chance de determinar regularidades no funcionamento do discurso, já que define o que pode e deve ser dito. Para ela, “o estudo do discurso explicita a maneira como linguagem e ideologia se articulam” (2001, p. 43). Consoante Orlandi:

“O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não em outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso das formações ideológicas (ORLANDI, 2001, p.43).

Benetti acrescenta que a análise sempre será feita relacionada a um problema de pesquisa (2008, p. 113), e são os sentidos nucleares referente a esse problema que o pesquisador irá mapear. No caso desse trabalho, que tem por objetivo principal analisar os sentidos dos discursos produzidos sobre segurança pública a partir do caso da Rocinha, detectaram-se seis Formações Discursivas com sentidos nucleares principais. São elas: segurança pública como incompetência do Estado, segurança pública como violência, segurança pública como um fenômeno percebido socialmente por um viés complexo, segurança pública como um fenômeno percebido socialmente por um viés simplista e segurança pública silenciada midiaticamente.

Essas FDs se dividem no eixo do âmbito da administração estatal, dos direitos humanos, da sociedade e da mídia.

5.3 Os sentidos de Segurança Pública na Mídia Ninja

Os sentidos produzidos pela Mídia Ninja na questão da segurança pública na favela serão apresentados com base na análise das publicações a partir de 7 de abril de 2017 a 15 de fevereiro de 2018, conforme explicado no início do capítulo. A maioria dos textos aborda a questão da violência praticada pelos órgãos estatais, associada à falta de uma logística eficaz para resolver os conflitos nas favelas do Rio de Janeiro, fazendo com que os direitos humanos sejam desrespeitados.

Adotou-se a metodologia de Análise do Discurso para analisar as matérias, a fim de determinar as Formações Discursivas dos textos (FDs), englobando-as em torno de um núcleo de sentido. Nos apêndices deste trabalho, estão expostas todas as sequências discursivas (SDs) encontradas nos conteúdos produzidos, começando do conteúdo mais recente para o mais antigo. Identificaram-se quatro eixos norteadores presentes. Esses eixos se estruturaram em seis Formações Discursivas (FDs), que se dispõem da seguinte maneira:

Tabela 2: sentidos e eixos temáticos de cada Formação Discursiva.

| Eixos | Formações Discursivas | Sentidos |
|--|------------------------------|---|
| Âmbito da administração estatal | FD1 – Violência | Repressão policial, uso desproporcional da força, Estado opressor. |
| | FD2 – Incompetência | Má gestão, falta de política eficaz, carência de políticas públicas. |
| Âmbito da discriminação | FD3 – Seletividade | Segurança é exclusiva de quem tem poder e recursos, Poder Judiciário é arbitrário, construção de um inimigo pobre, negro e favelado. |
| Âmbito da sociedade | FD4 – Simplificação | Falta de engajamento e posicionamento crítico da sociedade, desejam apenas medidas paliativas, esquecimento das constantes violações de direitos |
| | FD5- Complexificação | Reivindicação, contestação, crítica às ações estatais de segurança pública, necessidade de pensar de modo complexo, a partir de transformações estruturais. |
| Âmbito da mídia | FD6 – Silenciamento | Mídia silencia a população significativamente afetada, legitimando as políticas governamentais, favela é espetacularizada. |

Na análise, encontraram-se 101 Sequências Discursivas⁵⁵, que são trechos recortados dentro de um texto de acordo com os objetivos da pesquisa e o quadro teórico mobilizado para a análise. Em seguida, foram agrupadas de acordo com as Formações Discursivas listadas na Tabela 2, levando-se em conta os sentidos produzidos. Essas FDs possibilitam compreender o enquadramento da Mídia Ninja em relação à segurança pública na favela, bem como sua orientação ideológica e o estabelecimento de regularidades discursivas do veículo acerca dessa temática. Uma mesma SD pode englobar sentidos de mais de uma Formação Discursiva. Na tabela 3, explicita-se o número de vezes que as FDs se repetiram em cada matéria estudada.

Tabela 3: Ocorrência de Formações Discursivas.

| FDs | TOTAL SDs | % TOTAL SDs⁵⁶ |
|------------------------------|------------------|---------------------------------|
| FD1 – Violência | 44 | 43.56% |
| FD2 – Incompetência | 41 | 40.59% |
| FD3 – Seletividade | 33 | 32.67% |
| FD4 – Simplificação | 19 | 18.81% |
| FD5 – Complexificação | 18 | 17.82% |
| FD6 – Silenciamento | 9 | 8.91% |
| TOTAL SDs | 101 | 162.36% |

Fonte: a autora

Evidencia-se, na tabela, que as FD1, FD2 e FD3 são mais presentes, remetendo a um número maior de SDs. Em algumas sequências discursivas, percebeu-se o aparecimento das três simultaneamente. A FD1, que engloba a violência do Estado na gestão da segurança pública, é a que aparece mais vezes ao longo dos textos, reunindo 44 SDs e, na maioria dos conteúdos analisados, dialoga com a FD3, pois a violência é vista como algo seletivo e aplicada somente à população negra e da periferia. A FD2, que trata da má administração pública, é a segunda mais predominante. A seguir, serão analisadas cada uma das FDs encontradas na pesquisa.

5.4 Violência (FD1)

A Formação Discursiva número um foi a mais identificada. Trata da segurança pública no âmbito da violência, sendo identificada em 44 sequências discursivas, o que corresponde a 43.56% das SDs. Os sentidos apresentados são a de um governo opressor, que produz a letalidade a partir de mecanismos repressivos, como o uso desproporcional da força policial.

⁵⁵ Todas as SDs estão disponíveis para consulta no apêndice.

⁵⁶ Como já mencionado, pode haver mais de uma formação discursiva identificada em uma mesma sequência discursiva, o que justifica um percentual de SDs que excede 100%.

Nas sequências discursivas dessa FD, são características palavras que classificam as ações institucionais como assassinas, responsáveis por produzir a morte. Acontece o “massacre da vida” em uma política de segurança do extermínio, com a polícia que mais mata no mundo legitimada pelo Estado:

As imagens da execução extrajudicial de dois homens, **alvejados por policiais militares no momento em que se encontravam feridos no chão**, em Costa Barros, zona norte do Rio, podem revelar algo além dos números, já amplamente divulgados, **de que temos no Brasil a polícia que mais mata no mundo**. (SD2, MN1, 2017).

O argumento utilizado, **de que vivemos uma guerra civil, a justificar as altas taxas de letalidade a partir de ações policiais, além de falacioso, oculta o fato de como estas mortes são produzidas e contempladas no interior do Estado de Direito**. (SD4, MN1, 2017).

Policiais executam suspeitos após confronto na Zona Norte do Rio de Janeiro. (SD21, MN1, legenda, 2017).

Destaca-se, também, a menção a episódios de violência policial que ainda não foram devidamente investigados, como o desaparecimento de Amarildo e o caso Rafael Braga:

Nos últimos dias veio à tona, novamente, o caso Rafael Braga, jovem negro da periferia que teve sua vida e seus sonhos interrompidos. **A culpa? Ela foi forjada por PMs com a chancela do Estado**. (SD22, MN2, 2017).

O caso de Braga tomou projeção nacional, assim como o caso de Amarildo, pedreiro morador da favela da Rocinha-RJ, **que desapareceu em julho de 2013 levado por policiais da UPP e depois caiu no esquecimento**. (SD26, MN2, 2017)

Ações que levam ao desaparecimento de muitas pessoas ou a cadáveres humanos empilhados com a justificativa oficial de “autos de resistência” ou “homicídio decorrente de intervenção policial”, o que legitimaria a atuação. (SD60, MN3, 2017).

Nesse cenário, a Intervenção Federal é descrita sob a perspectiva da invasão e interrupção do cotidiano dos moradores, em que a força policial é impositiva e desproporcional:

Nas imagens, **é possível notar a quantidade de homens do exército que cercam e caminham pelas ruas, assim como as marcas de tiros que perfuram as paredes dos barracos da Rocinha**, maior favela do Rio de Janeiro localizada na zona sul da cidade, cara a cara com a classe média carioca, o que acontece ali interfere diretamente na elite que exige ação imediata do governo. (SD74, MN4, 2017).

“Banho de Loja”. Esta expressão, associada ao mundo do consumo, foi utilizada pelo prefeito da cidade do Rio de Janeiro para descrever as necessidades da favela da Rocinha, **que foi invadida pelo exército na semana passada**. (SD86, MN6, 2017)

Desde setembro, quando as disputas locais explodiram nas favelas, **pelo menos, 40 pessoas morreram. A vida parou para mais de 150 mil pessoas e mais suas famílias, no nordeste, na Baixada, no exterior e em toda a parte. Os tiroteios matam, deixam marcas nas casas, fazem suspender as aulas, fechar os postos de saúde, falta água e luz, além da ausência constante de coleta de lixo e saneamento básico**. (SD98, MN7, 2018).

Ao se verificar a FD1, pode-se afirmar que a violência é vista como legitimada pelo Estado, de modo que a Intervenção das Forças Armadas reafirma essa política, sendo definida como uma invasão. A segurança pública é tratada como impositiva, sem a construção de um diálogo com a população significativamente afetada. São estabelecidas medidas que exterminam, com o uso brutal da força.

5.5 Incompetência (FD2)

A Formação Discursiva número dois foi a segunda mais presente no texto, totalizando 40.59% das ocorrências. Apresenta-se o sentido de uma administração ineficaz, com políticas públicas inadequadas, sem uma logística que possa resolver os problemas estruturais. Assim, o Estado visa à manutenção do status quo, com uma política ultrapassada e classificada como improdutiva. Esse cenário se reflete na falta de resolução a questões primordiais, como a redução de desigualdades e a prestação de serviços básicos. Conforme os exemplos:

Ao punir policiais que são identificados no uso abusivo da força, inclusive da letal, o Estado oculta a sua participação na política de extermínio de inimigos, reduzindo o debate à individualização do desvio de conduta. Conclusão: **a política segue intocável com a troca das peças em operação na máquina.** (SD15, MN1, 2017)

Um Estado que não nos oferece absolutamente nada – da ponte pra cá, antes dos muros da linha do trem, do outro lado do córrego ou à beira das represas. (SD28, MN2, 2017).

A não ser mecanismos de terror, opressão, punição, desigualdade social, frustração, embaraço, armadilha ou isca pra pegar negão e foder com a vida dessa gente toda, mantendo assim o status quo. (SD29, MN2, 2017)

Uma grande parte das minorias já tem TV de LED maneira, linha branca de eletrodomésticos toda nova, mobília da casa zerada e até um poizé* popular na garagem, sendo que, **da porta pra fora ainda existe um caos tremendo, esgoto a céu aberto, educação precária, saúde somente à base de soro ou água com açúcar e a justiça sendo feita com bala nas favelas.** (SD35, MN2, 2017)

Há também outra faceta perversa do “banho de loja” sugerido por Crivella. **Esta expressão torna evidente a confusão entre a prestação de serviços públicos essenciais e a exploração da favela como um nicho de mercado.** (SD90, MN6, 2017)

Nesse sentido, o Estado não adota políticas públicas capazes de resolver, efetivamente, a problemática da segurança pública. A implementação das UPPs são um reflexo da incapacidade de resolução a longo prazo, de forma que:

O tão divulgado e comemorado programa, que prometia pacificar as favelas, revelou-se uma frustração, justamente por sua incapacidade em oferecer resultados concretos e duradouros. (SD49, MN3, 2017)

Fracassaram ao tratar o caos de forma paliativa e sem ouvir o conjunto da população, sobretudo a mais afetada. Foi como dar a um doente terminal uma aspirina. Até aliviou a dor no momento, mas não curou a doença e levou a óbito. (SD50, MN3, 2017)

O decreto de autorização de Intervenção das Forças Armadas é, portanto, mais um fracasso. Priorizam-se medidas paliativas, que comprovam um plano de segurança falho, incapaz de atingir a real causa dos conflitos.

O ministro da defesa declarou que a situação na Rocinha está estabilizada. **São mais de 3000 alunos sem aula. Clínica da família e posto da saúde não estão atendendo seus moradores. Está estabilizada para quem?** (SD78, MN4, 2017).

Agora é urgente que se **repense a política das UPPs**. Que não finja que tá tudo bem. **A rocinha é uma prova contundente que nada está bem no RJ. Nem a Rocinha nem outro lugar com menos visibilidade.** (SD80, MN5, 2017).

Enquanto milhares de pessoas curtem os shows do Rock in Rio, ninguém consegue frear a violência na maior favela do Rio de Janeiro, **provando que, assim como o governo Pezão, a guerra às drogas faliu, as UPPs faliram, o “plano” de segurança pública faliu.** (SD72, MN6, 2017)

A farsa das mega operações militares como suposto instrumento de garantia de direitos precisa acabar. **Não serão elas que darão fim ao confronto entre facções, simplesmente porque o confronto de facções não existe em desacordo com a política de insegurança em curso. São duas partes de uma mesma moeda.** (SD96, MN6, 2017).

A falta de logística caracteriza a incompetência do Estado. Não há políticas voltadas à juventude, que estimulem a cultura, a diversidade e deem oportunidades de acesso à educação. As críticas à má gestão são explícitas:

Rodrigo Maia deveria pensar em um de seus grandes aliados, o governador Pezão, como um dos grandes responsáveis por essa crise que a gente vive no RJ. Na Rocinha tem crime, evidente, **mas o crime verdadeiramente organizado tá no Palácio de Laranjeiras. É lá que se organiza o crime, é lá que se rouba o Estado.** (SD81, MN5, 2017).

A ampla e imensa maioria dos jovens moradores da Rocinha querem cultura, arte, trabalho, vida e dignidade. São pouquíssimos diante do número de gente que ali mora e que está envolvida com práticas ilícitas. **Será que é só o exército, será que é só polícia que vai resolver o problema da Rocinha?** (SD83, MN5, 2017).

Essa política de segurança adotada para o Rio de Janeiro é relacionada com a intensificação da violência. Dessa forma, as críticas à falta de reformas adequadas se unem à contestação das práticas violentas adotadas na segurança pública, que será o próximo sentido analisado. O exemplo abaixo ilustra essa ideia:

A falida política de segurança do Rio de Janeiro já é alvo de críticas e estudos há muito tempo. Os planos mal sucedidos dos últimos governos estaduais e municipais fizeram a fama da cidade como um dos principais polos de violência urbana do país. (SD97, MN7, 2018).

Pode-se concluir que a FD2 mostra a segurança pública nas favelas cariocas de modo negativo, devido, sobretudo, à falta de logística. As matérias pontuam, de modo geral, a falta

de uma gestão que se preocupe em resolver eficazmente os conflitos, pois o Estado mantém a ordem social como está, sem mudanças estruturais. Assim, há carência de propostas que possam mudar a situação de quem vive na periferia, visto que se priorizam ações paliativas – como a Intervenção – no lugar de soluções permanentes.

5.6 Seletividade (FD3)

A Formação Discursiva de número três foi identificada em 33 sequências discursivas, o que significa um percentual de 32.67%. Nesse sentido, a segurança pública é definida como um direito humano que, no entanto, é aplicada exclusivamente para quem tem poder e recursos. Assim, selecionam-se os indivíduos que merecem proteção, justiça e direitos sociais e jurídicos. Os textos defendem que todo o conjunto da população deveria ter essas garantias asseguradas, não somente as elites. Desse modo, pessoas negras e faveladas já são automaticamente desprovidas de direitos e estereotipadas como possíveis bandidos. Recorrem-se a exemplos como o caso Amarildo para exemplificar a discriminação e a privação de direitos:

Foi assim no caso Amarildo, no caso DG, e até do menino Eduardo de Jesus Ferreira, de 10 anos, morto em ação policial no Complexo do Alemão. **Era traficante ou era pedreiro? Era traficante ou era dançarino? Era traficante ou era um menino? Fossem eles definidos como traficantes não teriam direito à vida.** (SD12, MN1, 2017)

O atual estágio da proibição das drogas em nosso país nos informa que **os mortos existem não pelo uso destas substâncias, mas sim por uma política de segurança que contempla o extermínio da população negra, pobre e jovem** do nosso país. (SD19, MN1, 2017)

A Polícia Militar, tão aclamada e tão próxima do ato de sábado, é a mesma. **A diferença é que aquele fuzil, cujo cano desfila para o lado de fora da janela das viaturas pela parte “rica” do bairro, entra atirando nas favelas. E não raras vezes tem como destino o corpo, a vida e o sonhos dos jovens negros que lá moram. No Brasil, homens, jovens, negros e com baixa escolaridade são as principais vítimas dos homicídios.** (SD58, MN3, 2017).

Simplesmente por serem negros e favelados, são desprovidos de serviços considerados básicos, como segurança, educação, saneamento e saúde. Em vez de oferecer esses direitos essenciais, o Estado exerce a violência e marginaliza essas pessoas:

O roteiro é quase sempre o mesmo: operações policiais com execuções extrajudiciais de jovens, majoritariamente negros, moradores das favelas. (SD60, MN3, 2017)

Educação, saúde, transporte, saneamento básico, iluminação e conservação das vias públicas NÃO SÃO BANHO DE LOJA, são direitos fundamentais das moradoras e moradores de favelas. É inaceitável que a linguagem mais pueril do mundo do consumo sirva de lógica norteadora das políticas públicas essenciais que o Estado deve prover aos moradores. (SD91, MN6, 2017)

Não é sobre consumo, é sobre DIREITOS sistematicamente negados à maior parte da população carioca. É sobre um Estado que atue a serviço de todas e

todos, e não como uma trincheira que protege privilégios de classe e de raça, às custas dos nossos corpos, das nossas vidas – dos corpos negros, das vidas negras. (SD92, MN6, 2017)

O prefeito também anunciou no último fim de semana **que seria muito bom para a segurança que o Rio de Janeiro tivesse “uma Olimpíada a cada mês”, e que tem a intenção de impulsionar um calendário constante de grandes eventos na cidade.** Esta declaração só mostra o quanto os megaeventos serviram e ainda servem como **uma grande farsa violadora de direitos humanos nesta cidade.** (SD93, MN6, 2017)

Ademais, questiona-se, ao longo dos textos, o tratamento diferenciado conferido pelas instituições que deveriam, teoricamente, ser imparciais. O sistema jurídico e a polícia militar, sob esse ângulo, são descritas como arbitrárias e não atestam direitos fundamentais como o de defesa, concluindo-se que **“a desigualdade no tratamento e na aplicação das leis contribui para agravamento da violência”** (SD57, MN3, 2017).

Mas aqui também temos outro problema: **se é no Estado de direito que se produz esta letalidade, a partir da sua legitimação pelo poder jurídico/político, não será a tão sonhada universalização da garantia de direitos que trará modificação desta realidade. Os direitos sempre serão aplicados de forma seletiva.** (SD18, MN1, 2017).

Pode-se entender, então, que a segurança pública nas favelas é vista de modo seletivo, pois o tratamento concebido às pessoas caracterizadas como pobres e negras é definido pela falta de estruturas básicas e de direitos que deveriam ser iguais para toda a sociedade. A Intervenção das Forças Armadas reforça a falta de direitos aos moradores da Rocinha, que tem seu cotidiano significativamente afetado. Sofre, portanto, a violência policial e o descaso governamental pelo fato de ser uma favela, em que as vidas desse lugar não são relevantes à lógica do sistema.

5.7 Simplificação (FD4)

A Formação Discursiva número quatro foi identificada em 19 seqüências discursivas, representando a porcentagem de 18.81%. O sentido predominante é o de segurança pública como algo visto, no âmbito social, de modo reducionista, pois são exigidas apenas soluções imediatas e que mantêm a hegemonia dos mesmos grupos dominantes. Ademais, há a presença do sentido de indiferença por parte da sociedade e do Estado, ou seja, ninguém está preocupado de fato com a segurança pública na favela e as vidas perdidas. Os exemplos abaixo ilustram essa perspectiva:

Em mais de trezentas decisões de arquivamento de inquéritos de homicídios praticados por policiais em serviço, na cidade do Rio de Janeiro, ocorridos entre 2003 e 2009, observei em tese de doutorado no Departamento de Ciência Política da UFF **que a maneira como os policiais procedem no uso letal da força é o que menos**

importa para a Justiça e, em certo sentido, para parcela significativa da sociedade. (SD6, MN1, 2017).

Não podemos esquecer que **uma manifestação a favor das referidas execuções em Costa Barros recolheu mais de 50 mil assinaturas nas redes sociais, em menos de 24 horas.** (SD7, MN1, 2017).

A polícia mata, mas não mata sozinha. (SD8, MN1, 2017)

Ocorre que o clamor por se viver em uma cidade mais segura leva, constantemente, à reivindicação por soluções que podem agravar a já calamitosa realidade. (SD46, MN3, 2017)

É pertinente lembrarmos que estamos em uma era de informações instantâneas, **o que favorece um ambiente de posicionamentos e respostas imediatas. Este é um dos elementos que contribui com o crescente sentimento de vingança, muitas vezes com as próprias mãos, diante da incapacidade do Estado em proteger os seus.** (SD47, MN3, 2017)

Daí vem o brado por aumento do encarceramento, mais armamento e por ações mais rígidas das polícias, defendidas em mesas de bares, nos pontos de ônibus, nas conversas de vizinhos, no metrô e nas postagens em redes sociais. (SD48, MN3, 2017).

Esse descolamento de percepção e demandas faz aumentar o abismo da exclusão e escancara o quanto vivemos em uma sociedade desigual e **que busca resoluções individuais ou de pequenos grupos sociais, antes de qualquer construção coletiva.** (SD64, MN3, 2017)

Ocorrem, também, críticas à esquerda e setores que se definem como ativistas, pois não se engajam suficientemente, sendo inclusive controversos:

E ainda existem muitos setores da esquerda, favoráveis à desmilitarização da segurança, que bradam: “nós não estamos aqui para defender bandidos! (SD17, MN1, 2017)

Tô de olho nas fotos alteradas no perfil do “FaceTruck” de “militantes e ativistas pelos direitos humanos”, e na vida real, fico observando se estão fazendo realmente o corre pelos nossos ou só medindo seu ego através dos likes na timeline. (SD32, MN2, 2017).

O foda é que mesmo em meio a todas essas injustiças que vem acontecendo, poucas pessoas, inclusive da nossa galera, vão se lembrar de Rafael Braga no mês seguinte. (SD41, MN2, 2017)

A Intervenção das Forças Armadas na Rocinha é, assim, uma forma de atender a demandas momentâneas da sociedade, que exige mais policiamento para resolver a insegurança:

Nas imagens, é possível notar a quantidade de homens do exército que cercam e caminham pelas ruas, assim como as marcas de tiros que perfuram as paredes dos barracos da Rocinha, maior favela do Rio de Janeiro localizada na zona sul da cidade, **cara a cara com a classe média carioca, o que acontece ali interfere diretamente na elite que exige ação imediata do governo.** (SD74, MN4, 2017)

Pode-se concluir que os textos denunciam a sociedade individualizada, que se preocupa com a segurança pública nas favelas de modo paliativo. Pessoas que se esquecem – inclusive

setores da esquerda – do desaparecimento de Amarildo, da prisão injusta de Rafael Braga e de todos os tiroteios durante o período de imposição das Forças Armadas.

5.8 Complexificação (FD5)

A Formação Discursiva de número cinco foi registrada em 18 sequências discursivas, totalizando um percentual de 17,82%. Aqui, a segurança pública ganha o sentido de ser uma problemática social, que merece complexidade e reflexão por parte da população. Dessa maneira, setores sociais contestam as políticas estatais com indignação e protestam contra a falta de melhorias estruturais. Reivindicam por mudanças que não são apenas temporárias, mas também nos valores predominantes. Para isso, as matérias abordam manifestações que englobam essas questões, como a que ocorreu na frente da casa de Pezão, por iniciativa de moradores do Vidigal:

Eram muitas mensagens fortes: “Paz sem voz, não é paz, é medo”, “As favelas unidas pela paz”, “Os alunos não puderam ir ao curso devido aos tiroteios”, “Estamos reféns da incompetência deste governo”. (SD100, MN7, 2018).

Quando chegaram na rua Rainha Guilhermina, onde mora Pezão, **o grupo se exaltou, com palavras mais duras contra o governador.** Vizinhos apoiaram! Moradores deixaram recados na árvore em frente ao prédio. **Um grupo de teatro fez uma apresentação comovente, demonstrando a vida do favelado carioca.** (SD101, MN7, 2018).

Destaca-se o fato de que, nos textos, são propostas soluções para a segurança pública, que começam com a adesão da sociedade a um novo tipo de mentalidade. Assim, as pessoas devem repensar práticas já enraizadas, a fim de que se possa perceber a segurança sob uma perspectiva complexa. Os textos, nesse sentido, apontam soluções:

Não poderemos intervir para evitar o quadro atual deste massacre a conta-gotas **sem apontarmos para a legalização da produção, do comércio e do consumo de todas as drogas feitas ilícitas. Outras lutas virão e estaremos ao lado dos abolicionistas.** (SD20, MN1, 2017)

Antes que possa parecer mais um discurso ou relato de “vitimismo” apontado pelos comédias dos clarim, **precisamos entender primeiro a estrutura de Estado que é oferecida às camadas menos favorecidas da sociedade.** (SD27, MN2, 2017).

Enfrentar com coragem e seriedade a grave crise de segurança pública no Brasil exige compreendermos as várias faces da violência e como ela se manifesta nas diferentes localidades e classes sociais. Passa por um sério e dedicado pacto para a redução de homicídios, que envolva o Estado, a sociedade civil, a população, organizações e pesquisadores. (SD66, MN3, 2017)

Depende de um necessário debate sobre o papel das polícias, sobretudo a militar, que é formada e atua a partir de uma lógica de guerra, que escolhe e elimina seus inimigos, como se fosse um poder próprio e com leis exclusivas. E também com investigação, controle externo, perícia independente e responsabilização dos crimes cometidos pelos agentes de segurança pública. (SD67, MN3, 2017)

Mas tudo isso só faz sentido, definitivamente, quando alcançarmos a compreensão e a consequente prática de que a lei é a mesma para todas as pessoas, assim como os direitos, inclusive o de viver em segurança. (SD69, MN3, 2017)

Dessa maneira, a Intervenção das Forças Armadas na Rocinha deve ser vista também de modo complexo, que não pode ser solucionada apenas com mais policiamento. É um conflito que exige profundidade:

Nós não vamos entender o conflito de facções na Rocinha se não entendermos como funciona o sistema penitenciário e como ele alimenta essa lógica das facções e cria essa relação entre presídio e favela de forma violenta e desrespeitosa. (SD84, MN5, 2017).

Só será possível avançar na quebra deste perverso e inaceitável ciclo de repetições a partir da adoção urgente de uma nova política de drogas, que aponte para o fim do proibicionismo. É por isso que o nosso mandato saúda iniciativas como o MOVIMENTOS, **que tem como eixo a construção de uma nova política de drogas pensada por jovens de favelas e periferias.** (SD89, MN6, 2017)

Pode-se afirmar que as matérias veem a segurança pública como uma problemática que necessita de ações complexas, que transformem a sociedade a partir da erradicação de políticas discriminatórias e seletivas, a partir de uma nova política de drogas e de mudanças no sistema penitenciário. Isso requer o engajamento dos indivíduos, pois devem exigir por essas mudanças e participar de diálogos construtivos, efetivos e coletivos.

5.9 Silenciamento (FD6)

A Formação Discursiva de número seis apareceu em 9 sequências discursivas, o que representa 8.91% do total. Nessa FD, observa-se a segurança pública e sua relação com a mídia, afirmando-se que os meios de comunicação reproduzem as visões institucionais e silenciam a população realmente afetada pelas medidas estabelecidas nesse setor. Predomina o sentido de que a mídia compactua com a violência, selecionando quem merece ou não ter a imagem preservada e os direitos assegurados:

Ao comentar as mortes produzidas por ações policiais, **os veículos de comunicação insistem em separar os mortos que tem passagem pela polícia, os indignos de vida, daqueles que mantém a dignidade pelo atributo da cidadania, em razão de não possuírem antecedentes criminais.** (SD13, MN1, 2017)

Dá até pra comparar ao mito da caverna de Platão, “nem tudo que se vê, realmente parece ser”. **Essa imagem distorcida, estereotipada, produzida de forma enganosa e propositiva que é transmitida pela máquina de engodo chamada “grande mídia”.** (SD37, MN2, 2017)

Pensada de forma estratégica pra desviar o foco das coisas, favorecem os interesses políticos de um grupo fechado, representado por meia dúzia de pessoas que controlam os grandes veículos de comunicação. (SD38, MN2, 2017)

Com as luzes dos LCD's, produzem sombras do que seria a realidade nas periferias. (SD39, MN2, 2017)

Parte das manifestações que vem acontecendo desde Junho de 2013 nas ruas é **também um protesto contra esse sistema e esse poder hegemônico midiático. A luta pela igualdade social, pelos direitos trabalhistas, dos jovens, da mulher, democratização da mídia e criação de conteúdos mais educativos para nossa população.** (SD40, MN2, 2017)

A consequência foi um conjunto de ações midiáticas e sem repercussões efetivas. Nove anos após a implantação da primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), a violência piorou. (SD49, MN3, 2017).

Em relação à Intervenção das Forças Armadas, critica-se uma cobertura da mídia que prioriza grandes eventos como o Rock In Rio e que espetaculariza a violência nas favelas:

Se o que acontecesse na Rocinha acontecesse na Pavuna, na Baixada Fluminense, em São Gonçalo, seria notícia e teria o mesmo investimento no poder público ou não? A preocupação é com quem mora na Rocinha ou onde a Rocinha está? (SD77, MN5, 2017)

Neste ponto, **é importante ressaltar que a mídia tem um papel central na transformação da tragédia em espetáculo, sintoma que acompanha toda a saga dos megaeventos na cidade. A transmissão ao vivo da invasão do Exército à Rocinha na última semana guarda evidentes relações com outros episódios recentes, como o ingresso das Forças Armadas nos Complexos do Alemão e da Penha, em 2010, transmitida durante toda uma tarde em rede nacional.** (SD94, MN6, 2017)

Sob a ponta do fuzil e a lente das câmeras, o Rio de Janeiro vem garantindo a realização dos grandes eventos em detrimento dos direitos dos moradores de favelas e periferias. (SD95, MN6, 2017)

Nos sentidos presentes na FD6, contesta-se os veículos hegemônicos e a forma como apresentam a segurança pública na favela. A Mídia Ninja, por se constituir a partir dos princípios da Comunicação Popular, tem o fundamento de divulgar textos que tratam de aspectos silenciados pela grande mídia, enfatizando a visão de grupos marginalizados e a proteção de seus direitos. A mídia tradicional, nesse viés, representa os seus próprios interesses e reproduz a violência e os estereótipos comumente associados às favelas.

5.10 Visão geral do enquadramento

O jornalismo é uma instância de construção social da realidade (HALL *et al*, 1999) e produz novos conhecimentos sobre ela, contribuindo para a sua transformação. Assim, a forma como se enquadram os conteúdos se reflete em rotinas organizacionais (TUCHMAN, 1999) e na ideologia que orienta o veículo (SODRÉ, 2007). Desse modo, o jornalismo participa ativamente dos acontecimentos, ressignificando-os em cadeias de sentido estruturadas em uma narração. O relato é uma construção subjetiva, impedindo a neutralidade. A parcialidade se

revela no quadro de visões adquiridas do sujeito da enunciação, na seleção das fontes e dos temas abordado (TUCHMAN, 1999).

A seleção do que será retratado é baseada em critérios específicos. No caso da Mídia Ninja, os conteúdos sobre segurança pública refletem um enquadramento que analisa a questão sob a perspectiva dos direitos humanos. Nesse sentido, salienta-se a necessidade de equidade na garantia de políticas públicas para todos os setores sociais, que devem ser pensadas para o conjunto da sociedade, não somente às elites. O enquadramento do veículo revela uma visão de que os direitos são inerentes aos seres humanos, iguais para todo mundo e aplicados em toda parte (HUNT, 2007), não podendo ser seletivos.

Verificou-se que os direitos humanos estão presentes nos 4 eixos que fundamentam as formações discursivas da pesquisa – âmbito da administração pública, da discriminação, da sociedade e da mídia. A segurança pública na Rocinha, objeto de partida desse estudo, deve, nesse sentido, ser garantida de forma igualitária aos demais cidadãos, sem que se discriminem os moradores por morarem na favela. As medidas na área não podem ser diferentes com base em critérios socioeconômicos, raciais ou culturais, conforme estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

O veículo também contempla a ideia de que o poder judiciário é arbitrário, selecionando quem merece a devida proteção e o correto julgamento. Com uma visão que defende os direitos humanos, os conteúdos analisados ressaltam a importância de que a população da favela também possa ser considerada inocente até que se prove o contrário, sendo injusto que a política aplicada já chega, logo de início, a violência.

Segundo Charaudeau (2010), as mídias impõem uma visão daquilo que constroem no espaço público. Podem, também, reconfigurá-lo (SODRÉ, 2007). Por adotar uma visão que enquadra a segurança pública no viés dos direitos humanos, a Mídia Ninja publica conteúdos sobre a segurança pública que denunciam a violação desses direitos, propondo uma reconfiguração desse espaço público. O acontecimento de Intervenção das Forças Armadas na Rocinha exemplifica essa conduta, em que se condena o uso desproporcional da força e se elucida a importância de um novo projeto de sociedade. A conduta da polícia nas favelas é violenta, o que se justifica pelo apoio do estado, que falha na sua administração e não pensa em projetos que possam resolver eficazmente a segurança pública na região.

Além disso, a violência institucional é legitimada por se aplicar a pessoas que são em sua maioria negras e pobres – indivíduos discriminados historicamente. O enquadramento dos textos é, então, um discurso que seleciona e salienta aspectos da realidade (ENTMAN, 1993) que mostram essa política discriminatória. O texto manifesta a presença de certas palavras e

sentenças que reforçam isso, permitindo ver que o papel ideológico da Mídia Ninja produz uma realidade social que não representa os interesses das classes dirigentes, divergindo da ideia de que os media englobam os acontecimentos em uma perspectiva consensual da sociedade (HALL *et al*, 1999). Destaca-se, então, a existência de rupturas culturais, econômicas e os conflitos entre classes.

O veículo propõe, assim, uma visão de segurança pública que se articula com a educação popular e as lutas sociais. Esse enquadramento reflete princípios da comunicação popular descritos por Peruzzo (1995). Explicita-se o contexto de opressão vivenciado na Rocinha, que necessita de políticas que construam um outro tipo de realidade. O conteúdo das mensagens, então, critica as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade.

Há, também, a característica de que mídias alternativas convidam as classes subalternas para participarem e organizarem as pautas. Evidencia-se, na Mídia Ninja, pautas da área da segurança pública que afetam a população marginalizada. Contudo, há falta de entrevistas com essas pessoas e de uma participação mais ativa na produção direta dos conteúdos. Não há a presença de fontes institucionais, mas o leitor também não é conduzido para uma fala direta de quem sofre cotidianamente a violência policial e o descaso da administração estatal. Conclui-se, portanto, que a Mídia Ninja exerceu, nos conteúdos analisados, um tipo de comunicação que é dirigida às classes dominadas, apesar de não ocorrer no âmbito das próprias classes subalternas.

É necessário ressaltar que a Mídia Ninja, assim como os meios de comunicação tradicionais, direciona a audiência a uma determinada concepção de realidade; todavia, os interlocutores também têm suas próprias ideias e, por isso, essa construção ocorre conjuntamente, a partir dos quadros gerados pela mídia. Analisando-se os sentidos dos conteúdos publicados pela Mídia Ninja sobre a segurança pública, é possível identificar a ideologia do veículo, pois as formações discursivas representam formações ideológicas (ORLANDI, 2001).

Os enquadramentos incluem certas informações em detrimento de outras, organizando uma percepção de realidade para os receptores. A ideologia que rege os textos sobre segurança pública divulgados na Mídia Ninja é voltada à esquerda, resgatando pautas de movimentos sociais e denunciando as falhas e abusos das instituições de poder. O enquadramento denuncia, em suma, o papel violento e de descaso assumido nos órgãos estatais, a seletividade no tratamento com a população negra e que vive na favela, a visão simplista de determinados setores da sociedade em relação à segurança e a postura de silenciamento da mídia. Dessa forma, os conteúdos mostram a necessidade de se solucionar as problemáticas nesse setor

através de um pensamento complexo e que não busque apenas medidas paliativas e que somente intensificam mais a violência, como foi a Intervenção das Forças Armadas na Rocinha.

Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo analisar os sentidos produzidos pela Mídia Ninja em relação à segurança pública a partir do caso da Rocinha, abrangendo o período de 7 de abril de 2017 até 16 de fevereiro de 2018. Destacou-se, nesse espaço de tempo, o acontecimento de Intervenção das Forças Armadas na favela da Rocinha no mês de setembro de 2017, refletindo a insegurança que já predomina há anos na favela.

A pesquisa foi realizada com base na Análise do Discurso francesa. Seguindo esse método, identificaram-se sete formações discursivas, divididas em quatro eixos: âmbito da administração pública (FD1 – Violência e FD2- Incompetência), da discriminação (FD3- Seletividade), da sociedade (FD4- Simplificação e FD5- Complexificação) e da mídia (FD6- Silenciamento).

Foram observados, nas publicações, diferentes aspectos que chamaram a atenção. O primeiro se reflete na ausência de fontes para a construção das matérias jornalísticas. Recorrem-se a dados estatísticos nos artigos opinativos “A política do extermínio de inimigos e “O medo inconsequente”, mas não há fontes entrevistadas. Já em “Enquanto os empresários aplaudem, a favela chora”, descreve-se uma manifestação que ocorreu no Vidigal em favor da paz nas favelas; no entanto, nenhuma das pessoas que participaram da ação foram entrevistadas, havendo apenas imagens do ato. Nos demais 5 conteúdos verificados, apesar de haver imagens – como em “Violência gera violência. A Rocinha entre o alívio e a agonia –, há carência de consulta a fontes, de forma que se tem somente a visão dos autores de cada matéria.

Sobre a análise propriamente dita, a FD1 foi a de maior incidência, identificada em 44 sequências discursivas de 101. Trata a segurança pública como violenta e resultante de medidas estatais opressivas. Essa formação discursiva vê a Intervenção das Forças Armadas de forma negativa, interrompendo o cotidiano dos moradores e sendo mais uma forma de aniquilar direitos da população negra, pobre e jovem. Assim, a segurança se revela também pela falta de uma administração pública eficaz, que se revela seletiva, englobando também, na maioria das SDs, os sentidos da FD2– aparece em 41 SDs – e FD3 – aparece em 33 SDs. Associam-se e conferem a ideia principal do veículo acerca dessa questão: a segurança é só para alguns, em um estado que se preocupa apenas com setores sociais hegemônicos e, dessa forma, não vê problema na aplicação do uso desproporcional da força, ferindo direitos humanos.

A FD4 – identificada 19 vezes nas SDs – e a FD5 – identificada 18 vezes nas SDs – contêm sentidos opostos: a primeira analisa a problemática como uma exigência da sociedade por medidas paliativas e reducionistas em uma realidade que, na verdade, é bastante complexa; a segunda reflete a segurança pública percebida socialmente como um fenômeno complexo. Na

FD5, destaca-se a indicação do que poderia ser feito nessa área, a fim de que sejam construídas alternativas realmente eficazes. Propõe-se pensar a segurança pública sob uma perspectiva que leva em consideração uma conjuntura política e social mais abrangente para melhorar a segurança pública. Desse modo, surge a necessidade de uma nova forma de lidar com o tráfico de drogas, de estruturar o sistema carcerário e de garantir o acesso a direitos básicos como a educação, a saúde e a cultura. Parte da população já se preocupa com isso e protesta contra o governo e a violência aplicada nas favelas para garantir a segurança.

Por outro lado, há quem reivindique por mais policiamento como solução dos conflitos. Por conseguinte, apoiam a intervenção das Forças Armadas e esperam que a segurança pública seja resolvida com o aumento de tiroteios e prisões. Nos conteúdos publicados pela Mídia Ninja, essa visão é tachada negativamente, uma vez que não se compartilha da ideia de que atos paliativos possam resolver, de fato, as disputas nas favelas. Encontram-se críticas inclusive a setores da esquerda em dois artigos opinativos, que contestam o desengajamento e o rápido esquecimento de acontecimentos significativos como a prisão de Rafael Braga e o desaparecimento do pedreiro Amarildo Dias de Souza.

A FD6 – aparece 9 vezes – representa o sentido de silenciamento através da mídia hegemônica. Embora seja encontrada menos vezes ao longo das matérias, é importante para evidenciar a proposta da Mídia Ninja como um veículo que se diferencia da cobertura tradicional. Nessa FD, apresentam-se críticas acerca da cobertura dos meios de comunicação brasileiros, que reproduzem a visão institucionalizada e silenciam os problemas enfrentados nas favelas. Há, também, o sentido de espetacularização, o qual se refere a uma cobertura que trata a violência de modo espetacular, como se os acontecimentos ali desenrolados fossem eventos. Juntamente do poder estatal, a mídia reafirma e até mesmo produz a violência, priorizando a transmissão do Rock In Rio em vez de abordar de maneira complexa a Intervenção das Forças Armadas na Rocinha.

Após a análise de cada Formação Discursiva, é possível se chegar a uma conclusão sobre a ideologia que fundamenta a Mídia Ninja e os conteúdos ali produzidos e divulgados. Priorizam-se textos que criticam os setores dominantes e as políticas públicas excludentes destinadas aos indivíduos de menor poder aquisitivo. A segurança pública é enquadrada, então, em um viés ideológico que é anti-sistema, visando transformações profundas na organização social e que valoriza um diálogo constante com os grupos marginalizados. Logo, a questão da segurança pública é enquadrada como um problema de grande complexidade, que necessita de participação dos setores sociais na luta por emancipação e novas políticas, que sejam inclusivas

e coletivas. Condena-se a violência praticada pelos órgãos estatais – legitimada por meio do poder judiciário –, que é aplicada justamente a quem tem menos recursos para se defender.

Após determinar os enquadramentos acerca da segurança pública na Mídia Ninja, é importante estabelecer se seguem os princípios de Comunicação Popular. Para isso, o estudo se baseou na caracterização proposta por Peruzzo (1995, 2009). Dois elementos fundamentais citados pela autora são a articulação à educação popular e às lutas sociais, junto de um conteúdo que reivindique por uma sociedade justa. Esses fatores orientam a ideologia do veículo alternativo, que deve propor novos valores e modelos sociais. Nos textos escolhidos para análise, verificou-se o caráter de conscientização, mobilização e a defesa pela adoção de políticas públicas emancipadoras, que respeitam a diversidade. É estimulada uma transformação na área da segurança pública que seja complexa e elimine desigualdades.

Outra característica apontada é a construção de um espaço democrático de comunicação, relacionado aos segmentos subalternos em metodologia e conteúdo. Há casos em que a participação não é somente na transmissão das mensagens, mas também no processo de planejamento e decisão de pautas. Quanto a isso, chegou-se à conclusão de que a Mídia Ninja trata de temas que são importantes e com menos visibilidade; no entanto, as matérias publicadas sobre segurança pública não apresentam a opinião direta dos setores afetados: reproduzem a defesa de seus direitos, mas não há entrevistas com os moradores da periferia. A impressão é a de que os autores falam o que pensam ser necessário para essas pessoas, sem que haja, na realidade, uma comprovação por parte delas do que é realmente preciso.

Chama a atenção a linguagem do texto “Vender histórias tristes é um grande negócio”, cuja autoria é de Bruno Ramos. Utilizam-se expressões coloquiais, que aproximam o leitor que vive na periferia com o que está sendo escrito. Recorre-se ao uso de gírias e o autor escreve como se estivesse falando diretamente com o público. É interessante porque aproxima mais as pessoas que são afetadas pela má gestão na segurança pública às propostas do veículo.

Peruzzo (1995) também traz a importância de que os protagonistas da comunicação popular sejam o povo (antagônico às classes dominantes) ou as organizações ligadas a ele. A Mídia Ninja, nos textos verificados, traz reivindicações sob a perspectiva do povo e, para representar os interesses das classes subalternas em âmbito governamental, fixa dois políticos do PSOL como colonistas. Além disso, a matéria “Enquanto os empresários aplaudem, a favela chora” dá voz a esses setores sociais a partir de imagens que mostram os principais questionamentos presentes em ato organizado pela comunidade do Vidigal.

A última característica definida por Peruzzo (1995) é a de que a comunicação popular se realiza na luta de classes, sendo oposta ao modelo massivo midiático, encarado como

alienante aos anseios populares. As matérias analisadas podem ser incluídas nesse contexto, visto que denunciam as desigualdades e as diferenciações oriundas da divisão por classes sociais. Assim, o sistema jurídico e o governo são arbitrários, adotando políticas que beneficiam determinadas classes em detrimento de outras.

Este trabalho foi feito a partir da apropriação de enquadramento e construção social da realidade. A Intervenção das Forças Armadas é classificada como um acontecimento de grande impacto social por seus efeitos de imprevisibilidade e ruptura, constituindo novas dinâmicas na Rocinha. A Mídia Ninja se apropria desse fato e o torna noticiável, através de um enquadramento que constrói uma visão de realidade violenta, discriminatória e permeada por políticas irresponsáveis, incapazes de solucionar a segurança pública. A Mídia Ninja, antes mesmo de selecionar o que será publicado, já tem estabelecida a visão de que conteúdos são relevantes, com visões da realidade social e uma política editorial determinada (TUCHMAN, 1999).

Dessa forma, não são encontrados textos que apresentam uma visão positiva de segurança pública, havendo a ausência de quaisquer elogios às práticas governamentais e de fontes institucionais – como membros das Forças Armadas – que possam explicar sobre a Intervenção e a problemática da segurança pública. O leitor só é apresentado a uma visão ideológica, que visa combater a cobertura da mídia tradicional através de posicionamentos críticos e emancipatórios.

Para a Mídia Ninja, expressar apenas um ponto de vista não é um problema, definindo-se como um jornalismo parcial, predominando textos essencialmente opinativos e interpretativos. A produção de sentido é, portanto, construída pela experiência de quem escreve, sofrendo influência das ideias que regem o veículo, por meio de um discurso próprio dotado de narratividade e que envolve afetivamente os indivíduos. Conclui-se, então, que as mídias não transmitem o que acontece na realidade social, mas sim impõem uma noção de espaço público através de um discurso específico (CHARAUDEAU, 2010). A partir desse trabalho de conclusão de curso, busca-se, no futuro, estudar como as pessoas que vivem na Rocinha interpretam a questão da segurança, por meio de uma pesquisa focada nos estudos da opinião pública.

REFERÊNCIAS

- ADGHIRNI, Zélia Leal. O jornalista: do mito ao mercado. Estudos em Jornalismo e Mídia: revista acadêmica semestral, 2005.
- ADORNO, Sérgio. História e Desventura: **O 3o Programa Nacional de Direitos Humanos**. Novos Estudos CEBRAP (Impresso), v. 3, p. 5-20, 2010.
- BACCEGA, Maria Aparecida. Discurso da comunicação: encontro entre ficção e realidade. In: Comunicação & Educação: Revista do curso de Gestão da Comunicação. Ano XII, nº 3, set/dez 2007, pp. 23-34.
- BASTOS, Fernanda Vieira; SILVA, Ellis Regina Araújo. **Identidades do jornalismo cidadão: uma análise da cultura organizacional da Mídia Ninja**. Intercom: Joinville, SC, 2018.
- BATESON, Gregory (1972). Steps to an Ecology of Mind, Northvale, New Jersey, London, Jason Aronson Inc.
- BENETTI, Márcia, Fonseca, Virgínia (org). **Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.
- BENETTI, Marcia. Lago, Cláudia (org). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- _____; HAGEN, Sean. **“Jornalismo e imagem de si: O discurso institucional das revistas semanais”**. In: Estudos em Jornalismo e Mídia. Florianópolis: UFSC, ano VII, n.1, jan/jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2010v7n1p123/1270> Acesso em out/2018
- BERGER, Peter L., LUKHMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado da sociologia do conhecimento**. 35 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BRITTOS, V. (Org). **Comunicação, informação e espaço público: exclusão no mundo globalizado**. Rio de Janeiro: Papel e Virtual, 2002.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- CARVALHO, RAIANA et al. **Exclusão digital e comunicação cidadã na Internet: a experiência da Agência Jovem de Notícias**. XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 2011.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede. (R. V. Majer, Trad.)**. Atualização para 6ª edição: Jussara Simões - A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1). São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CETIC. **TIC DOMICÍLIOS 2017**. São Paulo, 24 de julho de 2018. Disponível em https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2017_coletiva_de_imprensa.pdf Acesso out/2018
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- DE VREESE, C. H. **News Framing: Theory and Typology**. Information Design Journal + Document Design, 13, 48-59. 2005.

DIAS, Anelise Schütz. **A redução da maioria penal no jornalismo brasileiro: uma análise dos sentidos sobre segurança pública.** Porto Alegre, 2016. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132820/000984923.pdf?sequence=1> Acesso out/2018

DIAS, Anelise Schütz. **Jornalismo de segurança pública: princípios conceituais para a formação de um campo jornalístico especializado.** Porto Alegre, 2018. Projeto de qualificação com autorização de uso concedida.

DOMINGUES, Izabela. **Mídias Algorítmicas e Internet das Coisas: Impactos no Campo da Comunicação na Era da Informação Global.** Fortaleza, 2018. Disponível em <http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R57-2158-1.pdf> Acesso nov/2018

ENTMAN, Robert. **Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm.** In: Journal of Communication, 1993.

FOLETTTO, Leonardo. **Um mosaico de parcialidades na nuvem coletiva: rastreamento a Mídia Ninja (2013-2016).** Porto Alegre, 2017. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/158675/001022662.pdf?sequence=1> Acesso nov/2018

FORASTIERI, ANDRÉ. **Uma entrevista com Bruno Torturra.** Portal R7, 31 de agosto de 2013. Disponível em <http://noticias.r7.com/blogs/andre-forastieri/2013/07/31/uma-entrevista-com-bruno-torturra-da-midia-ninja/> Acesso out/2018

GITLIN, Todd. **Sociologia dos Meios de Comunicação Social.** In: João Pissarra Esteves (org.), Comunicação e Sociedade, Lisboa, Centro de Investigação Media e Jornalismo, Livros Horizonte: 2002.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis : an essay on the organization of experience.** Boston: Northeastern University Press, 1986.

GONÇALVES, Telmo. **A abordagem do enquadramento nos estudos de jornalismo.** Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/jspui/bitstream/10437/2605/1/A%20Abordagem%20do%20Enquadramento%20nos%20Estudos%20do%20Jornalismo.pdf>. Acesso set/2018.

HALL, Stuart *et al.* **A produção social das notícias: o mugging nos media.** In: TRAQUINA, Nelson (org). Jornalismo: questões, teorias e histórias. 2 ed. Lisboa: Veja, 1999.

HAUBRICH, Alexandre. **Reflexões e Caracterizações sobre Mídias Alternativas.** 2015. Disponível em <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-3951-1.pdf> Acesso out/2018

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos.** São Paulo: Companhia da Letras, 2007.

KLINTOWITZ, Danielle. **A (re)invenção da praça: a experiência da Rocinha e suas fronteiras.** 2008. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas, Ambientais e Tecnológicas) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo.

KONDROWSKA, Aleksandra Martyna. Planejamento Participativo em Favelas no caso da elaboração do Plano Diretor da Rocinha. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, abril de

2017. Disponível em http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1512388_2017_completo.pdf Acesso out/2018
- LAGO, Cláudia. **O romantismo morreu? Viva o romantismo. Ethos Romântico no Jornalismo**. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira. **Anuário Brasileiro da Segurança Pública 2018**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/09/FBSP_ABSP_edicao_especial_estados_faccoes_2018.pdf Acesso out/2018
- LEAL, Bruno S. **Agendamento, enquadramento e noticiabilidade**. In: **Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.
- LEITÃO, Gerônimo. **Dos barracos de madeira aos prédios de quitinetes: Uma análise do processo de produção da moradia na favela da Rocinha, ao longo de cinquenta anos**. UFF, Niterói, 2004.
- LUÑO, Antonio Enrique Pérez. **Derechos Humanos, Estado de Derecho Y Constitucion**. 6ed. Madrid: Editorial Tecnos, 1999.
- MANHÃES, Eduardo. Análise do discurso. In: **Métodos e técnicas da pesquisa em comunicação**. DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs). 2ª Ed: São Paulo: Atlas, 2009.
- MARCONDES, V. **Novas tecnologias de conexão e o futuro da esfera pública**. Trabalho apresentado no Intercom Sul. CDROM. Passo Fundo, 2007.
- MARQUES DE MELO, José (Org.); Assis, Francisco de (Org.). **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2013.
- MEDITSCH, Eduardo. **Jornalismo e construção social do acontecimento**. In: **Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.
- MIGUEL, Luis Felipe. **O Jornalismo como sistema perito**. Revista Sociol, USP. São Paulo, 1999.
- MORETZSOHN, Sylvia. **‘Eu não sou eu, nem sou o outro’: questões éticas sobre as dificuldades do Jornalismo em lidar com ‘qualquer coisa de intermédio’ no caso da cobertura criminal**. In: MARTINS, Moisés de Lemos; PINTO, Manuel (orgs.) **Comunicação e Cidadania - Actas do 5o Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação**. 6-8 de Setembro de 2007. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 2008.
- MOUILLAUD, Maurice. **Da forma ao sentido**. In: PORTO, Sérgio D. (org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: UNB, 2002,
- MULTIRIO. **Rocinha: de fazenda a maior favela do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2016. Disponível em <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/8689-rocinha-de-fazenda-a-maior-favela-do-rio-de-janeiro> Acesso out/2018
- NEXO. **Como a Rocinha se insere na crise crônica de segurança no Rio**. 26 de setembro de 2017. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/09/26/Como-a-Rocinha-se-insere-na-crise-cr%C3%B4nica-de-seguran%C3%A7a-do-Rio> Acesso out/2018

NUNES, M. What's space is cyberspace? In Loader, B. (Org). **A política do ciberespaço: política, tecnologia, reestruturação global**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

O GLOBO. **A história da Favela da Rocinha, em São Conrado**. Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2011. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/a-historia-da-favela-da-rocinha-em-sao-conrado-3222591> Acesso out/2018

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas/SP: Pontes, 2001.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling (org). **Comunicação e culturas populares**. São Paulo: INTERCOM, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 1995.

_____, Cicília Maria Krohling. **Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço**. Galáxia: revista transdisciplinar de comunicação, semiótica, cultura: São Paulo, 2009. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2108/1247> Acesso out/2018

PIMENTA, Francisco Paoliello José; RODRIGUES Luciana Ribeiro. **Discussões sobre o conceito de ciberativismo e suas práticas atuais através de uma abordagem pragmaticista**. Intercom, Rio de Janeiro. Disponível em <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-3234-1.pdf> Acesso out/2018

PORTAL UOL. **Abuso de força letal: RJ tem 36 mortos para cada policial assassinado no Estado**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/01/19/abuso-de-forca-letal-rj-tem-36-mortos-para-cada-policial-assassinado-no-estado.htm> Acesso out/2018

QUÉRÉ, Louis, OGIEN, Albert. **Le vocabulaire de la sociologie de l'action**. Paris: Ellipses, 2005.

RODRIGUES, Adriano. **O Acontecimento**. In: Traquina, Nelson (org). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. 2 ed. Lisboa, Veja, 1999.

RODRIGUES, Mirla Faria. **Favela: Da Homogeneidade à Heterogeneidade; Rocinha como estudo de caso**. 2015. Disponível em <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1411/1/MFRodrigues.pdf> Acesso out/2018

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Por uma concepção multicultural dos direitos humanos**. Revista Crítica de Ciências Sociais, Portugal: Centro de Estudos Sociais, n. 48, junho de 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2013.

SCHEUFELE, Dietram. **Framing as a Theory of Media Effects**, in Journal of Communication, 2006. Disponível em <https://academic.oup.com/joc/article-abstract/49/1/103/4110088?redirectedFrom=fulltext> Acesso out/2018

SILVA, Jailson de Souza et al (Orgs.). **O que é a Favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2 ed. Lisboa: Veja, 1999.

TUCHMAN, Gaye (1978). *Making News*, New York e London, The Free Press (1ª edição paperback: 1980)

_____, Gaye. **Contando estórias**. In: Traquina, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. 2 ed. Lisboa: Veja, 1999.

_____, Gaye. **A Objectividade como Ritual Estratégico: Uma Análise das Noções de Objectividade dos Jornalistas**. In: Traquina, Nelson (org). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. 2 ed. Lisboa, Veja, 1999.

VEJA. **Na trajetória da Rocinha, uma história carioca**. 13 de novembro de 2011. Disponível em <https://veja.abril.com.br/brasil/na-trajetoria-da-rocinha-uma-historia-carioca/> Acesso out/2018

WALTZ, Igor. “**Mídia Nina e o ethos profissional dos jornalistas: a ascensão da mídia livre sob a ótica da redação dos veículos de massa**”. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em <http://www.fumec.br/revistas/mediacao/article/view/4770> Acesso out/2018

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois? Uma teoria crítica das novas mídias**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

Apêndice – SDs Mídia Ninja

| Número SDs | Sequência Discursiva | Texto | Formações Discursivas |
|------------|--|-------------------------|-----------------------|
| SD1 | A política de segurança do extermínio de inimigos | “MN1”, título | FD1 |
| SD2 | As imagens da execução extrajudicial de dois homens, alvejados por policiais militares no momento em que se encontravam feridos no chão , em Costa Barros, zona norte do Rio, podem revelar algo além dos números, já amplamente divulgados, de que temos no Brasil a polícia que mais mata no mundo. | “MN1”, 1º parágrafo | FD1 |
| SD3 | Somente as polícias do Rio de Janeiro e São Paulo mataram 42% a mais do que todos os países com pena de morte no mundo | “MN1”, 1º Olho do texto | FD1 |
| SD4 | O argumento utilizado, de que vivemos uma guerra civil, a justificar as altas taxas de letalidade a partir de ações policiais, além de falacioso, oculta o fato de como estas mortes são produzidas e contempladas no interior do Estado de Direito. | “MN1”, 3º parágrafo | FD1 FD3 |
| SD5 | Afinal, não houvesse as cenas gravadas do momento em que os policiais decidiram pela eliminação daquelas vidas, como forma de aplicação de uma pena ilegal pelos atos anteriormente praticados pelos dois homens feridos, seria mais um inquérito de auto de resistência arquivado pela Justiça, sob a rubrica da legítima defesa em situação de um suposto confronto. | “MN1”, 4º parágrafo | FD1 FD3 |
| SD6 | Em mais de trezentas decisões de arquivamento de inquéritos de homicídios praticados por policiais em serviço, na cidade do Rio de Janeiro, ocorridos entre 2003 e 2009, observei em tese de doutorado no Departamento de Ciência Política da UFF que a maneira como os policiais procedem no uso letal da força é o que menos importa para a Justiça e, em certo sentido, para parcela significativa da sociedade. | “MN1”, 5º parágrafo | FD1 FD3 FD4 |
| SD7 | Não podemos esquecer que uma manifestação a favor das referidas execuções em Costa Barros recolheu mais de 50 mil assinaturas nas redes sociais, em menos de 24 horas. | “MN1”, 6º parágrafo | FD1 FD4 |
| SD8 | A polícia mata, mas não mata sozinha. | “MN1”, 2º Olho do texto | FD1 FD4 |
| SD9 | A questão que está em jogo, no entanto, não é como a polícia mata, mas sim quem ela mata e onde ela mata | “MN1”, 7º parágrafo. | FD1 FD3 |
| SD10 | A definição do morto como inimigo acaba por operar uma inversão na linha da investigação, passando o falecido a ser o sujeito suspeito/investigado em seus vários aspectos, a ponto da definição da legalidade da ação policial estar quase que completamente vinculada à definição do modo de vida do morto. | “MN1”, 8º parágrafo | FD3 |
| SD11 | A construção do inimigo é o caminho utilizado para se contemplar o massacre vital, que autoriza o extermínio de traficantes de drogas, ou de qualquer pessoa definida enquanto tal, para a proteção da sociedade. | “MN1”, 3º Olho do Texto | FD1 FD3 |

| | | | |
|------|--|-------------------------|-------------------|
| SD12 | Foi assim no caso Amarildo, no caso DG, e até do menino Eduardo de Jesus Ferreira, de 10 anos, morto em ação policial no Complexo do Alemão. Era traficante ou era pedreiro? Era traficante ou era dançarino? Era traficante ou era um menino? Fossem eles definidos como traficantes não teriam direito à vida. | “MN1”, 11º parágrafo. | |
| SD13 | Ao comentar as mortes produzidas por ações policiais, os veículos de comunicação insistem em separar os mortos que tem passagem pela polícia, os indignos de vida, daqueles que mantêm a dignidade pelo atributo da cidadania, em razão de não possuírem antecedentes criminais. | “MN1”, 12º parágrafo | FD6 |
| SD14 | Não sendo possível a desqualificação da vítima, policiais são presos e apresentados também como monstros pelo mesmo poder jurídico político, agora sob o aplauso daqueles que se dizem defensores de direitos humanos, mas que não conseguem pensar para além do próprio sistema que produz o massacre. | “MN1”, 13º parágrafo | FD1 FD3 FD4 |
| SD15 | Ao punir policiais que são identificados no uso abusivo da força, inclusive da letal, o Estado oculta a sua participação na política de extermínio de inimigos , reduzindo o debate à individualização do desvio de conduta. Conclusão: a política segue intocável com a troca das peças em operação na máquina. | “MN1”, 14º parágrafo | FD1 FD2 |
| SD16 | O Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, Comandante Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro, nos dois governos Brizola, ao tratar do processo de remilitarização da segurança pública, pós-constituente de 1988, que resultou na primeira grande intervenção das Forças Armadas, notadamente do Exército, assumindo e executando tarefas próprias das corporações policiais – naquilo que ficou conhecido como Operação Rio, no ano de 1991 – afirmou: entre as razões da remilitarização se encontra o repúdio à aplicação de uma política de segurança com garantia de direitos fundamentais para os criminosos. | “MN1”, 15º parágrafo | FD3 |
| SD17 | E ainda existem muitos setores da esquerda, favoráveis à desmilitarização da segurança, que bradam: “nós não estamos aqui para defender bandidos!”. | “MN1”, 4º Olho do Texto | FD4 |
| SD18 | Um grande paradoxo! A aplicação do estatuto legal aos criminosos é defesa sim dos criminosos, principalmente em um modelo militarizado que os define como inimigos matáveis. Mas aqui também temos outro problema: se é no Estado de direito que se produz esta letalidade, a partir da sua legitimação pelo poder jurídico/político, não será a tão sonhada universalização da garantia de direitos que trará modificação desta realidade. Os direitos sempre serão aplicados de forma seletiva. | “MN1”, 16º parágrafo | FD1 FD3 |
| SD19 | O atual estágio da proibição das drogas em nosso país nos informa que os mortos existem não pelo uso destas substâncias, mas sim por uma política de segurança que contempla o extermínio da população negra, pobre e jovem do nosso país. | “MN1”, 5º Olho do Texto | FD1 FD2 FD3 |
| SD20 | Não poderemos intervir para evitar o quadro atual deste massacre a conta-gotas sem apontarmos para a legalização da produção, do comércio e do consumo de todas as drogas feitas ilícitas. Outras lutas virão e estaremos ao lado dos abolicionistas. | “MN1”, 17º parágrafo | FD5 |

| | | | |
|------|--|-------------------------|-------------------|
| SD21 | Policias executam suspeitos após confronto na Zona Norte do Rio de Janeiro | “MN1”, Legenda da Foto | FD1 |
| SD22 | Nos últimos dias veio à tona, novamente, o caso Rafael Braga, jovem negro da periferia que teve sua vida e seus sonhos interrompidos. A culpa? Ela foi forjada por PMs com a chancela do Estado. | “MN2”, 1º parágrafo | FD1 |
| SD23 | Tô de olho nas fotos alteradas no perfil do “FaceTruck” de “militantes e ativistas pelos direitos humanos”, e na vida real, fico observando se estão fazendo realmente o corre pelos nossos ou só medindo seu ego através dos likes na timeline. | “MN2”, 3º parágrafo | FD4 |
| SD24 | Afinal, vender história triste, que não seja a própria, ainda é um grande negócio aqui no Brasil, e no quesito demagogia, os clarin* são especialistas nisso. | “MN2”, 4º parágrafo | FD2 FD4 |
| SD25 | Clarín: Classe média e média-alta branca improdutiva que tem acesso ao conhecimento e metem o louco fingindo não saber; zé povinho; jáo; vacilão; comédia; herdeiros de ociosidade; especialistas em foder a vida das pessoas; arquitetos em desigualdade social. | “MN2”, 1º Olho do Texto | FD2 FD4 |
| SD26 | O caso de Braga tomou projeção nacional, assim como o caso de Amarildo, pedreiro morador da favela da Rocinha-RJ, que desapareceu em julho de 2013 levado por policia da UPP e depois caiu no esquecimento. Isso é só mais um episódio do que acontece diariamente com milhares de jovens das periferias do Brasil, torturados e apagados pelas mãos opressoras do Estado | “MN2”, 5º parágrafo | FD1 FD3 FD4 |
| SD27 | Antes que possa parecer mais um discurso ou relato de “vitimismo” apontado pelos comédias dos clarín, precisamos entender primeiro a estrutura de Estado que é oferecida às camadas menos favorecidas da sociedade. | “MN2”, 6º parágrafo | FD2 |
| SD28 | Um Estado que não nos oferece absolutamente nada – da ponte pra cá, antes dos muros da linha do trem, do outro lado do córrego ou à beira das represas | “MN2”, 2º Olho do Texto | FD2 |
| SD29 | A não ser mecanismos de terror, opressão, punição, desigualdade social, frustração, embaraço, armadilha ou isca pra pegar negão e foder com a vida dessa gente toda, mantendo assim o status quo. | “MN2”, 7º parágrafo | FD1 FD2 FD3 |
| SD30 | É praticamente impossível que alguém consiga sair dessa realidade sem parecer um monstro, um Frankenstein, cheio de cicatrizes e mazelas produzidas pelos mecanismos de opressão do Estado, que de modo geral são brancos, de classe média-alta improdutiva e “eleita para representar o povo”. | “MN2”, 8º parágrafo | FD1 FD2 |
| SD31 | Os clarín são especialistas em tirar o pouco que temos e ainda passar pra gente os modos de oprimir ainda mais as vidas nas periferias e na sociedade, começando pelas cartilhas de educação do ensino público primária, fundamental e médio, depois estendendo pra tudo que é possível. | “MN2”, 9º parágrafo. | FD2 |
| SD32 | <i>O DNA do racismo está impregnado na nossa história desde o momento em que as caravelas chegaram em nosso país, terra onde, anualmente, morrem mais de 50 mil pessoas vítimas de armas de fogo e mais de 700 mil pessoas estão em situação de encarceramento precário – em sua grande maioria jovens, negros e das periferias, muitos cumprindo pena sem julgamento ou condenação.</i> | “MN2”, 10º parágrafo | FD1 FD3 |

| | | | |
|------|--|-------------------------|-------------------|
| SD33 | É um sistema falido em consciência humana e milionário em desigualdade , ao limbo do inferno astral e social que vivemos. | “MN2”, 11º parágrafo. | FD2 |
| SD34 | O que adianta mudar a estrutura social e econômica da porta pra dentro das nossas casas, se o mundo lá fora segue totalmente desigual? | “MN2”, 3º Olho do Texto | FD2 |
| SD35 | Uma grande parte das minorias já tem TV de LED maneira, linha branca de eletrodomésticos toda nova, mob//ília da casa zerada e até um poizé* popular na garagem, sendo que, da porta pra fora ainda existe um caos tremendo, esgoto a céu aberto, educação precária, saúde somente à base de soro ou água com açúcar e a justiça sendo feita com bala nas favelas. | “MN2”, 12º parágrafo | FD1 FD2 FD3 |
| SD36 | Pra muitos pode parecer mais uma ficção produzida por Alexandre Padilha em Tropa de Elite, mas para maioria que ainda vive nas favelas é a pura realidade. | “MN2”, 14º parágrafo | FD4 |
| SD37 | Dá até pra comparar ao mito da caverna de Platão, “nem tudo que se vê, realmente parece ser”. Essa imagem distorcida, estereotipada, produzida de forma enganosa e propositiva que é transmitida pela máquina de engodo chamada “grande mídia”. | “MN2”, 15º parágrafo. | FD6 |
| SD38 | Pensada de forma estratégica pra desviar o foco das coisas, favorecem os interesses políticos de um grupo fechado, representado por meia dúzia de pessoas que controlam os grandes veículos de comunicação. | “MN2”, 16º parágrafo | FD6 |
| SD39 | Com as luzes dos LCD’s, produzem sombras do que seria a realidade nas periferias. | “MN2”, 17º parágrafo | FD6 |
| SD40 | Parte das manifestações que vem acontecendo desde Junho de 2013 nas ruas é também um protesto contra esse sistema e esse poder hegemônico midiático. A luta pela igualdade social, pelos direitos trabalhistas, dos jovens, da mulher, democratização da mídia e criação de conteúdos mais educativos para nossa população. | “MN2”, 17º parágrafo | FD5 FD6 |
| SD41 | O foda é que mesmo em meio a todas essas injustiças que vem acontecendo, poucas pessoas, inclusive da nossa galera, vão se lembrar de Rafael Braga no mês seguinte. | “MN2”, 20º parágrafo | FD4 |
| SD42 | Luta que segue. | “MN2”, 22º parágrafo. | FD5 |
| SD43 | Ato “Em Favor da Vida” – Complexo da Maré. | “MN3”, legenda da foto. | FD5 |
| SD44 | Imaginemos um país no qual 60 mil seres humanos são assassinados por ano. Nessa mesma nação, mais pessoas são mortas em três semanas do que os fatalmente vitimados em todos os ataques terroristas ocorridos no mundo entre janeiro e maio de 2017. Estarrecedor, né? Pior é saber que este lugar existe. Atende pelo nome de Brasil. As informações acima têm como base o recém divulgado Atlas da Violência 2017, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. | “MN3”, 1º parágrafo | FD1 |
| SD45 | Esse levantamento, assim como tantos outros sobre o tema, ajuda a entender o fato da violência ser uma das principais preocupações das brasileiras e brasileiros. Pesquisa do Datafolha, realizada em agosto de 2016 na cidade do Rio de Janeiro, mostrou a segurança como o maior problema para 25% da população, atrás somente da saúde (46%). | “MN3”, 2º parágrafo | FD1 |

| | | | |
|------|--|-------------------------|-------------------|
| SD46 | Ocorre que o clamor por se viver em uma cidade mais segura leva, constantemente, à reivindicação por soluções que podem agravar a já calamitosa realidade. | “MN3”, 2º Olho do Texto | FD4 |
| SD47 | É pertinente lembrarmos que estamos em uma era de informações instantâneas, o que favorece um ambiente de posicionamentos e respostas imediatas. Este é um dos elementos que contribui com o crescente sentimento de vingança, muitas vezes com as próprias mãos, diante da incapacidade do Estado em proteger os seus. | “MN3”, 3º parágrafo | FD2 FD4 |
| SD48 | Daí vem o brado por aumento do encarceramento, mais armamento e por ações mais rígidas das polícias, defendidas em mesas de bares, nos pontos de ônibus, nas conversas de vizinhos, no metrô e nas postagens em redes sociais. O que esse nível raso de reflexão acaba ocultando é que tais iniciativas, tomadas no calor dos acontecimentos, são o famoso “tiro que sai pela culatra” e contribuem para o recrudescimento da violência. | “MN3”, 3º parágrafo | FD4 FD1 |
| SD49 | Tomando o Rio de Janeiro como exemplo, lembraremos que há menos de uma década foi lançado um projeto que revolucionaria a política de segurança, levando o Estado a ocupar espaços até então comandados pelo tráfico de drogas. O tão divulgado e comemorado programa, que prometia pacificar as favelas, revelou-se uma frustração, justamente por sua incapacidade em oferecer resultados concretos e duradouros. Se propôs a atender o grito popular com respostas breves. A consequência foi um conjunto de ações midiáticas e sem repercussões efetivas. Nove anos após a implantação da primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), a violência piorou. | “MN3”, 4º parágrafo | FD1 FD2 FD6 |
| SD50 | Fracassaram ao tratar o caos de forma paliativa e sem ouvir o conjunto da população, sobretudo a mais afetada. Foi como dar a um doente terminal uma aspirina. Até aliviou a dor no momento, mas não curou a doença e levou a óbito. | “MN3”, 3º Olho do Texto | FD2 |
| SD51 | As contradições dessa crise de percepções e de vislumbrar resultados súbitos se revelam em vários acontecimentos. No último sábado (3), um ato pela segurança no bairro de Santa Teresa reuniu centenas de pessoas no Largo do Guimarães, conhecido cartão postal da Cidade Maravilhosa. A iniciativa da associação de moradores e amplamente divulgada levou moradores às ruas, a grande maioria vestindo roupas brancas, para protestar contra a onda de assaltos. | “MN3”, 5º parágrafo | FD4 |
| SD52 | O bairro de classe média, com grande fluxo de turistas e uma rede de comércio e serviços preparada para receber visitantes, é composto por um conglomerado de 13 favelas que o circundam. Praticamente todos os acessos à parte turística do bairro histórico combinam com as entradas das favelas que, por sinal, também constituem essa grande comunidade batizada com o nome de uma santa que viveu no século 16 e tem sua história destacada pelas práticas meditativas. Só que, lamentavelmente, nem todos estão dispostos a meditar. Querem desfechos pra ontem. | “MN3”, 6º parágrafo | FD4 |

| | | | |
|------|---|--------------------------|------------|
| SD53 | O palco montado no sábado estava a mais ou menos 15 metros de um Batalhão da Polícia Militar. Os policiais militares, por sinal, estavam por ali garantindo a tranquilidade da manifestação. São profissionais com a mesma farda que em outros dias passam pelo comércio cobrando “arrego”, uma espécie de imposto paralelo para garantir a segurança local. Integram a mesma corporação que distribui bombas e tiros em quem se manifesta contra os desmontes do Estado. | “MN3”, 7º parágrafo. | FD1 FD3 |
| SD54 | Os oradores que se revezavam no microfone, ao lado de crianças que seguravam cartazes pedindo a paz, falavam dos furtos e roubos que os aterrorizam e cobravam providências, sobretudo o aumento do efetivo policial. | “MN3”, 7º parágrafo | FD4 |
| SD55 | O ato foi bem-intencionado, assim como os anseios por segurança das pessoas que dele participaram. Porém, o obstáculo é a solução reduzida para uma crise complexa. Por quê será que os moradores das 13 favelas não estavam ali para dar seu testemunho e falarem sobre como a violência os atinge? | “MN3”, 8º parágrafo | FD1 FD5 |
| SD56 | Ou a tão reivindicada paz deve ser um privilégio de quem tem melhor poder aquisitivo? | “MN3”, 4º Olho do Texto. | FD3 |
| SD57 | Arrisco dizer que não foram ao ato por visões sobre segurança que esses dois mundos, embora muito próximos geograficamente, não compartilham. A desigualdade no tratamento e na aplicação das leis contribui para agravamento da violência. | “MN3”, 9º parágrafo | FD3 |
| SD58 | A Polícia Militar, tão aclamada e tão próxima do ato de sábado, é a mesma. A diferença é que aquele fuzil, cujo cano desfila para o lado de fora da janela das viaturas pela parte “rica” do bairro, entra atirando nas favelas. E não raras vezes tem como destino o corpo, a vida e o sonhos dos jovens negros que lá moram. No Brasil, homens, jovens, negros e com baixa escolaridade são as principais vítimas dos homicídios. | “MN3”, 9º parágrafo. | FD1 FD3 |
| SD59 | Em abril deste ano, dois adolescentes de 15 e 16 anos foram mortos enquanto mexiam nos seus celulares em uma escadaria no Morro do Fallet, em Santa Teresa. Um com tiro nas costas e outro na cabeça. As famílias e os moradores afirmam que os disparos vieram da polícia. O caso ainda está em investigação. A publicação Você Matou meu Filho, da Anistia Internacional (2015), traz histórias carregadas de verdade e dor. São relatos, sobretudo de mães que tiveram seus filhos mortos pela ação da Polícia Militar, no Rio. | “MN3”, 10º parágrafo | FD1 |
| SD60 | O roteiro é quase sempre o mesmo: operações policiais com execuções extrajudiciais de jovens, majoritariamente negros, moradores das favelas. Ações que levam ao desaparecimento de muitas pessoas ou a cadáveres humanos empilhados com a justificativa oficial de “autos de resistência” ou “homicídio decorrente de intervenção policial”, o que legitimaria a atuação. | “MN3”, 10º parágrafo. | FD1 FD3 |
| SD61 | Resistir a qualquer situação já não é justificativa para matar. O quadro só piora pelos relatos de que, em muitos casos, não houve resistências, mas cenas montadas para dar veracidade à versão policial. É uma | “MN3”, 10º parágrafo | FD3 |

| | | | |
|------|--|-------------------------|------------|
| | conduta que mata e revolta | | |
| SD62 | E não é um problema só das famílias, mas de todos nós que integramos essa mesma humanidade. Indefensáveis sob qualquer ponto de vista, até porque se matar e prender reduzisse a violência, estaríamos mais seguros com 60 mil mortos por ano e quase 700 mil presos, certo? A realidade fala por si e o ciclo violento se intensifica. | “MN3”, 10º parágrafo | FD1 FD5 |
| SD63 | Dado esse contexto, será que o apelo dos moradores das favelas também é por aumento do efetivo policial? Creio que não. Embora todas as pessoas queiram viver – e têm esse direito – em um lugar seguro, as formas pretendidas são bastante díspares. | “MN3”, 11º parágrafo | FD3 |
| SD64 | Esse descolamento de percepção e demandas faz aumentar o abismo da exclusão e escancara o quanto vivemos em uma sociedade desigual e que busca resoluções individuais ou de pequenos grupos sociais, antes de qualquer construção coletiva. | “MN3”, 11º parágrafo | FD4 |
| SD65 | Os apelos por mais policiamento, sem questionar as práticas da polícia, mostram o quanto se espera soluções fragmentadas para uma adversidade que é bastante complexa. | “MN3”, 5º Olho do Texto | FD5 |
| SD66 | Enfrentar com coragem e seriedade a grave crise de segurança pública no Brasil exige compreendermos as várias faces da violência e como ela se manifesta nas diferentes localidades e classes sociais. Passa por um sério e dedicado pacto para a redução de homicídios, que envolva o Estado, a sociedade civil, a população, organizações e pesquisadores | “MN3”, 12º parágrafo | FD2 FD5 |
| SD67 | Depende de um necessário debate sobre o papel das polícias, sobretudo a militar, que é formada e atua a partir de uma lógica de guerra, que escolhe e elimina seus inimigos, como se fosse um poder próprio e com leis exclusivas. E também com investigação, controle externo, perícia independente e responsabilização dos crimes cometidos pelos agentes de segurança pública. | “MN3”, 12º parágrafo | FD2 FD5 |
| SD68 | Envolve assumirmos práticas para enfrentarmos os preconceitos, sobretudo o racial, uma vez que de cada 100 pessoas que são vítimas de homicídio no Brasil, 71 são negras. E não é por coincidência. | “MN3”, 12º parágrafo | FD3 FD5 |
| SD69 | Mas tudo isso só faz sentido, definitivamente, quando alcançarmos a compreensão e a consequente prática de que a lei é a mesma para todas as pessoas, assim como os direitos, inclusive o de viver em segurança. | “MN3”, 6º Olho do Texto | FD3 FD5 |
| SD70 | Sem uma educação emancipatória e diálogos para a construção de resultados efetivos e coletivos, seguiremos caminhando rumo ao precipício. Uns de roupa branca pedindo paz. Outros fugindo dos tiros. Mas todos, como humanos que somos, em direção ao abismo. | “MN3”, 13º parágrafo | FD5 |
| SD71 | Violência gera violência. A Rocinha entre o alívio e a agonia | “MN4”, Título | FD1 |

| | | | |
|------|---|---------------------|-------------------|
| SD72 | Enquanto milhares de pessoas curtem os shows do Rock in Rio, ninguém consegue frear a violência na maior favela do Rio de Janeiro, provando que, assim como o governo Pezão, a guerra às drogas faliu, as UPPs faliram, o “plano” de segurança pública faliu. | “MN4”, 1º parágrafo | FD1 FD2 |
| SD73 | Na manhã de ontem, 22, Pezão pediu intervenção do exército na favela, na tentativa de apaziguar a situação, praticamente admitindo que o Estado não está funcionando e isso acaba tensionando os policiais, que desde o dia 17, quando os conflitos iniciaram, era possível vê-los escondidos para evitar o confronto. | “MN4”, 2º parágrafo | FD2 |
| SD74 | Nas imagens, é possível notar a quantidade de homens do exército que cercam e caminham pelas ruas, assim como as marcas de tiros que perfuram as paredes dos barracos da Rocinha, maior favela do Rio de Janeiro localizada na zona sul da cidade, cara a cara com a classe média carioca, o que acontece ali interfere diretamente na elite que exige ação imediata do governo. A guerra que sempre aconteceu na favela, chegou ao asfalto. | “MN4”, 3º parágrafo | FD1 FD4 |
| SD75 | “Foi uma madrugada muito ruim, quase cinco horas de tiros. Quando acordei, fui andar pela comunidade e vi cenas horríveis. Muita moto queimada, munição deflagrada, paredes e carros com marcas de tiros. Para mim, nada disso era estranho, mas vi dois corpos queimando no meio da rua, coisa que eu nunca tinha visto antes ”, relata o morador e guia turístico da Rocinha, Carlos Antonio de Souza, em entrevista à BBC, um dia antes dos militares cercarem a favela. | “MN4”, 4º parágrafo | FD1 |
| SD76 | Guerra dos pobres contra os pobres “comandada” por um Estado “desinteligente” e brutal. “O Estado”? Um monte de jovens igualmente precarizados e armados, tendo que encenar um controle que não têm e penalizando toda uma comunidade. Um só grupo social, os que matam e os que morrem! | “MN4”, 5º parágrafo | FD1 FD2 |
| SD77 | Se o que acontecesse na Rocinha acontecesse na Pavuna, na Baixada Fluminense, em São Gonçalo, seria notícia e teria o mesmo investimento no poder público ou não? A preocupação é com quem mora na Rocinha ou onde a Rocinha está?” | “MN5”, vídeo | FD2 FD3 FD6 |
| SD78 | O ministro da defesa declarou que a situação na Rocinha está estabilizada. São mais de 3000 alunos sem aula. Clínica da família e posto da saúde não estão atendendo seus moradores. Está estabilizada para quem?” | “MN5”, vídeo | FD2 |
| SD79 | O tráfico é sim violência, mas tem que ser enfrentado com inteligência. As UPPs nunca se utilizaram disso. Antes de botar um tanque na Rocinha, poderiam ter trocado informações entre os setores de inteligência. Há a ausência para uma nova política com uma polícia mais bem remunerada e preparada. A possibilidade de ouvir os moradores também não foi levada em conta | “MN5”, vídeo | FD2 |
| SD80 | Agora é urgente que se repense a política das UPPs. Que não finja que tá tudo bem. A rocinha é uma prova contundente que nada está bem no RJ. Nem a Rocinha nem outro lugar com menos visibilidade. | “MN5”, vídeo | FD2 |

| | | | |
|------|---|-------------------------|-------------------|
| SD81 | Rodrigo Maia deveria pensar em um de seus grandes aliados, o governador Pezão, como um dos grandes responsáveis por essa crise que a gente vive no RJ. Na Rocinha tem crime, evidente, mas o crime verdadeiramente organizado tá no Palácio de Laranjeiras. É lá que se organiza o crime, é lá que se rouba o Estado. | “MN5”, vídeo | FD2 |
| SD82 | Quando o Exército sair de lá – um dia ele vai sair – o que terá sido feito para que a situação não piore? O que vai mudar efetivamente da relação entre os governos e aqueles moradores? Eles serão ouvidos? | “MN5”, vídeo | FD2 |
| SD83 | A ampla e imensa maioria dos jovens moradores da Rocinha querem cultura, arte, trabalho, vida e dignidade. São pouquíssimos diante do número de gente que ali mora e que está envolvida com práticas ilícitas. Será que é só o exército, será que é só polícia que vai resolver o problema da Rocinha? E essa juventude imensa, que não tem nenhuma política de juventude para ela e com ela?” | “MN5”, vídeo | FD2 FD5 |
| SD84 | Nós não vamos entender o conflito de facções na Rocinha se não entendermos como funciona o sistema penitenciário e como ele alimenta essa lógica das facções e cria essa relação entre presídio e favela de forma violenta e desrespeitosa. A Marinha, na Baía de Guanabara, onde sabemos que entram diversos armamentos aqui no RJ. Como se dá o controle do armamento legal vendido nas lojas? | “MN5”, vídeo | FD1 FD5 |
| SD85 | Direitos fundamentais não estão à venda nas lojas | “MN6”, Título | FD3 |
| SD86 | “Banho de Loja”. Esta expressão, associada ao mundo do consumo, foi utilizada pelo prefeito da cidade do Rio de Janeiro para descrever as necessidades da favela da Rocinha, que foi invadida pelo exército na semana passada. | “MN6”, Linha de Apoio | FD1 FD2 FD3 |
| SD87 | A utilização desta expressão é preocupante em mais de um sentido. Primeiramente, ela é mais uma evidência da aprovação e do apoio conferido por Crivella à escalada da militarização nas favelas da cidade do Rio de Janeiro. | “MN6”, 1º parágrafo. | FD2 |
| SD88 | O nosso mandato acompanha ativamente os inaceitáveis desdobramentos desta política genocida de guerra às drogas não apenas na Rocinha, mas em diversas favelas da cidade. A mesma política fracassada, utilizada insistentemente há mais de uma década | “MN6”, 1º parágrafo | FD1 FD2 |
| SD89 | Só será possível avançar na quebra deste perverso e inaceitável ciclo de repetições a partir da adoção urgente de uma nova política de drogas, que aponte para o fim do proibicionismo. É por isso que o nosso mandato saúda iniciativas como o MOVIMENTOS, que tem como eixo a construção de uma nova política de drogas pensada por jovens de favelas e periferias. É esta juventude negra o alvo da política genocida estatal, e isso precisa urgentemente ter fim. | “MN6”, 3º parágrafo | FD1 FD3 FD5 |
| SD90 | Há também outra faceta perversa do “banho de loja” sugerido por Crivella. Esta expressão torna evidente a confusão entre a prestação de serviços públicos essenciais e a exploração da favela como um nicho de mercado. | “MN6”, 1º Olho do texto | FD2 |

| | | | |
|------|---|-------------------------|--------------------------|
| SD91 | Educação, saúde, transporte, saneamento básico, iluminação e conservação das vias públicas NÃO SÃO BANHO DE LOJA , são direitos fundamentais das moradoras e moradores de favelas. É inaceitável que a linguagem mais pueril do mundo do consumo sirva de lógica norteadora das políticas públicas essenciais que o Estado deve prover aos moradores. | “MN6”, 3º parágrafo | FD2 FD3 |
| SD92 | Não é sobre consumo, é sobre DIREITOS sistematicamente negados à maior parte da população carioca. É sobre um Estado que atue a serviço de todas e todos, e não como uma trincheira que protege privilégios de classe e de raça, às custas dos nossos corpos, das nossas vidas – dos corpos negros, das vidas negras. | “MN6”, 3º parágrafo | FD2 FD3 |
| SD93 | Mas há ainda uma outra declaração de Crivella que eu gostaria de comentar. O prefeito também anunciou no último fim de semana que seria muito bom para a segurança que o Rio de Janeiro tivesse “uma Olimpíada a cada mês”, e que tem a intenção de impulsionar um calendário constante de grandes eventos na cidade. Esta declaração só mostra o quanto os megaeventos serviram e ainda servem como uma grande farsa violadora de direitos humanos nesta cidade. | “MN6”, 4º parágrafo | FD2 FD3 |
| SD94 | Neste ponto, é importante ressaltar que a mídia tem um papel central na transformação da tragédia em espetáculo, sintoma que acompanha toda a saga dos megaeventos na cidade. A transmissão ao vivo da invasão do Exército à Rocinha na última semana guarda evidentes relações com outros episódios recentes, como o ingresso das Forças Armadas nos Complexos do Alemão e da Penha, em 2010, transmitida durante toda uma tarde em rede nacional | “MN6”, 5º parágrafo | FD6 |
| SD95 | Sob a ponta do fuzil e a lente das câmeras, o Rio de Janeiro vem garantindo a realização dos grandes eventos em detrimento dos direitos dos moradores de favelas e periferias. | “MN6”, 2º Olho do Texto | FD1 FD2 FD3 FD6 |
| SD96 | Como nascida e criada na Maré, não posso também deixar de lembrar todo o terror promovido pelo Exército durante os 14 meses de invasão à favela da Maré, iniciada às vésperas da realização da Copa do Mundo. A farsa das mega operações militares como suposto instrumento de garantia de direitos precisa acabar. Não serão elas que darão fim ao confronto entre facções, simplesmente porque o confronto de facções não existe em desacordo com a política de insegurança em curso. São duas partes de uma mesma moeda. | “MN6”, 7º parágrafo | FD1 FD2 FD3 |
| SD97 | A falida política de segurança do Rio de Janeiro já é alvo de críticas e estudos há muito tempo. Os planos mal sucedidos dos últimos governos estaduais e municipais fizeram a fama da cidade como um dos principais polos de violência urbana do país. | “MN7”, 2º parágrafo | FD1 FD2 |
| SD98 | - Desde setembro, quando as disputas locais explodiram nas favelas, pelo menos, 40 pessoas morreram. A vida parou para mais de 150 mil pessoas e mais suas famílias, no nordeste, na Baixada, no exterior e em toda a parte. Os tiroteios matam, deixam marcas nas | “MN7”, 3º parágrafo | FD1 FD2 FD3 |

| | | | |
|-------|--|---------------------|------------|
| | casas, fazem suspender as aulas, fechar os postos de saúde, falta água e luz, além da ausência constante de coleta de lixo e saneamento básico | | |
| SD99 | Para incomodar e mostrar sua indignação um grupo de moradores foi até o Leblon andando, onde vive Luiz Fernando Pezão e onde morava, até ser preso, sua maior referência política, seu amigo íntimo, Sérgio Cabral. | “MN7”, 4º parágrafo | FD2 FD5 |
| SD100 | Com cartazes, o grupo cruzou a avenida Niemeyer, à beira do lindo penhasco à beira do mar. Eram muitas mensagens fortes: “Paz sem voz, não é paz, é medo”, “As favelas unidas pela paz”, “Os alunos não puderam ir ao curso devido aos tiroteios”, “Estamos reféns da incompetência deste governo”. A manifestação foi aplaudida, desde suas janelas, por moradores do Vidigal, por motoristas que passavam na contramão e também por turistas que saíam dos luxuosos hotéis da região. | “MN7”, 5º parágrafo | FD2 FD5 |
| SD101 | Quando chegaram na rua Rainha Guilhermina, onde mora Pezão, o grupo se exaltou, com palavras mais duras contra o governador. Vizinhos apoiaram! Moradores deixaram recados na árvore em frente ao prédio. Um grupo de teatro fez uma apresentação comovente, demonstrando a vida do favelado carioca. | “MN7”, 6º parágrafo | FD2 FD5 |